



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade Técnica de Lisboa

“O Novo Egipto: Democracia Vs. Fundamentalismo”



(Fonte: <http://latuffcartoons.wordpress.com/2012/06/08/my-khaled-said-cartoon-in-the-hands-of-a-protester-in-egypt-yesterday/>)

Teresa Maria Vieira Lobo

Orientação da Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Lisboa

2013

“O Novo Egito: Democracia Vs. Fundamentalismo”

Aos meus pais pela vida!

À Cláudia e ao Zé pelo companheirismo!

Em memória de Virgínia Jorge!

Nome: Teresa Vieira Lobo

Mestrado em: Relações Internacionais

Orientadora: Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva

Data: Março 2013

Título da Tese: “O Novo Egito: Democracia vs. Fundamentalismo”

Resumo:

A Primavera Árabe foi o acontecimento de 2011 do mundo árabe. O seu impacto deteve imensa influência na região e consequentemente no restante mundo, principalmente no Ocidente. No caso do Egito, um dos palcos das manifestações mais mediáticos, o curso dos acontecimentos originou a queda de Mubarak e um longo processo de edificação de um novo Estado, que ainda se encontra em processo de mutação, dada a intensa luta política das variadas forças existentes no Estado.

Palavras-chave: Primavera Árabe; Egito; Democracia; Fundamentalismo, Hosni Mubarak, Irmandade Muçulmana

“The New Egypt: Democracy vs. Fundamentalism”

Abstract

The Arab Spring was the event of 2011 in the Arab world. The impact have such influence in the region and consequently in the world, special in the West. In Egypt, one of the most popular places of demonstrations, the events contribute for the fall of President Mubarak and also for a long process of construction of a new state, which in this moment is still in a process of mutation given the intense political struggle of the various forces in the State.

Key Words: Arab Spring, Egypt, Democracy, Fundamentalism, Hosni Mubarak, Muslim Brotherhood

AGRADECIMENTOS

As palavras são escassas para descrever o meu profundo agradecimento e estima para com todos aqueles que me apoiaram ao longo deste percurso.

Aos meus pais e irmãos pelo amor e dedicação... por tudo e para todo o sempre.

À Professora Teresa por ter aceite ser minha orientadora, pela disponibilidade, dedicação e amizade.

Por fim os meus amigos pelo apoio, por vezes auxílio e acima de tudo compreensão.

A todos estou agradecida!

ÍNDICE

Págs.

Siglas e Abreviaturas -----	10
1. Introdução -----	11
1.1. Enquadramento da Investigação -----	11
1.2. Objecto de Estudo -----	13
1.3. Pertinência do Tema -----	14
1.4. Hipóteses -----	14
1.5. Dificuldades da Investigação -----	15
1.6. Metodologia -----	15
1.7. Estrutura -----	16
2. Conceitos Operacionais -----	17
3. Antecedentes Históricos -----	20
3.1. A decadente monarquia do rei Farouk -----	21
3.1.1. O Golpe dos Oficiais Livres -----	23
3.2. Nasser, o Herói do Egipto -----	24
3.3. De cúmplice a clandestina -----	26
3.4. Mudança de Rumo -----	27
3.5. O Princípio do Fim -----	29
3.6. “Who will lead us, Gamal?” -----	30
3.7. Sadat e a Presidência Partilhada -----	31
3.8. Mudar o Rumo da Revolução -----	31
3.9. Infitah -----	32
3.9.1. O Fim Estratégico da ASU -----	33
3.9.2. Falhanço da <i>Intifah</i> -----	33
3.10. O Processo de Paz com Israel -----	35

3.10.1. O Fim de Sadat -----	37
4. Era de Mubarak -----	39
4.1. Legado Económico de Sadat-----	39
4.1.1. Reformar a Economia-----	40
4.1.2. Bons Indícios Económicos?-----	41
4.2- Egipto um Estado Ditatorial -----	42
4.2.1. Mudança de Doutrina, Democratizar o Médio Oriente -----	43
4.2.2. Iniciativas Rumo à Democracia -----	44
4.3. Emergência de Movimentos Sociais de Protesto -----	45
4.3.1. <i>Keyafa</i> -----	45
4.3.2. Movimento 6 de Abril -----	46
4.3.3. Outros Movimentos -----	47
4.4. Mubarak Disponível à Democratização?-----	47
4.5. Corrupção-----	49
4.6. Ascensão de Gamal Mubarak-----	50
4.6.1. Sucessão Hereditária -----	51
4.7. Relação com Israel -----	53
5. Primavera Árabe e seus Efeitos-----	56
5.1. O Prenuncio de uma Revolução? -----	56
5.1.1. Motivos na Origem da Primavera Árabe-----	57
5.2. O Grito de Revolta – O Caso do Egipto -----	60
5.2.1. Primavera Árabe no Egipto e o Caos Urbano -----	65
5.3. Que futuro para o Egipto?-----	68
5.4. Democracia vs Fundamentalismo?-----	73
6. Conclusão -----	78
7. Bibliografia -----	84
8. Anexos-----	103

SIGLAS E ABREVIATURAS

ASU – Arab Socialist Union

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

LR – Liberation Rally

NDP – National Democracy Party

NU – National Union

ONU – Organização das Nações Unidas

RCC – Revolutionary Command Council

SCAF – Supreme Council of the Egyptian Armed Forces

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UNEF – United Nations Emergency Force

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento da Investigação

A 11 de Fevereiro de 2011, pelas 18 horas Omar Suleiman dirigia-se ao país nos seguintes termos, «*in the name of God the merciful, the compassionate: citizens, during these very difficult circumstances Egypt is going through, President Hosni Mubarak has decided to step down from the Office of president of the republic and has charged the Supreme Council of the Armed Forces to administer the affairs of the country. May God help everybody*» (El- Menawy. 2012: 300).

Ao fim de 18 dias de intensos protestos o *faraó* é derrubado. Para a posterioridade persiste a queda de um presidente que se manteve no poder por cerca de três décadas, e de um povo que ao fim de tanto autoritarismo se revoltou.

As sublevações no Egipto surgem na sequência dos protestos tunisinos, que desencadeariam a tão proclamada Primavera Árabe, contribuindo ainda para um efeito dominó na região.

A Primavera Árabe foi o acontecimento de 2011, sendo que a revista *Time*¹, escolheria o manifestante como personagem desse mesmo ano, grandemente pelo impacto que detiveram.

Há muito que inúmeros indícios apontavam para o protesto, mas nada indicava que seria tão explosivo e contagioso. Tahar Ben Jelloun (2011:12) aponta que «*(...) si bien nadie podía prever esta primavera revolucionaria, también es cierto que durante los últimos años se podían percibir muchas señales anunciadoras. (...) La paciencia de los pueblos tiene un límite, llegó la gota que colma el vaso: se ha roto en mil pedazos... (...)*».

Várias foram as causas que contribuíram para a exacerbada revolta das populações. Podemos até afirmar que um pouco por todo o mundo islâmico, em geral, e o mundo árabe, em particular, o sentimento de partilha dessas frustrações era patente e

¹ Informação recolhida do seguinte endereço electrónico http://www.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132,00.html, consultado em Setembro de 2012;

possivelmente foi o motor para aquilo que os intelectuais denominaram de efeito contágio e dominó.

“*Na rua árabe causas e consequências das revoltas no Médio Oriente*”, é exposto o que despoletou os levantamentos na região. Rogeiro (2011: 127-152) estabelece dois tipos de causas, as imediatas e as mediatas/remotas. Nas causas imediatas o autor apresenta a patologia política, o subdesenvolvimento e asfixia, a esclerose dos regimes, a pobreza e a injustiça, e por fim a repressão em linha. Sobre as causas mediatas/remotas encontramos velhos e esquecidos: ideias e abandonos, promessas expiradas, pesada herança, o culminar de processos sociais, sedimentação ideológica e ainda problemas não resolvidos.

Já Marc Lynch (2012: 27) indica que qualquer análise aos protestos necessita de ser realizada em retrospectão, retrocedendo ao que denomina de *arab cold war* (anos 50 e 60), democratização falhada (finais de 80 inícios de 90) e por fim turbulência e mudança (anos 2000) com intuito de encontrar explicações para os fenómenos ocorridos na actualidade.

Por sua vez, o professor António de Sousa Lara (2011:570-571) quando aborda as causas do fundamentalismo islâmico na sua obra, algumas das quais circunscritas apenas ao mundo árabe, menciona que este surge como uma reacção à crise de identidade do mundo árabe, uma repulsa ao colonialismo, neo-colonialismo e ainda ao socialismo marxista, uma atracção pelo panarabismo, uma reacção ao laicismo, reformismo e à secularização, uma reacção etnocêntrica e xenófoba, um sentimento de humilhação pela subordinação militar, económica e social do mundo árabe em relação às grandes potências e por fim uma crise económica e social provocada pelo êxodo rural e pela urbanização explosiva. Depreendemos que algumas das causas que possibilitaram o surgimento do fundamentalismo islâmico precipitaram nas manifestações de 2011.

Efectivamente, deparamo-nos com mudanças radicais, mas estaremos perante processos de democratização? Marc Lynch (2012:9) refere que o que assistimos não ruma à democratização plena pois estão a actuar de forma diversa. Se analisarmos o mapa político da região verificamos essa miscelânea nos processos revolucionários. Se foi possível assistirmos à queda de líderes de forma um tanto pacífica (Tunísia e Egipto), noutros porém assistimos a um intensificar da violência e repressão que em determinados casos rumou a uma guerra civil (Líbia e Síria) e ainda verificamos mudanças no seio de outros regimes (Marrocos, Algéria).

1.2. Objecto de Estudo

O Egipto não tinha como resistir à vaga de protestos, a situação interna contribuiu para o descontentamento e frustração da população sendo verificável em Tahrir. A tão enigmática Tahrir seria palco de todo um protesto nacional. As diferenças eram esquecidas, homens e mulheres, jovens e velhos, muçulmanos e coptas e afins, uniam-se em prol do mesmo objectivo derrubar o pútrido regime.

Apesar do autoritarismo do regime, este era aceite pela Comunidade Internacional. Por toda a região (Jelloun.2011:11) encontrávamos ditaduras um tanto declaradas e aceites. Em prol da proclamada “*pax americana*” assistíamos a um alheamento por parte do Ocidente da realidade regional.

A doutrina *authoritarian stability* (Cook.2012:249-267) perspectivada no final da década de 70 pressupunha que os Estados Unidos da América apoiariam os seus aliados, mesmo que protagonizassem regimes não democráticos, em prol da estabilidade regional. A adopção desta política durante décadas culminou no mediático 11/9 e na necessidade de reformular a postura norte-americana, promover a democracia no mundo árabe.

Com a *authoritarian stability*, Mubarak perpetuava-se no poder alegando que só o próprio poderia travar a influência e a ascensão dos islâmicos. Ainda que a administração norte americana pressionassem o regime egípcio para efectuar reformas democráticas, Mubarak apoiava-se na justificação de que o fundamentalismo islâmico obteria espaço de manobra na política egípcia. Embora tenha realizado algumas reformas foram manobras para acumular ainda mais poder.

Começava, então, a surgir no seio dos egípcios um sentimento nostálgico pela monarquia egípcia, que apesar de todas as falhas que possuía era preferível ao que havia surgido em 1952, com a pobreza a rondar os 50%, a elevada taxa de desemprego, a inexistência de liberdade de expressão das massas, carência de transparência e responsabilização por parte da classe governativa e ainda a permanência do exército no poder desde 1952 (Bradley.2008:34-35), eram motivos para a existência de desagrado, que quando insuportável deparamo-nos com insurreições em locais onde há muito se considerava as populações amorfas.

1.3. Pertinência do Tema

Urge salientar a necessidade de estudar o caso egípcio, apesar dos protestos terem iniciado na Tunísia. A escolha pelo caso egípcio deve-se principalmente às suas peculiaridades.

Sendo peça fundamental no equilíbrio de poderes na região, qualquer alteração que se verificasse deteria influência no restante espaço político marcado pela volubilidade. Sabemos que, em prol de financiamentos norte-americanos, o governo egípcio se manteve um tanto aquém daquilo que a maioria dos árabes pretendiam relativamente ao conflito israelo-árabe.

Acresce ainda, o mediatismo que envolveu os eventos na emblemática Praça Tahrir, não sendo verificável na maioria dos Estados em ebulição. Salientamos apenas os acontecimentos da Líbia e da Síria que tiveram um tempo de antena superior devido à gravidade dos eventos que logo rumaram a uma guerra civil.

1.4. Hipóteses

Um novo Egipto nasceu após a Primavera Árabe com a queda de Mubarak. Inúmeras questões assolam à nossa mente sobre o rumo deste novo Egipto.

- ❖ Estaremos perante uma transição democrática ou assistiremos a um retrocesso e à implementação de autoritarismo como no anterior regime?
- ❖ Com o feito eleitoral da Irmandade Muçulmana verificaremos uma intensa luta entre democracia e fundamentalismo?
- ❖ Será possível a criação, como no Irão após a revolução de 1979, de um Estado teocrático?
- ❖ A IM, uma vez no poder, adoptará uma postura de acordo com os seus ideais em detrimento da transição democrática?
- ❖ O Egipto continuará a encabeçar o papel de mediador no conflito israelo-árabe e pilar dos EUA na região?
- ❖ As Forças Armadas com neste novo Egipto pretenderão a qualquer custo manter-se no poder?

1.5. Dificuldades da Investigação

Salientamos que dada a actualidade do tema, e sabendo que a análise debruçar-se-á sobre assuntos um tanto voláteis, pretendemos primar pelo rigor científico e não decair em futurologia.

Apesar da maioria da bibliografia ter sido elaborada no decorrer dos acontecimentos e de recorrermos em grande medida a peças jornalísticas para a investigação, podemos afirmar que no momento existem fortes indícios que cada vez mais afincam o rumo que determinado território adoptará.

1.6. Metodologia

De acordo com Carlos Diogo Moreira (2007:13), a investigação social refere-se ao conhecimento do universo humano, decorrente de pesquisa social, podemos afirmar que o exacto não existe comparativamente a outras ciências, a volubilidade é patente, dado o constante surgimento de teorias que contradizem outras.

Ainda assim apesar deste fenómeno é a metodologia utilizada ao longo da investigação que define o que é ciência.

No caso desta pesquisa iremos basear-nos na investigação documental, a informação disponível, escrita ou simbólica, de documentos dos mais diversos tipos, sejam livros, cartas, artigos de jornais ou revistas, autobiografias, entre outros mais.

Parafraseando Moreira (2007:154), os dados podem catalogar-se entre dados primários e secundários. Entendendo os dados primários como elementos de observação, entrevista ou inquérito obtidos propositadamente pelo pesquisador, pretendemos entrevistar Raul Braga Pires. Apesar da relevância que as entrevistas poderão ter na investigação, não penso que representarão os elementos mais valiosos, como menciona Carlos Diogo Moreira (*Idem*), pois apenas reduzem-se a uma pequeníssima parte do todo. Relativamente aos dados secundários, considera-se os documentos escritos (documentos institucionais e documentos pessoais) e documentos audiovisuais. Ambos os géneros de documentos serão essenciais à investigação que pretendemos encetar.

Outra técnica a ter em relevância é a entrevista qualitativa, (Moreira.2007:203), sendo a técnica mais utilizada nas pesquisas sociais, adquire diversas formas, entrevista

informal, entrevista baseada num guião, entrevista semi-estruturada e entrevista estruturada. Como acima referido é pretendido a execução de uma entrevista baseada num guião.

Salientar ainda que a combinação de várias técnicas de recolha de dados é fulcral a qualquer investigação, dado o universo de informação que proporciona ao investigado.

Pretendemos ainda utilizar e enquadrar o Modelo Teórico do Desenvolvimento de Crise, mencionado no recente livro do Professor António de Sousa Lara (coord.), “*Caos Urbano*” (2012). É apresentado um modelo evolutivo de crise em contexto urbano, uma vez que metade da população mundial vive em contexto urbano, segundo dados das Nações Unidas, é o seu estudo é essencial para a capacidade de resposta estatal à problemática.

1.7. Estrutura

Conforme o exposto, a investigação dividir-se-á essencialmente em três capítulos.

A abordagem inicia com a construção do Egipto moderno, a monarquia do rei Farouk, o golpe militar de 1952 e governos de Nasser e Sadat. Este primeiro capítulo, denominado de antecedentes históricos, pretende entender que os erros cometidos e que influenciaram a política egípcia deixando marcas irreversíveis que contribuíram para profundo desagrado.

No segundo capítulo, analisaremos o período de Mubarak desde a sua ascensão. A análise terá maior pertinência dada a proximidade com os eventos e uma vez que nestes últimos anos agudizaram as tensões.

No último capítulo analisaremos a Primavera Árabe e os acontecimentos que levaram à queda de Hosni Mubarak. Examinaremos o processo de transição, o papel de cada interveniente no decorrer dos eventos, especialmente o da IM e das Forças Armadas, e a dicotomia entre democracia e fundamentalismo.

2. CONCEITOS OPERACIONAIS

Primavera Árabe – Desde as primeiras manifestações noticiadas pelos meios de comunicação em 2011, a concepção de Primavera Árabe surgiu para caracterizar os protestos no mundo árabe. Na época intelectuais e jornalistas relembavam situações passadas, como a “Primavera dos Povos”, “Maio de 68” e afins, associando os acontecimentos do mundo árabe à vontade popular de rumar à democracia. Com o decorrer dos acontecimentos assistimos a rumos adversos à democratização, por variadas questões, que contrapuseram as opiniões proferidas de que as manifestações eram sublevações populares de encontro aos ideais democráticos.

Não obstante a Primavera Árabe foi sem qualquer dúvida o acontecimento de 2011.

Democracia – Debruçar sobre a concepção de democracia é abarcar em profunda complexidade. Comummente relacionamos democracia com a velha máxima “*poder do povo*”, e etimologicamente *demos* e *kratos* remete para essa coerência. Gerada na Antiga Grécia sofreu inúmeras alterações ao longo dos tempos, sendo que actualmente o entendimento que detemos da prática democrática não se afigura com o surgido no berço civilizacional ateniense.

Ao longo dos séculos inúmeros intelectuais pensaram sobre a concepção da democracia, permitindo que a própria prática da democracia evoluísse, consoante os inúmeros contributos. As novas teorizações surgiram com fim de adaptar um pensamento tão longínquo à sociedade, às demandas e necessidades da mesma, não obstante as mutações, a essência manter-se-ia. Em 1863, em plena guerra civil, o então presidente dos EUA, Abraham Lincoln (Avrashow), num discurso no Cemitério Militar de Gettysburg mencionava que «(...) *that government of the people, by the people, for the people, shall not perish from the earth*».

A democracia não se reduz à velha máxima é o resultado de variados processos que guiam dado Estado no caminho da democratização. Claramente que a eleição política (Martins.2008) não só detém grande importância como é o motor para todo este modelo, mas não se circunscreve apenas no acto eleitoral, caso contrário poderíamos

catalogar o Egipto de Mubarak como um Estado democrático apesar de toda a fraude praticável.

De acordo com o *Economist Intelligence Unit Democracy Index 2010* (The Economist.2010), índice compilado pela revista *The Economist*, o Egipto era catalogado como um regime autoritário. Apesar de regularmente praticar eleições, que apenas serviam para vincular o *National Democratic Party* e Mubarak no poderio, o regime falhava totalmente noutros âmbitos.

Democracia é debruçar sobre direitos e liberdades individuais e colectivas, que devem ser garantidos pelo Estado, não salvaguardando apenas o bem-estar da maioria que elegeu a comunidade de governantes. Embora se efective pela maioria detém grande ponderação pelas minorias. «*Em outras palavras, a Democracia é uma Ética, se chamamos de Ética a capacidade de criar e escolher uma forma de viver, capaz de fazer possível a vida digna para todos. A Democracia é uma forma de construir a liberdade e a autonomia de uma sociedade, aceitando como seu fundamento a diversidade e a diferença*» (Toro.1996:3).

Fundamentalismo Islâmico – O fundamentalismo não é algo tão longínquo como possamos pensar (Lara.2011:563) surge nos primórdios do século XX, nos EUA no seio de comunidades de confissão protestante, que perspectivavam um retorno aos primórdios da religião e o afastamento de qualquer inovação ou moda que tivesse como fim a modernidade. É comumente (Lara.2002:132) associarmos fundamentalismo com terrorismo, mas é necessário salientar que não se assemelham. Como o próprio autor menciona o fundamentalismo «*(...) trata de uma emanção política de uma versão religiosa, levada ao ponto do fanatismo*» (Idem).

O fundamentalismo islâmico surge como uma reacção ao laicismo, à ocidentalização e à imposição desses ideais nas sociedades árabes e da profunda degradação inerente. Surge grandemente no período de colonização, devido à ocupação ou influência estrangeira que seria verificada durante a Guerra-Fria.

Não obstante podemos apontar o século XIII e Ibn Taymiyya (Silva.2010) como precursor do fundamentalismo islâmico embora não haja unanimidade. Até à actualidade inúmeros intelectuais com os seus pensamentos colaboraram para o amadurecimento deste fenómeno.

Identificamos como causas do aparecimento deste fenómeno (*Idem*) uma crise de identidade do mundo árabe, uma reacção ao laicismo, reformismo e secularização, uma postura etnocêntrica e xenófoba para com o Ocidente e seus ideais, um sentimento de humilhação dada a subordinação a poderes exteriores, crise económica e social provocadas pelo êxodo rural e urbanização explosiva e ainda a imposição Ocidental de sistemas políticas que não vingaram e o facto de mantê-los impropriamente.

Para Maria do Céu Pinto (Pinto.2004:485-492) o fundamentalismo islâmico decorre de profundas e graves tensões que são o resultado das mutações demográficas e da incapacidade política na altura das independências em responder aos anseios populacionais. Face à conjuntura irrompem grupos ou movimentos fundamentalistas, o grande incremento verificou-se essencialmente na segunda metade do século XX, que apelavam à aplicação do Islão desde a esfera pública à esfera privada, não havendo separação entre política e religião. O surgimento do Islão como ideologia política deve-se em grande medida ao esgotamento das ideologias seculares, nomeadamente o nacionalismo árabe e o socialismo.

O fundamentalismo islâmico é ainda totalitário, coercivo, repressivo e prevê uma visão literalista da *Sharia'a*. «(...) *Envolve o esforço para fazer regressar os muçulmanos ao caminho do Islão, (...), esgrimindo os princípios islâmicos fundamentais para a satisfação das necessidades e dos desafios da época contemporânea*» (Costa.2001:17). Encaram o Islão (Pinto.2004:485-492) como um sistema total que rege a existência humana devendo ser aplicado em todos os níveis pelos muçulmanos, sendo o recurso à *jihad* é justificável, assim é uma terceira via redutora, maniqueísta e exclusivista (Lara.2011:570), dado o apelo à violência para determinados fins.

3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O Egipto moderno (Osman.2011:21-49) surge com Mohamed Ali, de origem albanesa, governaria o Egipto entre 1805 e 1849. Com a retirada francesa, na sequência das invasões napoleónicas, obtém o controlo do território, permanecendo ainda sob império Otomano. No seguimento do projecto de modernização que Napoleão iniciou, Ali consciencializou-se de que era fundamental continuá-lo, intentando transformar o Egipto em parte integrante da Europa. Modernizar era objectivo primordial (Osman.2012:28), ainda assim fracassaria dadas as imposições económicas e políticas.

Com a abertura do Canal do Suez, em 1869, (*Idem*.27) era firmada a intenção de consagrar o Egipto no espaço internacional, transformando-o num ponto com extrema importância estratégica. Os magnânimos projectos resultaram em graves consequências na economia, com o acumular de enormes dívidas ao estrangeiro verificou-se uma crescente influência externa na política interna.

A preponderância inglesa relativamente aos assuntos internos egípcios tomaria proporções relevantes, culminando (Cook.2012:12-13) na revolta do coronel Ahmed al Urabi e outros oficiais do exército contra a monarquia, em 1882. Ainda assim os ingleses permaneciam, uma vez que para Londres (Gardner:2011:5) o Canal do Suez era ponto essencial nos seus interesses no Mediterrâneo e Norte de África.

Decorria a I Grande Guerra Mundial e o Egipto é declarado um protectorado do Reino Unido, Londres pretendia não só competir com França e Rússia como assegurar a “jóia da Coroa” (Cook.2012:12), a Índia.

Em 1918 um grupo de intelectuais (*Idem*:18-23) envia uma delegação, mais tarde conhecida como Al-Wafd, à presença de oficiais ingleses, com intuito de obterem o fim do protectorado e a retirada dos ingleses, a abolição da lei marcial e ainda a sua representação na Conferência da Paz em Paris, mas sem sucesso

Face ao domínio estrangeira uma nova insurreição surgia em 1919, culminando na morte de cerca de oitocentos egípcios e vinte e nove soldados ingleses. A maior revolta contra os ingleses até à data (Osman.2011:33), evidenciava instabilidade, mas só em 1922 adquiriria a independência. Não obstante o Egipto continuaria refém daqueles e o governo egípcio seguia como fiel servo os ditames de Londres.

O Al-Wafd converte-se na maior força política do Egito, mas movimentos opositores irrompem, salientamos a IM. Fundada em 1928 por Hassan al-Banna, seria a organização com maior relevância no Egito e mundo árabe. A sociedade dos irmãos, também assim conhecida, surge numa altura em que a decadência era latente. O Egito encontrava-se refém de ideais ocidentais que só contribuíam para a carência de poder da sociedade egípcia. *«Com a criação da Irmandade Muçulmana, Hassan al-Banna procurou demonstrar que a pobreza e a falta de poder da sociedade egípcia deviam-se ao fato do país ter fracassado na escolha de um futuro ideal: em vez de seguir o Islão mais puro, decalcou os valores da cultura ocidental»* (Silva.2011:99).

O cariz social adoptado pela organização permitiu uma rápida expansão pela região, transformando-se em forte oposição ao governo egípcio. Hoffmann (2011:1) salienta que apesar da organização encabeçar a oposição nunca apelou à violência para alterar a situação do Estado, não obstante existiram períodos com atitudes um tanto agressivas.

Hassan al-Banna para *reislamizar* o Egito (Silva.2011:101) pretendia *«reclamar uma Constituição baseada no Alcorão, Sunna e nas tradições dos Quatro Rashidun – Abu Bakr, Omar, Othman e Ali; defender a abolição das leis seculares e a aplicação estrita da Shari’a a toda a sociedade; proibição da usura e dos monopólios; Coleta e consecutiva distribuição da Esmola Legal (Zabat) pelos mais carenciados; reforço das orações diárias e do jejum do Ramadão; supressão da prostituição, do álcool e dos clubes nocturnos; prescrição das práticas consuetudinárias alcorânicas em matéria de vestuário, livros, revistas, jornais e filmes»*, que seria fulcral para o estabelecimento de Estados islâmicos e posteriormente na unificação de todos sob a *Umma*.

3.1. A decadente monarquia do rei Farouk

Quando Farouk herda a monarquia egípcia (Cook.2012:26), em 1936 o cenário não se havia alterado e a tensão política era latente. O partido do poder, Al-Wafd, perdia a sua base de apoio, transformando-se num partido da elite e até mesmo da monarquia, decaía na impopularidade por não manter a independência.

A emancipação (Silva.2011:100) foi algo que nunca se efectivou, na prática assistíamos a uma espécie de semi-independência, apesar do Egito (Gardner.2011:5)

formalmente não ser uma colónia as relações entre egípcios e ingleses evidenciavam uma clara dominação, motivo de grande descontentamento e de instabilidade política.

Com a assinatura do Tratado Anglo-Egípcio (Cook.2012:25-26), em 1936 o coro de protestos aumentava. O tratado perspectivava a retirada das tropas inglesas permanecendo apenas uma guarnição, de 10 mil homens, no Canal do Suez a fim de protegê-lo, estipulava protecção inglesa ao Egipto em caso de agressão estrangeira e determinava que a soberania do Sudão pertencia ao povo sudanês. A pretensão da independência total, da retirada completa dos ingleses do território egípcio não era alcançada e a unidade no vale do Nilo sucumbia. Nasser, na altura, um jovem oficial, recordaria «*the episode marked Egypt's worst humiliation (...)*» (Gardner.2011:40).

A crescente perda de credibilidade política juntamente com as dificuldades económicas proporcionaria descontentamento generalizado. Deficiências estruturais conjuntamente com programas de desenvolvimento megalómanos (Osman.2012:46) causaram a falência da experiência liberal. O Al-Wafd assistiria à sua queda (Idem:32). Os governos minoritários tornavam-se usuais, e o Al-Wafd e a IM transformar-se-iam em forças desestabilizadores.

Juntamente à frustração egípcia (Idem:33-35), já no final de 1947 era criado o Estado de Israel e procedia-se à repartição da Palestina. Segundo al-Banna (Idem:35), era altura de efectivar-se a *jihad* na Palestina. Em Abril de 1948, um batalhão de voluntários é enviado para o norte do Sinai e liderados por oficiais egípcios preparam-se para o iminente conflito.

Logo após à partida dos ingleses do território (Gardner.2011:23) em Maio de 1947, o conflito principia com a invasão árabe às zonas demarcadas pelas Nações Unidas como integrantes de Israel. Uma pesada derrota e um bloqueio de armas para os Estados árabes seria o resultado do conflito. Apesar de períodos de tréguas, Israel avançaria sob o território, e só em meados de 1949 cessaria o primeiro conflito israelo-árabe.

É na sequência da posição da IM face à Palestina e de suspeitas de preparar uma revolução (Cook.2012:35-38), que o grupo é reduzido à clandestinidade. Com o assassinato em 1948 do primeiro-ministro por um membro da IM, o executivo procede a intensa repressão à oposição, no que ficaria dominado como “*official terror*” (Idem:36). Como represália em 1949, al-Banna é assassinado. A prematura morte de al-Banna não

culminou na dissolução da organização, permaneceu politicamente organizada como força opositora do regime.

Em 1951 o tratado assinado em 1936 é anulado. O chefe de executivo exporia «*for the sake of Egypt I signed the 1936 Treaty and for the sake oh Egypt I call on you today to abrogate it*» (Gardner.2011:33).

Salientar que desde a independência (Cook.2012:38), o Egipto assistiu a trinta e quatro governos. O fim precipitava-se para um regime já moribundo.

3.1.1. O Golpe dos Oficiais Livres

A 23 Julho de 1952 o Egipto transformar-se-ia para todo o sempre. Na óptica de Cook (2012:39) os militares agiram devido a sentimentos de cólera e humilhação perante a conjuntura, e não por deterem dada ideologia ou um grande projecto. Salienta que pretendiam uma reforma e não uma revolução, mas inevitavelmente caminhariam àquela.

Como supramencionado, foram sentimentos de descontentamento profundo, pelos sucessivos acontecimentos, que culminaram no golpe militar. Para Nasser (*Idem*:41-42), figura central dos Oficiais Livres, o tratado de 1936 demonstrou a total submissão egípcia aos ingleses, dado os interesses económicos e estratégicos daqueles. A interferência inglesa na política interna egípcia era intolerável, salientamos a entrada egípcia na II Guerra Mundial, que se deveu a unicamente a intensas pressões inglesas à monarquia e ao executivo egípcio. Salientar ainda que as disparidades na sociedade eram enormes, motivadas pelas gravosas consequências económicas.

Embora nos primeiros meses continuassem com a política liberal (Cook.2012:45) do anterior governo, uma vez que era necessário solucionar os problemas económicos, a política liberal seria alterada para uma forte política socialista e populista. Várias reformas seriam encetadas (Osman.2011:54-56). Primeiramente seria a reforma agrária que pretendia disseminar a profunda desigualdade existente entre os detentores de propriedade, impondo um sistema onde a equidade e o progresso fossem ordem.

Seguidamente seria a vez do sector público, já que o sector privado predominava e a intervenção do Estado era muito reduzida. O sector público (Alissa.2007:3) seria desenvolvido de maneira a tornar-se o principal motor de crescimento, com o Estado a

investir em infra-estruturas e serviços sociais. A restrição ao sector privado seria verificada na vaga de nacionalizações da década seguinte.

Simultaneamente seria aprovada a lei da dissolução dos partidos (Cook.2012:47-51). Apesar de os oficiais não terem o poder consolidado e não pretenderem nenhuma afronta, esta medida dificultava o surgimento de outro foco de poder. Invés de partidos seria constituído o Liberation Rally (1953-1958), que pretendia ser um meio de controlo político e um suporte para mobilização popular, mas não teria tanta popularidade como as antigas forças políticas, ainda assim seria modelo para futuras organizações, National Union² (1958-1961) e Arab Socialist Union³ (1961-1976).

No início de 1953 os Oficiais Livres seriam transformados no *Revolutionary Command Council*, e procedem à abolição da monarquia.

3.2. Nasser, o Herói do Egipto

Instituída a república, a revolução dos Oficiais Livres iniciava um longo período.

O processo revolucionário evidenciava indícios favoráveis (Osman.2011:57-59). A economia egípcia crescia 9% ao ano durante aproximadamente uma década, enquanto o desemprego e a inflação encontravam-se em baixos níveis. Já Cook (2012:72) refere que a economia egípcia cresceu não mais que 4% ao ano, mas comparativamente ao anterior regime, conseguiam soluções os para problemas sociais e ainda desenvolvimento económico, mas após a década de sessenta verificamos uma contracção económica.

² O NU surge em 1958, na sequência da agressão tripartida. Urgia fomentar um instrumento que consolidasse a política interna e o restante mundo árabe, que combatesse os intentos imperialistas que apenas contribuía para a divisão árabe e que diluísse possíveis focos de poder divergentes. Nasser (PerLmutter.1981: 209) pretendia com a nova organização estabelecer uma sociedade onde a democracia e a justiça social fossem rumos a atingir. Também pressupunha a independência e liberdade dos árabes e incentivar a unidade árabe sob mandado egípcio, o NU produção de Nasser, seria perspectivado com a criação do *United Arab Republic*. Com o falhanço do UAR em 1961 o NU desagregaria. A organização (*Idem*:219) seria catalogada como uma organização de papel;

³ O ASU (Blaydes.2011:31) criado em 1961 após os falhanços das anteriores organizações era um projecto mais ambicioso. Pretendia impedir o surgimento ou desenvolvimento de outras forças políticas como ainda controlar a mobilização das massas. Tanto o LR, NU ou o ASU foram essencialmente instrumentos de controlo político de Nasser sob uma sociedade autocraticamente governada;

Face a tamanho desenvolvimento e progresso a situação egípcia (Osman.2011:57) seria equiparada a outras realidades, especificadamente a Coreia do Sul, já que estávamos perante um exemplo de sucesso.

Além dos inúmeros benefícios (Bradley.2008:9-10), a libertação do Egipto de domínio estrangeiro, a expansão do sistema de educação, a reforma agrária e a nacionalização do Canal do Suez, em contrapartida assistíamos ao fim do multipartidarismo e o estabelecimento de um sistema de partido único, de inúmeras regalias às Forças Armadas, perseguição e abolição da IM e a instituição de um Estado governado por uma ditadura militar. Estas práticas contrapunham a constituição (Feuille:240) estabelecida em 1956 por Nasser.

Não obstante, Nasser tornar-se-ia no Homem do Médio Oriente. Na sua óptica (Osman.2011:65-68) pretendia criar um Egipto moderno e laico que detivesse uma doutrina que extrapolasse pela região, panarabismo, que converteria o Egipto no santuário do nacionalismo árabe. O panarabismo deteria imensos apoiantes pela região, especialmente após o estabelecimento do Estado de Israel e da consciencialização de que detinham um inimigo indestrutível.

Nasser pretendia liderar essa unidade árabe como tal em meados de 1958 assistiríamos à criação da UAR juntamente com a Síria. Em 1961 a unificação finda, dada a impossibilidade de entendimento entre dois territórios divergentes e complexos e a tentativa egípcia de absorver e não proceder a uma união com o outro Estado.

Apesar da retórica de Nasser, inicialmente assistiríamos a uma aproximação norte-americana, dado o pedido de auxílio económico⁴ e militar. O auxílio perspectivado

⁴ Após a II Grande Guerra Mundial (Truman.s.d.:747-753), havia a consciencialização por parte das populações de que com o fim daquele conflito reinaria a paz e a prosperidade por tempo indeterminado. Claramente que a realidade pós conflito em nada assemelhava-se com as expectativas das pessoas. É certo que se verificou determinadas mudanças em prol da democracia, mas assistimos à implementação de regimes que não detinham práticas democráticas, nomeadamente regimes comunistas, quer pela Europa quer pela Ásia. Face à expansão da URSS, os EUA questionavam-se que posturas deveriam adoptar. Três distintas visões surgiram, mas a que vingaria ficaria conhecida como “*Truman doctrine*”, que seria apresentada perante o Congresso a 12 de Março de 1947. Na altura, Harry S. Truman, então Presidente dos EUA, mencionaria «(...) *this is a serious course upon which we embark. I would not recommend it except that the alternative is much more serious... The free peoples of the world look to us for support in maintaining their freedoms*». He concluded: «*If we falter in our leadership, we may endanger the peace of the world and we shall surely endanger the welfare of our own Nation*» (Karvounarakis.s.d.:21). De forma concisa pretendia prevenir qualquer possível expansão do comunismo, a partir de várias iniciativas, nomeadamente apoios financeiros para recuperação da economia e ainda auxílio militar, para com a Grécia e a Turquia.

Por sua vez a “*Eisenhower doctrine*”, alargava a área de influência dos EUA. Se com a “*Truman doctrine*”, Washington detinha influência até Ancara, a nova política externa pressupunha a extensão da mesma até à Ásia (http://www.epw.in/system/files/pdf/1957_9/2/the_eisenhower_doctrine.pdf,

pelos norte-americanos como indispensável (Gardner.2011:45-46), dada a posição estratégica do Egito, seria foco de intensa pressão inglesa e israelita, e culminaria no retrocesso das pretensões norte-americanas. A região na altura encontrava-se sob “*fanatical revolutionary spirit*” (Gardner.2011:49) e as pretensões norte-americanas colidiam com os interesses israelitas e ingleses, pois estes argumentavam que o auxílio militar seria utilizado sobre os mesmos.

Na época, urgia criar na região uma linha defensiva contra o expansionismo soviético mas o conflito israelo-árabe e as disposições governamentais egípcias não permitiam uma aliança entre Israel e os territórios árabes. Em 1955 surge o *Baghdad Pact*, pacto entre os países que detinham linha fronteiriça com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e com o Médio Oriente, nomeadamente Turquia, Iraque, Paquistão e Irão, juntamente com Reino Unido e EUA. A organização pretendia promover a estabilidade e cooperação e evidentemente travar a propagação do comunismo, mas para Nasser era uma tentativa de isolá-lo.

3.3. De cúmplice a clandestina

A “lua-de-mel” (Hoffmann.2011:27) entre a IM e os Oficiais Livres, ambos conspiradores do golpe, seria efémera.

Após a morte de al-Banna (Cook.2012:58-61), a organização assistiu a um período de intensa turbulência e alguma fragmentação. Com o novo líder, al-Hudaybi, reorganizou-se e cooperaria com o movimento clandestino dos Oficiais Livres. Se aquando da II Guerra Mundial (Silva.2011:103), a IM era uma das organizações mais activas no Egito acabaria por ser reduzida à clandestinidade, dado o poderio alcançado.

Após o triunfante golpe (Cook.2012:58-61) as relações entre ambos entrariam num processo aniquilador, dadas as posições divergentes sobre o rumo a adoptar. A IM

consultado em Janeiro de 2013). Face às dinâmicas de poder verificadas no Médio Oriente, a política externa norte-americana necessitava de uma reavaliação, sendo que urgia estender a área de influência dos EUA àquela zona (http://www.eisenhower.archives.gov/education/bsa/citizenship_merit_badge/speeches_national_historical_importance/eisenhower_doctrine.pdf, consultado em Janeiro de 2013). Tal como a “*Truman doctrine*” pressupunha reter a expansão do comunismo, se primeiramente na Europa, dez anos depois, era a vez do Médio Oriente (<http://www.shafr.org/wp-content/uploads/2011/11/EisenhowerDoc.pdf>, consultado em Janeiro de 2013), novamente através de apoios, quer económicos quer militares;

pretendia o estabelecimento de um Estado islâmico e o estabelecimento da *Shari'a*, já os oficiais aspiravam um Estado totalmente laico.

A tensão crescente entre Nasser e a IM culmina na tentativa de assassinato daquele por um membro da organização. Cook (2012:60) sugere que a tentativa de assassinato é susceptível que tenha sido um complô a fim de desacreditar a IM. Para Hoffmann (2011:27) a tentativa de assassinato resultou da desunião na organização e da fraca liderança de al-Hudaybi. O acontecimento proporcionava grande margem de manobra a Nasser e sob pretexto de que a organização pretendia derrubar o regime era essencial destruir a mesma.

Uma campanha de perseguição é então iniciada. Vários membros da IM são presos, outros executados ou perseguidos e a IM é reduzida à clandestinidade. Repentinamente (Cook.2012:83) não havia organização, estratégia nem actividade política.

Apesar da forte repressão, os irmãos muçulmanos não se deixaram intimidar, ressurgindo em finais de 50. Com al-Hudaybi preso e a organização encontrando-se sem líder surge apoio a favor da liderança de Sayid Qutb, que havia despontado na década de 50, na IM. Ideólogo muito influente influenciaria não só a organização mas outras, com uma ideologia (Silva.2011:104) totalmente distinta da IM, mais radical e violenta pois só assim conseguiriam estabelecer um Estado islâmico. A *jihad*, não só defensiva mas essencialmente ofensiva, seria (Silva.2011:106) essencial para converter sociedades que não eram governadas de acordo com os princípios islâmicos.

É certo que a repressão de Nasser possibilitou o surgimento dessa facção mais radical, mas a fraca liderança de al-Hudaybi foi essencial.

Em 1965 um plano para assassinar Nasser é descoberto, culminando (Ryan.2001:8) no episódio mais dramático da política egípcia, mais de 18 mil pessoas seriam presas. Al-Hudaybi apesar de acusado é mantido sob prisão, Sayid Qutb juntamente com outros membros são mortos em Agosto de 1966 após julgamento. Apesar da forte repressão a IM manteria o seu papel de oposição com determinada dificuldade.

3.4. Mudança de Rumo

Gardner (2012:59-61) salienta que a relação entre EUA e Egipto «(...) *“began to fade into history’s limbo of lost opportunities... It became Egypt’s door out of the parochialism of the Arab world into the new horizons of awakening Africa and Asia. (...) The Egyptians had for some time complained that the United States took the position that Israel was entitled to have weapons equal to, or better than, the entire Arab world* ».

A tensão aumenta entre o Cairo e Washington, quando o Egipto procede à compra de armas à Rússia, em Agosto de 1955. Várias elações os EUA retiravam deste acto, para além de não controlarem a distribuição de armas no Médio Oriente, Moscovo demonstrava que o *Baghdad Pact* não respondia ao primordial objectivo provando que conseguia infiltrar-se na região.

Aquando da nacionalização do Canal do Suez, em 1956 (Cook.2012:65) não restavam dúvidas da posição pró – moscovita. Nasser ditava assim o rumo político e económico do país, do Médio Oriente e Europa. Com a nacionalização do canal e a proibição da passagem israelita as relações entre Egipto e EUA entrariam em ebulição.

Em Outubro, Israel avançaria sob o Sinai provocando o conflito do Suez. Num ultimato, Reino Unido e França, notificavam Egipto e Israel a findar com as hostilidades exigindo que fosse permitida liberdade de navegação no Suez a todas as nações, caso contrário ocupariam o canal temporariamente.

Naturalmente Nasser (Cook.2012:70) não aceitaria tal resolução remetendo para um complô dos três actores. O Egipto sofre então uma agressão tripartida, na qual EUA e URSS discordavam totalmente, evidenciado nas notas diplomáticas emitidas.

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, sob a resolução *“Uniting for Peace”*, estipularia um cessar-fogo, a retirada das tropas dos territórios ocupados e a primeira United Nations Emergency Force, com intuito de preservar a pacificação.

Para Cook (2012:71) apenas quando os EUA ameaçaram os ingleses de retirar a ajuda económica através do FMI, é que efectivamente se verificou um recuo na aliança tripartida e no conflito.

Com o findar do conflito a posição de Nasser estava mais reforçada no Egipto e na região e a nacionalização do Suez estava legitimada. Contrariamente, Londres perderia influência na região, como encararia uma série de inimizades pelo mundo árabe.

3.5. O Princípio do Fim

A tensão com Israel advém desde a criação daquele Estado, mas agudizar-se-ia com o tempo.

A contínua ajuda militar norte-americana a Israel demonstraria que este era um inimigo um tanto indestrutível (*Idem*:53). Com a nacionalização do Suez, Israel deixaria explícito a intenção de recorrer ao conflito quando necessário.

Durante 1967, Nasser recebia constantes alertas da Inteligência soviética, prevenindo de que os israelitas estariam a avançar rumo à fronteira síria, algo que não sucedia, e culminou na tragédia egípcia. A tensão existente entre Israel e Síria, como as divisões no seio do mundo árabe influenciariam a decisão de Nasser.

Em inícios de Maio as forças do UNEF são convidadas a se retirar do Sinai, Nasser procede ao encerramento do Estreito de Tiran aos navios israelitas e juntamente com o rei da Jordânia, até então um rival de Nasser, assina um acordo de defesa, dado o escalar de tensão e inevitabilidade do conflito.

O conflito que ficaria denominado como “*Six Day War*”, contrapondo Israel ao Egito, Síria e Jordânia, rompia a 5 de Junho. Apenas em 72 horas os egípcios estavam aniquilados. Findado o conflito as sequelas eram totalmente gravosas. Para além dos inúmeros danos militares, técnicos e humanos, as consequências geoestratégicas foram imensas. Israel passaria a controlar a Península do Sinai, os Montes Golan sírios, a Cisjordânia e Jerusalém.

O fim das hostilidades não significou o fim do nacionalismo árabe mas de Nasser. Osman (2011:73) conta que Sadat, aquando da sua presidência, terá comentado que Nasser não morreu a 28 de Setembro de 1970 mas sim a 5 de Junho de 1967.

A imagem de Nasser saiu totalmente fragilizada no Egito e na região. Osman (*Idem*) acrescenta que «*the hero, the historical giant, the dream, was revealed to be a mere inept leader presiding over a failing system. He trusted military commanders who proved to be incompetent and hopeless (...); the great leader rushed into a battle only to be trounced in less than a week*».

Após a terrível humilhação Nasser procede à abertura de processos e julgamentos a inúmeros indivíduos das Forças Armadas, a fim de descobrir culpados. Um ano depois, conhecidos os veredictos e dada a discrepância das penas praticas a população

manifestar-se-ia nas ruas. Dada a vulnerabilidade do regime, seria aprovado o que ficaria conhecido como “*March 30 Program*”.

Para além de (Cook:2007:67) indicar os problemas que contribuíram para pesada derrota egípcia, o falhanço das escolhas de importantes intervenientes no seio militar e deficiências no sistema político, estabelecia a necessidade de rumar à democracia e à justiça social. Para Nasser a recuperação do território ocupado e da honra egípcia não dependiam apenas de um exército militarmente preparado mas de uma sociedade organizada caminhando à democratização.

O desenrolar dos acontecimentos evidenciava que a guerra ainda não tinha cessado, apesar das tentativas da ONU de obter entendimento de todas as partes.

Nasser no início de 1969, anunciaria a “*War of Attrition*”, pretendia demonstrar que a ocupação do Sinai seria danosa para os israelitas.

Cook (2012:109) salienta que na altura as Nações Unidas através do diplomata sueco Gunnar Jarring tentaram implementar a Resolução 242 do Conselho de Segurança. Sumariamente estipulava a retirada israelita dos territórios ocupados após o conflito, o fim do estado de beligerância, o respeito e reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado, liberdade de navegação em águas internacionais e ainda a criação de zonas desmilitarizadas. As acusações mútuas e as sucessivas violações de cessar-fogo contribuiriam para o fracasso da pretensa da organização.

3.6. “Who will lead us, Gamal?”

Gamal Abdel Nasser morre a 28 de Setembro de 1970, de causas naturais. Apesar da evidente quebra de influência a morte de Nasser foi sentida com grande comoção, uma vez que foi o grande ícone do Egipto e da região.

Na primeira década conseguiu obter significativos ganhos económicos que permitiram uma profunda transformação da sociedade, de encontro à justiça social.

A partir de meados da década de 60 verifica-se uma desaceleração económica, mas foi o desfecho do conflito de 1967 que proporcionou um duro golpe no regime. É na sequência deste acontecimento que Nasser sofre as primeiras manifestações de desagrado. Para o Ocidente (Gardner:2011:109-110), o fim da ameaça do nasserismo

era agradável já que Nasser era o líder cultural e intelectual do Médio Oriente e o guardião do Suez.

Apesar das grandes alterações (Cook.2012:111-113) que Nasser proporcionou algumas disparidades se mantiveram no seio da sociedade. O Egipto manteve-se pobre, autoritário e dependente de poderes exteriores, similar à época ulterior a 1952

Na época intelectuais previam que com o desaparecimento de Nasser um período de grande instabilidade surgiria no Egipto até ao aparecimento de um sucessor. Contrariamente um nome seria apontado, Anwar Sadat até então vice-presidente.

3.7. Sadat e a Presidência Partilhada

Face à situação do país (Cook.2012:119-123) Sadat assumia que os problemas não poderiam ser solucionados com uma liderança colectiva, urgia acabar com a influência do triunvirato e seus aliados.

De referir que quando Sadat assume o poder (*Idem*:113-114) os designados homens fortes do Egipto, Sami Sabri líder do ASU, Sharawi Guma Ministro do Interior, e Sami Sharaj Ministro de Estado dos Assuntos Presidenciais, impunham uma série de pressupostos que afiguravam uma presidência partilhada. Sadat seria a figura visível do regime enquanto os restantes governariam.

Assumida a presidência, Sadat consegue aniquilar o triunvirato e apoios. Agindo estrategicamente, apoiou-se nos aspectos fracos dos seus rivais, nomeadamente as forças armadas, a polícia, e a esquerda.

Sadat fincava assim a sua posição, contrapondo os que consideravam um líder de transição.

3.8. Mudar o Rumo da Revolução

Sadat deparar-se-ia com uma economia profundamente desequilibrada (Brownlee.2011:648), após dois grandes conflitos em sete anos, urgia encontrar capital para infra-estrutura e recuperação económica, dada a desaceleração económica, o crescente endividamento e o desemprego.

Urgia reformular o percurso iniciado por Nasser, (Cook.2012:123) remediar os excessos das anteriores duas décadas que estavam a sufocar o desenvolvimento no país,

ou seja uma “*corrective revolution*”. Claramente que só após o afastamento do triunvirato e seus aliados, dissolução, eleições e uma profunda reestruturação do ASU é que verificaríamos esta postura.

Conjuntamente assistiu-se a uma mudança política (*Idem*:124-127) relativamente à IM. Sadat apercebendo-se que teria de consolidar poder e que a IM detinha imensos potenciais, procede à libertação dos seus membros. Apesar de não legalizá-la a organização usufruía de relativa liberdade, já que (*Idem*.125) seria fulcral para combater a influência da esquerda e o surgimento de grupos extremistas. Não obstante a IM criticaria acerrimamente o regime, pela *infitah* e Tratado de Paz com Israel, que abordaremos atempadamente.

3.9. Infitah

É com a Lei 65 de 1971 (Esfahani.1990:8), que a economia egípcia procede à abertura ao investimento de fundos árabes, e estrangeiro caso fosse aprovado pela classe governante, permitindo interesse árabe e ocidental no Egipto já que eram fornecidas garantias à protecção da propriedade privada.

O “*October Working Paper*”, de 1974 um novo rumo para a economia e sociedade era perspectivado e mudanças eram estipuladas nos diversos sectores da sociedade. Redefiniu a economia egípcia sob três pontos (Ates *et all*.2006:62), necessidade de importar tecnologia e capital estrangeiro com intento de fomentar o desenvolvimento económico, promover facilidades financeiras a investidores estrangeiros com objectivo de obter financiamento e ainda incentivar o uso de mão-de-obra egípcio(a). O “*October Working Paper*” contribuía para o surgimento da reorganização económica que ficaria denominada como *infitah*.

«“*Infitah*” is a broad term, which has often used to describe economic and political liberalisation throughout the Arab World, was first used in this context in Egypt» (Ates *et all*.2006:60). Com a *intifah*, Sadat começa a afastar do *nasserismo*, ainda assim continuou a usar a revolução de 1952 como base das suas políticas e iniciativas, afirmando «*let me be clear that we are building, not destroying; correcting, not smashing; developing and reinforcing everything that is positive, and liquidating all that is negative*» (Cook.2012:136).

A *intifah* destruía quaisquer vestígios da edificação de Nasser. Sadat propunha uma reformulação, com a nova política económica (Cook.2012:137) evidenciava que o futuro económico do Egipto passaria pelo sector privado, investimento estrangeiro e integração da economia egípcia no restante mundo.

Esta nova política (Osman.2011:130) pretendia lançar os pilares para a democracia, capitalismo e que o Egipto estivesse ocidentalmente orientado.

3.9.1. O Fim Estratégico da ASU

A ASU era opositora às práticas de Sadat e, uma vez que poderia impedir os seus intentos, urgia cessar com a mesma.

No início de 1976 seria dividida em três plataformas políticas, o *National Progressive Union Organization*, o *Socialist Liberal Organization* e por fim o *Arab Socialist Organization*. Começava assim a era do multipartidarismo, após anos da arena política reduzida a um partido.

Em 1978 Sadat institui o seu próprio partido, *NDP*. Com a criação do NDP, o espectro político e a sociedade egípcia seriam profundamente alterados, já que dominaria a cena política até à presidência de Mubarak. «*Although Sadat allowed other parties to voice opinions or compete in elections, they were rarely able to directly challenge the power of the NDP. In all elections since its establishment, the NDP has won by large margins and is the only political party that significantly affects Egyptians' lives*»⁵.

3.9.2. Falhanço da Intifah

Apesar do feito económico e dos impressionantes indícios, a *intifah* não conseguira responder às necessidades da população, culminando em grande instabilidade nos finais de 70 e tensões provocadas por alterações sociais e políticas.

Sensivelmente a partir de 1974 a economia egípcia começa a recuperar, diferenciando dos anos transactos. Entre 1974 e 1985 (Alissa.2007:3) a economia egípcia cresceu a uma média de 8% ao ano, contrapondo os 2,85% entre 1964/5 e 1973,

⁵ Informação retirada do seguinte endereço electrónico <http://egyptelections.carnegieendowment.org/2010/08/11/sadat-dissolves-the-arab-socialist-union-and-establishes-the-national-democratic-party>, consultado em Outubro de 2012;

devido a variados factores, a alta dos preços do petróleo, o retorno dos campos petrolíferos do Sinai por Israel, a reabertura do Canal do Suez e remessas de emigrantes, que contribuíram para grande fluxo de divisas.

Apesar dos notáveis indícios a economia egípcia não conseguiria responder aos problemas com que se depararia. A integração no mercado global (Weinbaum.2011:216) tornava a economia egípcia cada vez mais exposta, detendo impactos na exportação e importação de bens e claramente nos preços.

O sector público continuou a ser o principal sector do Estado e o sector industrial não assumiu a liderança na economia deixando esse papel para a banca e serviços. Ainda a acrescentar que a intensa burocracia e a corrupção contribuíram para o afastamento de potenciais investidores. A situação ainda pioraria com as várias sanções económicas árabes em finais de 70 devido à posição egípcia perante Israel. O fosso entre pobres e ricos aumentou drasticamente.

A *intifah* (Osman.2011:137) divergia totalmente dos dogmas de igualdade e justiça social defendidos por Nasser, pois proporcionou enriquecimento apenas a um pequeno grupo em detrimento da sociedade. A acrescentar que não considerou as complexidades socioeconómicas e não procedeu a uma reforma estrutural da economia.

O agudizar de frustrações seria latente na sociedade. Osman (*Idem*:135-136) refere que «(...) *millions of Egyptians felt cheated, that their reward was instead being reaped by a privileged elite floating over them*».

A popularidade de Sadat havia deteriorado culminando nas manifestações de Janeiro de 1977 (Cook.2012:141-142), o maior incidente do governo de Sadat, denominado de “*Bread Riots*”. Na sequência do parecer por parte do Fundo Monetário Internacional para reduzir os subsídios fornecidos à população em produtos básicos os ânimos incendiar-se-iam, provocando confrontos e cerca de 800 mortes. Com o auxílio das Forças Armadas, Sadat recua no corte dos subsídios.

Ultrapassada a vicissitude a popularidade de Sadat estava em plena queda. A *intifah* não só ceifou a sua reputação como a vida de muitos egípcios. As políticas de Sadat (Gardner.2011:143) produziram uma amálgama do pior que tem o socialismo e o capitalismo, matando (Osman.2011:136) o ideal de Nasser.

3.10. O Processo de Paz com Israel

As relações com Israel não evidenciavam qualquer progresso. A permanência israelita no Sinai era motivo de insatisfação e de pressão para alterar o panorama.

Não obstante a pressão política, algumas reticências emanavam das Forças Armadas relativamente a um possível conflito com Israel, dadas as consequências do anterior conflito. Face à inércia de Sadat, o Egipto seria marcado por instabilidade, política e social, e relutância soviética no fornecimento de armamento.

Embora tivesse assinado um acordo em 1971 com Moscovo, Sadat procederia em Julho de 1972 à expulsão de conselheiros militares soviéticos. Com este acto, Sadat rompia com uma aliança iniciada por Nasser em 1955. Ainda assim (Cook.2012:132) Moscovo acabaria por regressar ao Cairo enviando armamento.

Apesar da profunda instabilidade, a 6 de Outubro de 1973 inicia a operação denominada “*Badr*”. As Forças Armadas rumariam até ao Suez, uma vez que aí se encontravam bases israelitas e posteriormente seguiriam até ao Sinai.

Para Stephens (2008:44) a principal causa da guerra de *Yom Kippur*, foi essencialmente o impasse diplomático que sucedeu à *Six Day War*. A política árabe das três negações, não à paz, não ao reconhecimento e não à negociação com Israel e mais tarde o argumento israelita “*no war–no peace*”, culminaram no conflito.

Inicialmente o que evidenciava um vitorioso sucesso, dado o ataque surpresa no decorrer do dia santo judaico de *Yom Kippur*, transformou-se numa calamidade. Rapidamente as forças israelitas organizar-se-iam e dada a deficiente liderança egípcia seriam esmagados por Israel. A rápida alteração da dinâmica do conflito (Bolia.2004:55) deveu-se à conjugação de determinados factores independentemente da supremacia tecnológica. «(...) *While the Israelis were able to overcome their deficiencies, they did so only by means that were completely independent of technology: the quality of their leaders, the quality of their troops, and their national spirit*».

Face à pressão dos EUA e URSS para um cessar-fogo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptaria a 21 de Outubro a Resolução 338, que pressupunha um imediato cessar-fogo, a implementação da Resolução 242 e o início de negociações para estabelecer a paz na região. Os combates cessariam a 26 de Outubro. Considerado o mais sangrento conflito israelo-árabe foi o evento que proporcionou as primeiras fundações para a paz na região.

Apesar dos infortúnios sofridos pelo exército egípcio, a euforia assomaria às ruas e Sadat seria considerado o “*hero of the crossing*”, já que havia obtido os seus intentos. É certo que o conflito não foi vitorioso para os árabes, mas o sucesso obtido inicialmente proporcionou um sentimento de justiça relativamente à humilhação de 1967.

Apesar do conflito ter cessado em Outubro, o cessar-fogo só seria assinado a 11 de Novembro. Confrontos esporádicos continuaram até à assinatura de um acordo que ficaria conhecido como “*The First Disengagement Agreement*”, a 18 de Janeiro de 1974. Do acordo resultava o firmamento de determinados objectivos, salientamos o assentimento de ambos intervenientes de abster-se de qualquer ataque, a retirada de ambas as forças para 20 quilómetros a norte-sul do canal, a limitação em força e armamento da área entre o Egipto e o canal e o patrulhamento por parte de uma força da ONU entre os dois Estados numa denominada zona tampão.

Em Setembro de 1975 outro acordo entre Israel e Egipto surge, “*Interim Agreement*” e estipulavam novos pressupostos para Israel e Egipto, sendo de realçar o direito de navegação de Israel no Canal do Suez.

Urge aqui mencionar o papel que o então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, deteve no período de conflito e essencialmente no pós conflito, com a denominada “*shuttle diplomacy*”. De Novembro de 1973 até Setembro de 1975, Kissinger realizou cerca de onze viagens ao Médio Oriente evidenciando o intento norte-americano de encontrar um rumo para a paz entre os intervenientes.

A visita de Sadat a Jerusalém alteraria totalmente as dinâmicas do Médio Oriente, e os dois Estados iniciam negociações bilaterais, conjuntamente as relações com os restantes Estados árabes acabariam por se deteriorar. Apesar disso (Cook.2012:147) Sadat não pretendia uma paz unilateral mas uma solução para o conflito israelo-árabe, contrariamente às pretensões de Menachem Begin, Primeiro-Ministro israelita, não desprender-se da Faixa de Gaza ou da Cisjordânia.

Sem qualquer progresso, J. Carter, presidente dos EUA, convidaria Sadat e Begin a reunirem-se em Camp David, decorria o ano de 1978. Do encontro resultava um entendimento denominado acordos de Camp David, que pressupunha a retirada gradual de Israel do Sinai, o estabelecimento da paz entre ambos e a instituição de um regime autónomo na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Um ano depois é assinado (*Idem*:149) o “*Treaty of Peace between the Arab Republic of Egypt and the State of Israel*”. Estabelecia o fim do estado de beligerância, a instituição da paz, pressupunha a retirada de Israel do Sinai, propôs o estabelecimento de relações normais e amigáveis entre os intervenientes e por fim a navegação de Israel no Suez, no Canal de Tiran e no Golfo de Aqaba.

3.10.1. O Fim de Sadat

O Egito procedia ao estabelecimento da paz separadamente do restante mundo árabe, culminado no profundo descontentamento dos líderes árabes e das forças políticas e sociedade egípcia.

Apesar da obtenção da paz a economia egípcia sofreria gravosas consequências. O mundo árabe pressionaria o Egito com sanções económicas, que teriam um profundo impacto na economia e evidenciariam os insucessos da *infitah*.

O Egito seria expulso da Liga Árabe e a sede da organização alterada para Tunes. Sadat encontrava-se politicamente isolado na região e o Egito (*Idem*:151-154) seria reduzido à condição de pária no mundo árabe.

Face ao profundo descontentamento e à instabilidade interna, Sadat opta por realizar alterações à constituição, como forma de cessar com as crescentes críticas, que não teriam qualquer efeito prático, apenas beneficiando uma minoria numa sociedade onde a democracia e prosperidade não eram alcançadas.

As críticas continuariam e o regime adoptaria uma postura agressiva relativamente à oposição. Hassan (2010:322) refere que Sadat procederá ao aprisionamento de todos os líderes da oposição e ainda de jornalistas, minando totalmente o processo de democratização. Atrevemos a afirmar que a democracia há muito que se encontrava minada.

A tão proclamada política de liberalização logo foi reconduzida a uma política de autoritarismo para salvaguardar o poder. O descontentamento generalizado culmina em Outubro de 1981, nas comemorações do “*Crossing of the Suez Canal*”, no assassinio de Sadat.

Apesar da morte um tanto prematura, o Egito não decaiu no caos nem em profunda instabilidade. Tanto os militares como a segurança interna rapidamente

assumiriam o controlo do país preparando a sucessão que cairia no então vice-presidente, Hosni Mubarak.

4. ERA DE MUBARAK

4.1. Legado Económico de Sadat

A 14 de Outubro de 1981 Mubarak toma posse. Ao contrário do seu antecessor (Cook.2012:158), a passagem de vice a presidente não gerou polémica nem seria contestada.

A economia egípcia se encontrava totalmente fragilizada e urgia estabilizar o país. Muitos advogavam (Osman.2011:139-140) que, com a presidência de Mubarak, assistiriam a um distanciamento do que havia sido perspectivado nos anos 70, uma vez que era uma nova face no espectro político e não estava implicado nos casos de corrupção da *infatih*, as expectativas eram imensas. Porém para outros a situação económica, política e social do Egipto contribuiria para o estabelecimento dos militares num território à beira da instabilidade social.

Logo após a tomada de posse de Mubarak, Wyer (1982:26-29) num artigo referia que a principal vulnerabilidade egípcia era a dependência estrangeira de produtos alimentares. Dada a estagnação do sector a dependência exterior crescia exponencialmente e as expectativas eram de um maior crescimento ou seja dependência.

Um enorme fosso crescia desequilibrando a balança de pagamentos, dado o grande investimento na compra dos produtos alimentares e posteriormente no fornecimento de subsídios à população. Segundo alguns especialistas, urgia cessar com tal apoio, mas Mubarak compreendia que a segurança do Estado estaria em causa, dado os acontecimentos dos “*Bread Riots*”.

Mubarak tentaria controlar a despesa sem ter que recorrer a empréstimos estrangeiros, contudo sofreria pressões de determinados credores, a fim de verem restabelecidos os montantes concedidos. Além do então ministro da economia afirmar, «*we have not reached the stage of economic crisis. We are paying all our debts on time*» (Idem:29), o certo é que uma equipa sob liderança do então primeiro-ministro Mohiddine, centrava-se em encontrar soluções onde efectivamente poderiam atrair rápido investimento para o país. Um plano perspectivado para cinco anos seria colocado em prática, com intento de incentivar o investimento na agricultura, indústria e construção.

Após a morte de Sadat (Cook.2012:159), de acordo com o Banco Mundial, o país tinha um crescimento de aproximadamente 40 mil milhões de dólares, ou seja o crescimento *per capita* era pouco menos que 900 dólares, quando a sua população rondava os 45,5 milhões. A dívida externa era de 22 mil milhões de dólares e o desemprego rondava os 5% a 7%. A situação económica do Egipto era o resultado de uma política de abertura que não tinha sido plenamente planeada.

As políticas adoptadas (Yamada.2008:3) foram débeis uma vez que a transição para uma economia descentralizada e orientada para o mercado não se efectivou. Apesar de recomendações do FMI e do Banco Mundial para proceder a uma profunda reestruturação da economia, Mubarak evidenciaria grande relutância.

4.1.1. Reformar a Economia

Como verificamos (Cook.2011:159) a economia egípcia detinha um grave e profundo problema, além do crescimento abrupto da população os índices económicos não promissores, dada a enorme dívida, as taxas de desemprego significativas e ainda a economia totalmente paralisada.

Imperava encetar reformas dada a conjuntura egípcia. Mubarak (Osman.2011:140) lançaria um programa de ajustes estruturais com fim de melhorar as condições de vida dos egípcios e atenuar o profundo descontentamento existente na sociedade egípcia. Seriam visionadas algumas renovações designadamente no sector industrial e sector privado.

A expansão das infra-estruturas permitiu aumentar a disponibilidade geral de electricidade, água potável, transportes e telecomunicações, o aumento de investimentos estrangeiros, prosperidade nos mercados de capitais egípcio e ainda crescimento e expansão de empresas egípcias e o incremento de investimento directo estrangeiro (*Idem*:142) mas dada a gravosa situação seriam meramente significativas.

Os esforços de Mubarak (Yamada.2008:4) efectivamente não detiveram qualquer resultado expressivo. A repressão financeira e inflação provocaram um agravamento da situação económica, do desemprego e consequentemente pobreza.

Longas negociações ocorreriam com o Banco Mundial e com o FMI, por efectivas reformas. Mubarak (Cook.2012:159-160) sabia que qualquer alteração que detivesse enorme impacto na sociedade resultaria em profunda instabilidade social.

Com a guerra do Golfo (Arafat.2011:67) em 1991, a economia egípcia encontrava-se em ruínas. A dívida que rondava os 150% era considerada a mais alta do mundo na época. Apesar da resistência do presidente era incontestável que urgia aplicar as demandas das instituições internacionais.

Em 2007 (Osman.2011:142) um gestor do Banco Mundial referia que o Egipto levaria cerca de uma geração a apresentar resultados. Aquando da declaração acima referida (*Idem*), o desemprego aumentava especialmente no grupo dos 24-54 anos rondando entre os 18% e 21%. A conjugar ainda à inflação que ocupava dois dígitos desde meados dos anos 90, a deterioração do nível de vida dos egípcios dado o aumento do nível de vida em 75% desde meados de 90. A sociedade transformava-se numa massa agonizante de indivíduos que viam o seu bem-estar deteriorar-se consecutivamente.

4.1.2. Bons Indícios Económicos?

Em meados de 2000, começam a verificar-se algumas alterações na economia que segundo Cook (2012:173-178) seriam impressionantes. Os vários anos de má performance rumavam para uma economia de mercado capaz de gerar crescimento consecutivo sendo apontado como um dos principais mercados emergentes do mundo.

O sector privado florescia conseguindo o Estado egípcio arrecadar significativo capital com a privatização de determinadas empresas. Deparávamos com uma melhoria do sector comparado com anos transactos mas encontrávamos uma supremacia de um sector público há muito decadente. Era visível a grande flutuação da libra egípcia, tornando a economia mais competitiva e atractiva a possíveis investidores estrangeiros. A nível de investimento estrangeiro, o Egipto obteria (*Idem*:174) só em 2007 11 mil milhões de dólares. Salientar ainda que o valor do Egipto no mercado, entre 2002 e 2010 aumentou catorze vezes.

Os indicadores macroeconómicos indicavam uma perfeita correlação e na segunda metade de 2000 o Egipto desfrutaria de crescimento económico mas determinados problemas mantiveram-se, designadamente desemprego, subemprego e dívida pública.

Apesar dos indicadores positivos (*Idem*.175), 60 milhões de egípcios viviam com apenas de 2 dólares por dia. Para grande parte dos egípcios a “*economic dream team of*

2004”, grupo composto vários elementos do governo, apenas perspectivou reformas que serviram os interesses de investidores egípcios, em detrimento da população.

Cedo a população egípcia começaria a sentir os efeitos da adopção destas políticas. Com o escalar dos preços nos produtos essenciais de consumo as classes mais baixas da sociedade começavam a não deter meios para obtenção daqueles. A impopularidade (*Idem*:178) das reformas económicas e seus mentores alastraria no seio da sociedade.

4.2. Egipto um Estado Ditatorial

Juntamente às demandas externas por reformas económicas, Mubarak era pressionado a realizar reformas em prol da democracia.

Cook (2012:168) menciona que Mubarak seria a ponte de um autoritarismo de Nasser e Sadat para uma era mais democrática e um futuro mais liberal. O referido autor ainda menciona que sob os auspícios do Presidente Mubarak o Egipto se encontrava claramente numa emergência democrática, apontando várias medidas assumidas ao longo do seu mandado que contribuem para tal argumento.

Acreditamos que as intenções de Mubarak não eram nenhum prenúncio de criar um Estado democrático (Arafat:2009), mas sim de efectivar-se no poder, e tal é facilmente comprovado nas várias reformas que encetou e nas consequências que apenas abonaram em proveito próprio, transformando em impedimentos para a oposição.

Quando Mubarak assumiu o poder, o Egipto era um Estado autocrático. Os falhanços da política de abertura, a nível económico e político, o processo de paz com Israel resultaram no surgimento de um profundo descontentamento e consequentemente na necessidade de implementar medidas autoritárias a fim de travar o desagrado da população.

Segundo Arafat (*Idem*:87) o mundo árabe é a região menos livre do planeta, tendo resistido à terceira vaga de democratização da década de 80 e 90. Acrescenta ainda que de 121 nações classificadas pela *Freedom House* em 2005 como democracias eleitorais, nenhuma é árabe.

Nos últimos anos, a região foi totalmente polarizada por regimes autocráticos de longa duração e sem alternância de liderança. A longa permanência no poder não contribuiu em bonança da população.

No caso do Egipto, não só ao longo dos anos, verificamos um contínuo abuso de poder por via da restrição de liberdades mas essencialmente na perseguição, censura, prisão, tortura e morte de egípcios. Falar de questões relacionadas com os direitos humanos naquele território era debruçar sobre assuntos que verdadeiramente não existiam e tendiam a ser violados quotidianamente (Aswany.2011:109-292).

Apesar da firmeza do regime estava sujeito a determinados poderes, primeiramente os militares e posteriormente a actores externos, especialmente os EUA.

É certo que era do conhecimento do restante mundo que no Egipto a democracia não passava de uma mera utopia. Nas palavras de Cook (2012:184) o Estado egípcio era um Estado policial, onde “*rule by law*” prevalecia à “*rule of law*”.

4.2.1. Mudança de Doutrina, Democratizar o Médio Oriente

Já foi afirmado várias vezes ser um cliché mencionar que o 11 de Setembro foi o alerta para o estado do mundo. Relativamente à região, os atentados foram, sem dúvida, um acordar do Ocidente sobre os malefícios dos regimes ditatoriais.

Até àquela data, a política norte-americana pautava-se pela “*authoritarian stability*”(Idem:249-251). Referida anteriormente pressupunha o apoio a regimes autoritários como forma de conter surtos de terrorismo. Defendiam ainda que a implementação de práticas democráticas em regiões tão volúveis seria arriscada, pois poderíamos verificar a ascensão de organizações de carácter fundamentalista. Tal doutrina não era só apoiada por políticos como também por inúmeros intelectuais, até 11/9 que comprovaria a perigosidade de tais pressupostos.

F. Gregory Gause III (2011:1) num artigo publicado na Foreign Affairs, mencionava que «*for many Middle East specialists, this remarkable record of regime stability in the face of numerous challenges demanded their attention and an explanation. I am one of those specialists. In the pages of this magazine in 2005 ("Can Democracy Stop Terrorism?" September/October 2005), I argued that the United States should not encourage democracy in the Arab world because Washington's authoritarian Arab allies represented stable bets for the future. On that count, I was spectacularly*

wrong. I also predicted that democratic Arab governments would prove much less likely to cooperate with U.S. foreign policy goals in the region. This remains an open question. Although most of my colleagues expressed more support for U.S. efforts to encourage Arab political reform, I was hardly alone in my skepticism about the prospect of full-fledged democratic change in the face of these seemingly unshakable authoritarian regimes».

Após o 11/9, o então presidente dos EUA, George W. Bush empenharia esforços a fim de fomentar a democracia no Médio Oriente, já que os regimes autoritários apoiados pelo Ocidente além de não conterem o surgimento e expansão do fundamentalismo islâmico haviam-se transformado em “berçários” de terroristas.

4.2.2. Iniciativas Rumo à Democracia

Para a administração Bush (Arafat.2011:87-103), a criação de uma ordem liberal e democrática no mundo árabe seria fulcral para marginalizar o extremismo, a política de violência e ainda garantir a segurança dos EUA.

Primeiramente estes regimes eram mantidos com intento de conter a expansão soviética durante a Guerra-Fria mas recentemente para impedir o surgimento do fundamentalismo e extremismo islâmico. Claramente o efeito sucedido foi totalmente opositor às pretensões ocidentais, neste caso norte-americanas.

Obviamente na demanda por democratização na região, logo surgiram inúmeras críticas por parte dos Estados, não só dos líderes mas das populações, contra a intenção norte-americana. Havia a consciencialização de que era fulcral para as sociedades árabes que o processo de democratização partisse das mesmas e que não fosse imposto por outrem.

Porém várias iniciativas vão sendo trabalhadas sob supervisão norte-americana, com fim de reformular várias temáticas, desde a economia, a política e os direitos humanos, sempre com vista a democratização.

Em 2002 era estabelecido o US-Middle East Partnership Initiative, pretendia aliar vários actores sob quatro pilares, nomeadamente o económico, político, educacional e por fim empowerment⁶ das mulheres. Com o fracasso desta iniciativa em 2003

⁶ De salientar que o uso da palavra na Língua Inglesa deve-se à inexistência de uma palavra na Língua Portuguesa que detenha o mesmo significado;

assistimos ao surgimento do *Greater Middle East Initiative*. Estipularia três reformas prioritárias em distintas áreas, particularmente a promoção da democracia e a boa governação, a construção de uma sociedade letrada e a expansão de oportunidades económicas. A despeito do apoio exterior seria totalmente rejeitada pelos líderes árabes, alegando que o plano apenas servia para unificar a região sob as imposições de Washington quando qualquer reforma deveria partir dos próprios Estados.

Face à postura inerte e reticente árabe dois documentos, “*Partnership for Progress and a Common Future with the Region of the Broader Middle East and North Africa*” e “*G-8 Plan of Support for Reform*”, seriam aprovados, conjuntamente denominados de Broader Middle East and North Africa Initiative. Impunha que a resolução do conflito israelo-árabe seria fulcral para a democratização e acrescentava que a realização e implementação de quaisquer reformas teriam que provir de intenções árabes e não de obrigações exteriores.

4.3. Emergência de Movimentos Sociais de Protesto

Mubarak manteve a sua postura persistente, compreendia que qualquer abertura política deteria um efeito danoso no domínio que conservava, não obstante procederia a determinadas modificações devido às demandas sociais que principiavam surgir no seio dos egípcios.

Desde 2004 os protestos cresciam exponencialmente (Cook.2012:178) comparativamente com anos transactos, face à conjuntura política e socioeconómica o crescente activismo devia-se ao surgimento de variados movimentos sociais, totalmente inéditos (Hassan.2010:328) no Egipto.

4.3.1. Keyafa

O movimento *Keyafa* (Osman.2011:149) surge num período crítico para o Egipto, nomeadamente 2003-2005. Além da tensão entre Mubarak e Bush, o regime deparava-se com mudanças ideológicas na sociedade e o aparecimento de insurgência política no seu seio. O *Keyafa* (Aswany.2011:60-63) de todos os movimentos surgidos seria o mais significativo, sendo o primeiro a organizar-se contra o regime seriam os mentores de todos os movimentos que proliferaram pelo território.

Criado em Julho de 2004 (Jelloun.2011:81-83) era um movimento laico, democrata, em defesa dos direitos humanos, contra a política israelita de ocupação, as agressões aos palestinos e ao de consentimento de Mubarak. Opunham-se (Osman.2011:149) ainda à possível sucessão de Gamal Mubarak, à corrupção política e económica, à estagnação, ao domínio e barbárie de regime.

Começou por organizar manifestações exigindo reformas democráticas do sistema político, ao qual Mubarak referiria *«siempre se empieza así: unos jovenzuelos occidentalizados arman jaleo, crean el fauda [desorden, anarquia], però son incapazes de tomar el poder, están instrumentalizados por los Hermanos Musulmanes, que son los que salen ganando»* (Jelloun.2011:82).

A presunção de Mubarak é surpreendente pois (Arafat.2011:159-160), o *Kefaya* afastou-se totalmente da envolvência dos partidos e forças políticas. O movimento para além de expressar preocupação relativamente ao regime e suas manipulações também detinha alguma relutância relativamente à influência da IM e à ineficácia dos partidos políticos.

4.3.2. Movimento 6 de Abril

O movimento 6 de Abril (Cook:2011:179), criado em 2008 seria outro movimento fulcral nos acontecimentos do início de 2011.

Para Carr (2012) a organização pode ser catalogada como um jovem movimento emergente dos muitos que surgiram em meados da década de 2000.

É na sequência da disputa entre o governo e a classe operária por melhores condições laborais que surge o movimento. Pressupunha alterações na sociedade egípcia e detinham especial atenção sobre várias temáticas, designadamente (Hassan.2010:328) a carência de liberdade de expressão, o nepotismo presente nos meandros do regime e ainda a estagnação económica.

Carr (2012) salienta ainda que apesar da relevância do movimento na sociedade egípcia não conseguiriam os números que o *Kefaya* conseguiu mobilizar em 2005. Ainda assim, de acordo com um activista, *«"[6 April] were useful in street protests in the same way bloggers were useful in 2005 [during the democracy movement spearheaded by the Kefaya opposition group] because they were a group that started*

something, and other people joined them. They were a unified bloc on the streets, they were a presence," says (...) Amr Gharbeia» (Idem).

4.3.3. Outros Movimentos

Pensamos que impera ainda debruçar sobre um outro movimento, denominado “*We are Watching You*”. Criado por feministas (Osman.2011:149) era um movimento de total repúdio e desaprovação para com a intimidação e os horrores praticados durante as manifestações, principalmente contra manifestantes do sexo feminino verificado no dia do referendo às emendas à Constituição (Arafat.2011:114-115). Demonstrações pacíficas contra as emendas sucederam-se organizadas pelo *Kefaya*. A mando do regime violentos ataques seriam perspectivados, relativamente às mulheres seriam dadas instruções não só para agredir como ainda para proceder a agressão sexual.

Apesar da existência de fotografias e vídeos das atrocidades cometidas (Cook.2012:194-195) o governo rejeitaria a evidente má conduta e assomaria todo o enfoque para *bloguers* activistas, jornalistas e editores procedendo a intensa intimidação e censura.

Assistindo do estrangeiro ao estado caótico do Egipto, Mohamed ElBaradei, irrompe como proeminente figura política. Pretendia (Aswany.2011:57) primeiramente uma reforma democrática, pois seria a única via para a reforma económica e consequentemente para a justiça social. Com a criação da Associação Nacional para a Mudança, efectivava os seus intentos de mudar o rumo do país. Em contrapartida o regime lançaria uma campanha de difamação.

4.4. Mubarak Disponível à Democratização?

Mubarak acabaria por proceder a determinadas reformas. O entendimento por parte (Arafat.2011:93-103) dos líderes árabes de que deveriam manter óptimas relações com Washington, contribuiu para que perspectivassem reformas nos seus Estados.

O governo egípcio organizaria várias iniciativas com os restantes líderes árabes, do qual resultariam vários modelos para encetar reformas em prol da democratização, que inevitavelmente pecavam por não proceder a profundas transformações dada a inexistente vontade política.

Ainda assim no decurso do encontro de Alexandria em Maio de 2005, Mubarak reafirmaria que as reformas democráticas deveriam ser limitadas dada a sua perigosidade. Chegaria a referir que o Egipto testemunharia evidentes reformas. Hassan (2010:326) menciona que no decorrer de 2005, o regime deteve uma oportunidade para verdadeiramente rumar à democratização, claramente não foi verificável.

Em Maio de 2005 decorreria o referendo que invés de reformar todo o sistema político egípcio apenas se debruçou na emenda 76 da Constituição que possibilitaria múltiplos candidatos às presidenciais. Podemos inferir que a emenda à Constituição seria um grande passo para a democratização, mas os obstáculos colocados acabaram por restringir muito mais.

A emenda (*Idem*) estipulou duas grandes restrições, a *National Electoral Commission* teria autoridade para rever a lista dos candidatos às presidenciais podendo desqualificar e ainda os candidatos apoiados por partidos políticos deveriam deter um mínimo de 5% dos assentos no Parlamento e uma existência provada de um mínimo de 5 anos um total entrave aos novos partidos políticos. Estas medidas eram totalmente antidemocráticas e dificultavam totalmente a oposição ao intentar apresentar candidatos.

Sobre a alteração à lei dos partidos políticos (Cook.2012:186) a controvérsia se manteve uma vez pois era tão restritiva como a anterior. Os novos partidos deveriam deter mil assinaturas dos cidadãos egípcios de dez municípios quando anteriormente bastavam apenas cinquenta assinaturas, não poderiam receber financiamento estrangeiro e assegurava a impossibilidade de existir mais do que um partido do mesmo quadrante ideológico como também proibia a formação de partidos ou qualquer actividade política baseada em fundamentos religiosos.

Outras emendas seriam verificadas em 2007 que em nada abonaram favoravelmente no processo democrático, restringiam ainda mais o cenário político a qualquer indivíduo, reforçando o poder do executivo e o NDP. Sob os auspícios de reformas democráticas o *status quo* já existente era mantido não alterando a vida dos egípcios. Claramente não existiam intenções do regime de proceder a qualquer alteração, sendo notório no artigo de Hassan (2010:327) quando cataloga o território de “*Pharoanic Egyptian State*”, acrescentando ainda que teria de ser totalmente repensado e revigorado.

4.5. Corrupção

A corrupção era uma síndrome no Egipto. Se analisarmos a história encontramos em todas as épocas claros sinais desta patologia.

No Egipto e igualmente na maioria dos territórios corruptos a corrupção não é apenas do domínio da classe política mas de toda a sociedade, é uma patologia que predomina em qualquer extracto da mesma.

Osman (2011:152-153) vai de encontro a esta ideia quando menciona que a corrupção no Egipto encontrava-se quer em transacções de larga escala quer em negócios de pequena escala. Em 2005 o *Corruption Perceptions Index*⁷ classificou o Egipto no 70º lugar de entre 158 países, sendo que o ranking mais baixo corresponderia a um maior nível de corrupção verificável. Já em 2008 o Egipto decaía para a posição 115 de entre 180 países. Em 2009 por sua vez o território egípcio ocupava a posição 111⁸. Em 2010 o Egipto encontrava-se na posição 98⁹, mas já em 2011 o Egipto encontrava-se na posição 112¹⁰ num total de 182 países.

Durante o poderio de Mubarak, são inúmeros os exemplos de corrupção verificados no seio do governo, do NDP, da presidência, da máquina do Estado, no sector privado e afins. A corrupção estava intrinsecamente ligada às dinâmicas da sociedade egípcia, não restringido apenas a corrupção de cariz económico mas também política.

Para Hassan (2010:324), o alastramento da corrupção deve-se sem dúvida a uma multiplicidade de factores, particularmente a carência de responsabilização política, o desrespeito pela lei, a deterioração das condições económicas para grande número de funcionários públicos, a impotência dos mecanismos de controlo e por fim os baixos níveis de moralidade.

Claramente que era verificável em qualquer segmento da sociedade níveis de corrupção, como alude Bradley (2008:161-168), desde os mais altos sectores até aos

⁷ O *Corruption Perceptions Index* é um índice que classifica países baseando em quão corrupto o sector público de um determinado território é perceptível. O índice é composto por dados adquiridos por especialistas de instituições independentes e respeitáveis;

⁸ Informação retirada do seguinte endereço electrónico http://archive.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table, consultado em Dezembro de 2012;

⁹ Informação retirada do seguinte endereço electrónico <http://www.transparency.org/cpi2010/results>, consultado em Dezembro de 2012;

¹⁰ Informação retirada do seguinte endereço electrónico <http://www.transparency.org/cpi2011/results>, consultado em Dezembro de 2012;

mais baixos, a sociedade encontrava-se envolta numa bolha corruptiva, que muito dificilmente seria capaz de modificar.

Apesar de no Egipto existir este avultado fenómeno da corrupção, para a maior parte da sociedade só era acto corrupto aquilo que proporcionava grande prejuízo.

O problema (Arafat.2011:143) era totalmente gravoso já Mubarak e a sua elite corrupta eram a raiz do problema mas mantinham o cenário inalterável. A sociedade deparava-se com graves deficiências, pois (Hassan.2010:324) a corrupção política e administrativa generalizada contribuiu para gravosas repercussões, como o intensificar das diferenças sociais e económicas. Enquanto que a situação para uma grande maioria dos egípcios se deteriorava paralelamente assistiam ao enriquecimento ilícito de uma minoria. O regime perpetuando com estas práticas inevitavelmente perdia legitimidade e credibilidade.

4.6. Ascensão de Gamal Mubarak

No Egipto há muito que o tema da sucessão era imensamente debatido apesar de nunca ter havido qualquer debate público.

Gamal desponta nos inícios de 2000 evidenciando um novo horizonte na política egípcia. À época, Mubarak (Osman.2011:146-148) encontrava-se completamente envelhecido, ainda assim governava com a mesma autoridade embora fosse visível. Juntamente Mubarak procedia à delegação de decisões para membros da sua total confiança, o que não abonava favoravelmente visto que alguns encontravam-se igualmente envelhecidos, estavam implicados em casos de corrupção ou eram demasiado impopulares.

Com o surgimento de Gamal, a situação é totalmente alterada dado o impacto político, especialmente no seio do NDP, e económico. Essencialmente possibilitou uma ruptura com a elite anteriormente vigente.

No seio do NDP, Gamal inicia um percurso com fim de obter a supremacia. Rodeado de personalidades da sua inteira confiança tornar-se-iam no centro de gravidade do partido promovendo o surgimento de uma nova elite, (Arafat.2011:22-59) num partido que já se encontrava um tanto fraccionado.

Em inícios de 2000 o NDP se apercebe que era essencial optar por uma reforma que reestruturasse o partido, dadas as pequenas perdas eleitorais, pois o NDP, partido de pós eleições, tinha que manter a maioria no parlamento egípcio a fim de proceder à reeleição de Mubarak.

Reformular o partido não era expectável por aqueles que detinham o poderio no seio do NDP, os denominados “*Big 4*”¹¹. Não obstante determinadas reformas e iniciativas seriam perspectivadas e efectivamente culminariam na quebra de poder dos “*Big 4*” ou denominados “*old-conservative*” e na ascensão e supremacia de Gamal e dos então denominados “*Big 8*”, ou “*neoconservative*”. Não significou porém a adopção de práticas democráticas, apesar da existência de eleições internas a elite do partido invés de eleita era nomeada ou seleccionada.

Gamal (Osman.2011:147-148) iria impor uma estrutura dentro do partido no qual promoveria a sua elite de confiança. Era a imagem de um poder totalmente divergente do perspectivado até à época, moderno e voltado para Ocidente. Com esta nova elite, Gamal pretendia transformar a economia egípcia no tigre do Nilo e tal seria verificado em Setembro de 2002 no congresso do partido sob slogan “*a New Way of Thinking*”¹².

Uma relação seria construída entre várias entidades, governo, NDP, banca e empresários contribuindo para uma estrita conexão entre o regime e o mundo empresarial.

4.6.1. Sucessão Hereditária

Face ao enorme poder que orbitava em redor de Gamal, muitos apelavam que sucedesse a seu pai. Contra tal pretensão em 2009 é instituída uma Campanha Contra a

¹¹ Os “*Big 4*”, como Arafat (2009) denomina, ou mais precisamente a velha guarda do partido, era composta por Safwat Al-Sharif, Youssef Wali, Al-Shazli e por fim Al-Mahgub, que viriam a ocupar cargos relevantes no seio do NDP, como ainda assumir grande poderio no partido até ao surgimento de Gamal Mubarak e seus aliados. No seio do NDP, mais precisamente nos primeiros decénios de 2000, assistíamos ao confronto de quatro facções, a de Al-Sharif, Wali, Al-Shazli e Gamal. Os três primeiros preconizariam os *old conservative* e a última os *neo conservative*. Apesar do conflito latente entre as quatro facções por poder, os denominados *old conservative* unem-se em detrimento da facção de Gamal, detendo repercussões no seio do NDP consequentemente na sua postura e nos resultados eleitorais;

¹² *New Way of Thinking*, o slogan e filosofia adoptados no 8.º Congresso do NDP (Arafat.2009:98) pressupunha uma série de reformas nos variados sectores da sociedade, especialmente no económico, que seriam mais tarde invocadas no congresso do seguinte ano. Ainda assim o NDP falharia nos seus intentos por mudança, (*Idem*) sendo que para a oposição estas reformas eram táticas para reduzir pressão estrangeira, verificável na época. Não obstante urge salientar que o *New Way of Thinking* pressupunha aumentar as exportações egípcias, encorajar o investimento estrangeiro, modernizar a indústria, abrir novos mercados, expandir o sector privado e outros, que pretendiam acima de tudo redefinir a economia egípcia e consequentemente outros sectores da sociedade, como a educação e saúde;

Sucessão. Os objectivos dessa mesma campanha eram evidentes, «(...) evitar que o grande Egipto passe de pai para filho, como se fosse um pedaço de terra ou um aviário, para recuperarmos o direito natural dos egípcios a escolher quem os governa e para dar aos egípcios justiça e liberdade. O Egipto tem potencial para ser um grande Estado, mas esse potencial é frustrado pelo despotismo. Se a democracia se instalasse, o Egipto iria florescer dentro de anos através do trabalho do seu próprio povo» (Aswany:2011:21).

Face aos rumores comparativos do Egipto a outros cenários políticos onde o poder repassava de pai para filho, Mubarak chegaria a afirmar «*we are not a monarchy. We are the Republic of Egypt, so refrain from comparing us to other countries in thies region*» (Arafat.2009:185).

Várias condicionantes e factores (*Idem*:186-202) poderiam efectivar ou impedir a sucessão. A nível de apoiantes Gamal deteria apoio dentro da comunidade empresarial, da elite governante no seio do NDP e daqueles que defendiam os mesmos pressupostos para o Egipto. Tanto a oposição, partidos e forças políticas, como a sociedade civil repugnavam totalmente a pretensa.

Apesar de determinados agentes deterem uma postura vincada relativamente a outros existia alguma incógnita quanto à posição que adoptariam.

Os militares, é certo que apoiaram os anteriores presidentes mas quanto a um apoio a Gamal imensas dúvidas surgiam, quando no seio dos militares nomes como Suleiman ou Tantawi, apontavam para uma possível continuação. A acrescentar que era incerto os militares apoiarem a sucessão quando Gamal era um civil.

Quanto aos pilares do regime é certo que nunca abdicariam de livre vontade do poder que detinham em prol de Gamal, já que este certamente ceifaria o domínio daqueles. Impera assim identificar aqueles que poderiam travar o percurso de Gamal, designadamente, Ahmed Al-Guwaili, Amr Moussa, Abd Al-Salam Al-Mahgub, Zkaria Azmi e Ahmed Nazif¹³.

Sobre a posição da IM, dos EUA e até mesmo do NDP eram um tanto ambíguas. A posição da IM indicava duas opções divergentes. Se uma contestava a hereditariedade pois perderiam credibilidade, já outra preteria apoiar a sucessão e assim assegurar

¹³ Por serem denominados de pilares do regime poderiam ser um entrave a Gamal Mubarak na possível sucessão a seu pai, Hosni Mubarak, uma vez que ocupavam cargos elevados no seio do regime egípcio ou também em instituições regionais, nomeadamente a Liga Árabe;

regalias. Apesar da organização posteriormente negar a pretensa da sucessão, a posição final da IM ainda estaria por determinar. Caso o regime aumentasse a repressão a IM certamente ocuparia a oposição, caso contrário a organização optaria por negociar com o regime. Rogeiro (2011:57-58) refere que a IM «(...) parecia então já integrada no mubarakismo como dissidência que renunciou à violência. «Aceitaram as regras do jogo, por agora. Aceitam falar com o poder, elegeram moderados para as estruturas, apresentam-se a eleições com independentes. Mas quando o jogo mudar, vão ser os primeiros a sair do barco».

Quanto aos EUA (Arafat.2009:195-196), a posição era peça central em todo o enredo da sucessão, dadas as relações estratégicas com o Egipto. Qualquer sucessão sem o apoio internacional, especialmente dos EUA, estava simplesmente condenada ao fracasso. Já nos EUA o tema era um tanto tabu, muitos perspectivavam que com Gamal deparar-se-iam com a promoção de reformas liberais e modernização sem com isso desestabilizar o sistema político, enquanto que outros por sua vez consideravam que não existia intenção em proceder a reformas políticas e ainda duvidavam das capacidades de liderança de Gamal. A posição manter-se-ia ambígua, mas a postura norte-americana passava por apoiar Mubarak e não interferir nas pretensões de Gamal e seus apoiantes.

No NDP (*Idem*:200), os *neo-conservative* apoiavam totalmente Gamal, mas aos restantes essa opção desagradava, sendo verificável o total apoio à permanência de Mubarak na persidência.

A sucessão de Mubarak (*Idem*) dependeria essencialmente de dois factores, as circunstâncias sob o fim do mandato do presidente e a situação regional.

4.7. Relação com Israel

A relação com Israel, que havia dado passos para uma conciliação com Sadat, perpetuou-se com Mubarak. Os benefícios obtidos com a relação prevaleciam à solidariedade árabe sobre a Palestina.

Apesar do Egipto não deter o poderio regional de outrora, o facto de ser o interlocutor de Israel e do mundo árabe proporcionava alguma importância. Numa área em plena ebulição (Gardner.2011:148-151), o início do mandato de Mubarak parecia auspicioso para as relações entre o Egipto e os EUA. Desde a revolução de 1952 a

relação entre ambos tinha-se transformado na correlação de satisfazer os interesses egípcios sem com isso contrariar com os israelitas.

O Egito não era a potência regional de outrora e Mubarak (Osman.2011:189-205) sabendo desta premissa adopta uma política de pragmatismo carecendo de qualquer projecto nacional. Apesar de esta postura ter proporcionado algum benefício já que o Egito não encabeçava qualquer projecto regional, não resolveu determinados problemas internos e não evitou perdas estratégicas. Não obstante o Egito (Gardner.2011:152) permaneceria seriamente isolado no mundo árabe.

A ausência de projecto nacional (Osman.2011:189-205) contribuiu para que novos actores surgissem com enorme foco na região, nomeadamente Arábia Saudita e Israel. Assim Mubarak decide optar por uma postura na qual assomaria o seu papel na tão proclamada “*pax americana*”, opondo-se a determinados Estados e movimentos radicais.

É na lógica de rumar à paz na região que o Egito adquire relativa importância. O tratado de paz anteriormente assinado com Israel, seria o mote para futuras negociações. É sob os auspícios de Mubarak que seriam lançados pilares para a paz no Médio Oriente. Ora com isto, «*in the absence of the country's traditional role, promoting the peace process, opposing any confrontational force (from Hamas to Hezbollah to Iran) and championing a new Middle East based on economic integration under the Pax Americana became the chief function of Egyptian foreign policy*» (Osman.2011:193).

É certo que esta postura em determinada medida se deveu às profundas deficiências económicas, pois a opção pela “*pax americana*” (Idem.194) tornava-se num projecto muito atractivo para o Egito. Nos vários anos Mubarak receberia elevados montantes anuais por parte dos EUA e as várias administrações proclamariam aquele território como o principal aliado árabe na região.

Após o 11 de Setembro (Gardner.2011:159-166) surgia alguma reticência em determinados círculos políticos norte-americanos sobre a postura egípcia. Os esforços norte-americanos invés de suprimir o fundamentalismo e extremismo haviam proporcionado o seu surgimento, surgindo inúmeras vozes contrárias as ajudas proporcionadas, a Mubarak. Após uma revisão da política externa no âmbito da segurança em 2002 uma nova doutrina surge, os apoios fornecidos deveriam apenas encaminhar para aqueles que governassem justamente, investissem na população e

encorajassem liberdade económica, ou seja procedessem reformas democráticas. Este seria o caminho para os EUA promoverem os seus interesses no Médio Oriente.

Deparávamos (Cook.2011:230-235) com uma lógica trilateral numa relação totalmente bilateral, entre EUA e Israel no qual o Egipto era a peça de ligação entre aqueles e o mundo árabe. A influência egípcia depreendia-se com o facto de estender o círculo da paz pela região, sempre sob o prisma de Israel.

Apesar da existência de coordenação militar e comercial entre ambos, as relações entre os dois Estados dificilmente rumaram ao que havia sido perspectivado em 1979, sendo que pautavam-se por um certo distanciamento.

5. PRIMAVERA ÁRABE E SEUS EFEITOS

5.1. O Prenuncio de uma Revolução?

Face à situação política, económica e social do Egipto a população demonstraria o seu total desagrado. Como muitos intelectuais (Rogeiro.2011) (Lynch.2012) advogavam era certo que as populações daquela região revoltar-se-iam contra os governos déspotas que perpetuavam pela região.

Lynch (2012:114-115) citando um poeta argelino, Tahar Djaour, mencionava que *«if you speak, you die. If you stay silent, you die. So speak, and die»*. No Egipto o sentimento da sociedade parecia-se com a incógnita de optar pela acção ou inércia sabendo que ambas deteriam o mesmo fim.

O sentimento (Bradley.2008:1-48) de que a revolta de Nasser em nada havia abonado favoravelmente para o Egipto parecia consolidar a sociedade.

Amr Moussa (Rogeiro.2011:55), na época secretário-geral da Liga Árabe, relativamente ao caso particular do Egipto referia *«a frustração é o cerne de tudo o que acontece no Médio Oriente»*, ainda acrescentaria que *«as nossas sociedades têm de reformar-se e mudar de vida. (...) O sucesso do Egipto em reformar-se será um farol para os outros países»*.

Como podemos depreender reformar era algo que apenas compreendia a manutenção de todo um poderio instalado. Nas palavras de Jelloun (2011:20-23) Mubarak, tal como outros líderes árabes, confundiu a nação com a sua casa. Aproveitando-se do poder que detinha Mubarak transformou o Egipto numa espécie de propriedade privada, da qual usufruía.

Um partido argelino da oposição (*Idem*:99) numa declaração que podemos extrapolar para outros cenários especialmente o egípcio, menciona que *«trás aprovecharse de los recursos nacionales, el régimen solo deja a los jóvenes la posibilidad de morir ejecutados o suicidados. Ya no se trata de saber si el sistema debe cambiar, sino de encontrar las vías y los medios idóneos para salvaguardar la patria de tras desgracias y del caos»*.

O regime parecia não entender a repercussão dos seus actos, especialmente perante os jovens. Foram estes (Coelho.2011) (Jelloun.2011) (El-Menawy.2011) (Cook.2012) que iniciaram a luta por uma nação próspera para todos.

É certo que o exemplo tunisino foi relevante, mas o trágico fim de Khaled Said foi o despoletar dos egípcios. Khaled Said (Aswany:2011.229-232) num comum dia de Junho de 2010, encontrava-se num café da região quando seria conduzido pela polícia a interrogatório. Brutalmente torturado viria a falecer na sequência da violência usada. Após a divulgação de imagens de Said após o seu falecimento uma onda de descontentamento, fúria e acima de tudo angústia arrasou todo o Egipto.

Logo, seria criada uma página na rede social Facebook, denominada “*we are all Khaled Said*”¹⁴ que tomaria proporções inimagináveis, não só no território egípcio mas pela região. A ideia de tornar público o desfecho de Khaled tinha como intuito evidenciar a brutalidade policial, a opressão e a injustiça que ocorriam no Egipto, mas ainda utilizar como imagem de resistência.

O sentimento generalizado de que ninguém estaria a salvo, seria mencionado à jornalista da CBS no Egipto, «*all of us are Khaled Said, because all of us might face the same destiny at any point in time*» (Logan.2011).

O que diferenciou Khaled Said de anteriores casos foi a mediatização que envolveu o seu fim. As práticas (Aswany.2011:231) de outrora que os inimigos do Egipto poderiam ter aplicado aos egípcios, eram no presente usualmente utilizadas à própria população, na demanda por conter possíveis revoltosos e perpetuar o regime.

Os egípcios consciencializar-se-iam de que o silêncio (*Idem*) sobre a justiça inevitavelmente não os protegia da injustiça.

5.1.1. Motivos na Origem da Primavera Árabe

Há quem defenda que sem o exemplo tunisino (Jelloun.2011) (Lynch.2012) o Egipto não teria principiado para a rua. O principiar dos acontecimentos na Tunísia foi considerado pelo restante mundo como um evento surpresa. Paralelamente aos restantes Estados, a Tunísia também detinha graves deficiências.

¹⁴ Informação retirado do seguinte endereço electrónico <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/0/43995/Egypt/0/Khaled-Said-The-face-that-launched-a-revolution.aspx>, consultado entre Dezembro de 2012 e Janeiro e Fevereiro de 2013;

Relembramos que as primeiras manifestações na Tunísia decorreram na sequência da auto-imolação de Mohamed Bouazizi, em finais de Dezembro de 2010 e prosseguiram no seguinte ano. «A denominada “Revolução de Jasmim”, revolta popular ocorrida na Tunísia, que resultou na queda do presidente “Zine El Abdine Ben Ali”, no dia 14 de janeiro de 2011, fez emergir os sentimentos comuns às sociedades das nações árabes contra os regimes políticos que dominam os países na região do norte da África e do Oriente Médio. As reivindicações populares que emergem apresentam características parecidas pelas mesmas raízes desses povos, pelas identidades culturais e princípios religiosos, mas, especialmente, por viverem condições de desenvolvimento equivalentes, com pobreza, sofrendo abusos e vivendo a ausência de direitos, já que submetidos a regimes autoritários, apesar de haver várias formas de governo» (Suano.2011).

Para muitos intelectuais, o Ocidente assistia a um gigantesco efeito dominó pela região. Motivados pela tenacidade do povo tunisino, o mundo árabe revoltar-se-ia com intuito de libertar as nações de regimes totalmente pútridos (Lynch.2012:7). Ainda assim, na opinião de Raul Braga Pires¹⁵, apesar da relevância do martírio de Bouazizi, o facto é que esse *acidente* fez despoletar algo que era preparado pelo menos há três anos, para suceder aquando da realização das presidenciais no Egipto previstas para 2011. Algo semelhante ao que sucedeu em 2009 no Irão. Rogeiro (2011:158) vai também de encontro a esta ideia quando menciona que «em boa medida, as actuais revoltas são filhas legítimas das reacções à derrota da campanha de Mousavi, em Junho de 2009».

Não impera estar novamente a desbravar sobre as causas das revoltas uma vez que tal já foi atempadamente mencionado, ainda assim tendo como exemplo o caso do Egipto, para além de causas imediatas outras decorriam de inúmeras deficiências que há muito permaneciam nos territórios. Lynch (2012:27) vai de encontro a esta ideia, quando refere que para analisar as revoltas é necessário examinar os acontecimentos sob introspectiva. Para o autor (*Idem*:64-65) após o despoletar de protestos na Tunísia e dadas as dinâmicas da região certamente alastrar-se-iam pela região.

É imperante debruçar sobre o que Rogeiro (2011:153) denominada de *aceleradores* das revoltas, ou seja uma série de fenómenos, mecanismos e circunstâncias que possibilitaram o surgimento de revoltas ou até mesmo acelerara as mesmas e definiram o papel de diversos actores.

¹⁵ Informação obtida através da entrevista realizada em Dezembro de 2012 por correio electrónico;

Rogeyro (*Idem*.153-198) refere como *acelerador* principal a Internet e as correlacionadas redes sociais dos diversos géneros, que serviram como meio de divulgação e espaço de debate e trocas de ideias, de planeamento de acções e estratégias contra os regimes. Entre 2000 e 2010, segundo a Dubai School of Government (*Idem*), o uso de internet nos países árabes subiu 450%, em grande medida devido à gigantesca percentagem de população jovem, 70% está abaixo dos 35 anos e 50% abaixo dos 25%, comparativamente com outros Estados. De referir que não seriam apenas os locais a deter um papel fulcral, mas a diáspora, emigrantes e exilados, seria importante na divulgação e no estabelecimento de fóruns de debate.

A mediatização gerada em redor de determinados espaços ou pessoas foi outro acelerador. «*A cobertura mediática das revoltas produziu dois efeitos: tornou os insurrectos mais conhecidos e atrevidos, dando-lhes mais poder, e limitou os meios de resposta dos governos, que não desejaram ser arrastados na opinião pública como candidatos a réus no Tribunal Penal Internacional*» (*Idem*:167), por tal verificaríamos o encerramento, por parte de alguns regimes, aos *media* com intuito de impedir reportagens sobre aquilo que sucedia. Apesar da censura imposta a jornalistas estrangeiros, a existência de canais árabes permitia a divulgação de informação.

Os regressados e os emigrados (*Idem*:169-176) detiveram especial importância. Os emigrantes mesmo à distância procederam a apoio logístico e económico, sendo de salientar que em alguns casos foram o apoio exterior às revoltas populares. Os regressados ao retornarem aos países de origem proporcionavam novos ciclos políticos, uma vez que sob conhecimento de novos valores e dogmas políticos conseguiram proporcionar um outro conteúdo. Como menciona Rogeyro (*Idem*:171) não devemos generalizar o papel dos regressados pela região, visto que nem todos contribuíram com ideias pró-democracia, vejamos como exemplo o caso dos regressados no Egipto da Península Arábica, que extrapolaram a doutrina do *wahabismo* (Osman.2010:89), contribuindo para a expansão de um ultra-conservadorismo (Aswany.2011:120-142) na sociedade egípcia.

A ascensão de novas lideranças e o comportamento do poder instalado face aos manifestantes (Rogeyro.2011:176-181) foram também aceleradores. A ascensão de novas lideranças, ou seja nova elite política foi possibilitada pelo enfraquecimento do regime. É de referir que apesar de termos assistido ao verdadeiro surgimento de novos actores, em alguns locais essa elite já existia, não detinha porém espaço de manobra

dada a polarização do poder vigente. Claramente que o carácter destas novas elites irá depreender-se do carácter da sociedade civil.

A reacção dos regimes às primeiras movimentações é essencial, pois dependendo da mesma, ditaria o rumo para o qual caminharia as revoltas. Uma resposta violenta do regime para com os manifestantes poderia inflamar ou ânimos ou ainda dissuadi-los, sendo necessário correlacionar outros factores, que para Rogeiro (*Idem*:179), não são controláveis pelas massas.

A posição das Forças Armadas foi também fundamental para ditar o rumo das manifestações. A maneira como lidaram com os eventos ditou a perpetuação de regimes ou o seu fim. Como nos remete o autor, «*as forças armadas dos países do Médio Oriente possuem tradições diferentes e é difícil colocá-las por junto na mesma situação, patamar ou estatuto. (...) Algumas das forças armadas, devido à natureza dos regimes, complementaram ou lideraram a repressão interna, outras mantiveram-se nas funções tradicionais dos exércitos e outras ainda foram olhadas com desconfiança pelas lideranças políticas*» (*Idem*:183).

Lynch (2012:5) vai de encontro a ideia acima preconizada por Rogeiro (2011:169-176) quando menciona que as revoltas seriam impossíveis sem determinados factores, designadamente, novas tecnologias, mudança geracional, liderança norte-americana e poder militar na região, que conjugados entre si possibilitaram as mesmas.

Pela região os motivos das revoltas eram partilhados daí que (*Idem*:7) durante os protestos fosse usual depararmo-nos com o *slogan* “*the people want to overthrow the regime*”. O rápido alastrar dos acontecimentos pela área transformou o que parecia uma ofensiva típica de turbulência na periferia do mundo árabe num momento revolucionário, que transformou totalmente a região.

5.2. O Grito de Revolta – O Caso do Egipto

Há dois anos atrás, os acontecimentos no Egipto precipitar-se-iam, acabando por transformar o pior pesadelo de Hosni Mubarak em realidade. Durante anos a censurar e reprimir qualquer objecção da oposição, de organizações ou da própria população, o regime parecia perder os pilares que o sustinham.

As informações que assolavam ao Egipto sobre o que sucedia na distante Tunísia, inflamavam os ânimos de uma população profundamente exausta de consecutivos anos sob autoritarismo.

Com a mediatização dos acontecimentos na Tunísia, para os egípcios também havia chegado o momento. «*O bater de borboleta do Cairo varreu o mundo árabe várias vezes até lhe prenderem as asas. Agora soltou-se e ninguém o apanha. A história é muito antiga, os homens são muito jovens*», escrevia Lucas Coelho (2011:13) em 2011 aquando da sua permanência no território egípcio a fim de relatar o que sucedia.

Foram as manifestações em massa no Egipto que efectivamente acabaram por alastrar pela região o sentimento de revolta e a reacção da população, dado o poderio regional do Egipto apesar de um tanto decadente.

El-Menawy (2012:44) menciona que «*Mubarak's government had provided the core ingredients of state antipathy (corruption, arrogance, economic disenfranchisement) and Egypt's young civil society had learned the recipe for political change. Tunisia showed Egypt, as it had shown the world, that Arab leaders could be felled by the power of the public*».

Face a tudo o que sucedia no Egipto e na região (El-Menawy.2012:45-52), uma manifestação seria convocada para 25 de Janeiro, por grupos de jovens da oposição. O dia foi propositadamente escolhido uma vez que correspondia a um feriado nacional, *Eid Al-Shurta* (“*Police Day*”). A IM oficialmente declarou que não tomaria parte nos protestos, mas não impediu os seus membros de participar. Os restantes partidos políticos também preferiram distanciar-se oficialmente das manifestações enquanto que os recentes movimentos juvenis optaram por evidenciar o seu suporte.

Paralelamente a estas acções que decorriam, havia o argumento no seio do regime de que seriam frustradas, consideravam que a afluência à demonstração não seria em massa.

Relembramos os acontecimentos que quotidianamente surgiam nos sucessivos meios informativos na época evidenciavam com grande estupefacção os eventos que eram já previsíveis. Apesar deste fundamento já há muito incorporado por variados intelectuais (Lynch.2012:1), uma vez que muitos indagavam por quanto tempo os egípcios aguentariam a situação, o *timing* de tudo o que viria a suceder seria completamente alucinante.

Para Pires¹⁶, o que o mundo assistiu totalmente perplexo, já estaria programado para suceder, assim no seu entender, é erróneo associar os acontecimentos egípcios a sublevações populares espontâneas, não se tratar portanto de uma “primavera” de libertação dos povos à europeia, como muitas das vezes vimos associada nos sucessivos meios de comunicação na época.

Segundo o Professor António de Sousa Lara (2011:343-361) a revolução é um processo complexo que nos remete para várias fases, sucessivas e encadeadas, que por sua vez obedecem a um objectivo comum e fundamental. Ainda assim as revoluções divergem entre si, devido à complexidade inerente e à forma como interagem os vários componentes, nem todas as revoluções se concluem com êxito para os revolucionários. E nem todos os processos revolucionários se concretizam em revoluções.

De forma generalizada, o autor expõem como características da revolução «*a heterogeneidade física processual; a demora de duração do processo; a grande repercussão directa, em termos de efeitos, a nível das estruturas, em geral sociais, políticas e económicas, do Estado em questão; o emprego de várias formas de elevada violência material; o apoio massificado e popular do sujeito passivo tendencialmente mais elitizado; a legalidade parcial do processo revolucionário – contrastando com a sua ilegalidade geral*» (Idem:344).

Referidas as características devemos debruçar sobre as componentes, ou sejam etapas, métodos, agentes, meios e afins, do processo revolucionário. De salientar a existência de variadas análises (Idem), enriquecendo o próprio conceito. Das investigações é latente que as revoluções iniciam com um profundo descontentamento contra o regime vigente e um desejo urgente da população por mudança, da desintegração da unidade da elite dominante e de um imobilismo do regime que permitem o desenvolvimento de um mito revolucionário, da perda de legitimidade do regime, do aparecimento de um acelerador que consequentemente proporciona o nascimento da revolução.

Philippe Mottu, em “*Révolutions Politiques et Révolution de l’Homme*” (Idem:345-350), apesar de ser uma obra que reflecte totalmente as experiências do hemisfério norte é a síntese melhor conseguida sobre o estudo das fases do processo revolucionário. Mottu, após a fase do início da revolução, referia ainda a existência do regime dos moderados, da engrenagem em direcção do extremismo, do reino do terror,

¹⁶ Informação obtida através da entrevista realizada em Dezembro de 2012 por correio electrónico;

da reacção Thermidor e por fim o homem forte. Umberto Melloti (Idem:359-360) assemelha-se ao pensamento de Mottu, quando divide o processo revolucionário nas seguintes fases, «*os grupos revolucionários; o dualismo do poder; a lua-de-mel revolucionária; o papel dos mediadores; a hora dos moderados; o caminho até aos extremos; o processo de radicalização com rompimentos sobre uma linha de classe e contra-revolução*» (Idem:360).

De forma concisa, o Professor Sousa Lara (Idem:361) esquematiza o conceito de revolução nos seguintes termos, «*agente: uma vanguarda com o apoio do povo contra o poder político; objectivos: substituir a elite governante e as estruturas políticas, económicas e sociais; duração: longa; fases: plurifásico; legalidade: inicialmente ilegal e posteriormente gerador de auto-legalização; meios empregues: menos do que proporcionais relativamente à violência criada; preparação: pouco planeado, mais sujeito a espontaneísmos e imprevistos; frequência: menos frequente; conotação genérica: mais favorável*».

No entender de Raul Braga Pires¹⁷, e uma vez que não estávamos perante uma primavera dos povos de estilo europeu, não estamos perante uma revolução. Para Pires (Idem), as revoluções para o serem verdadeiramente têm que substituir toda a máquina estatal, toda a elite existente por outra que já esteja preparada para actuar. Ora, os regimes anos após anos criaram gerações de analfabetos, o Egipto foi a excepção, que tiveram como consequência a impreparação e a inexistência de qualquer elite para o vazio deixado. Sobre o Egipto aponta que a revolução ainda está por fazer, os acontecimentos após a queda de Mubarak podem ser entendidos como um ajuste de contas entre a IM e o Poder Judiciário, ainda fiel a Mubarak.

Retomando a iniciada ideia sob os acontecimentos em Janeiro de 2011, podemos inferir que durante cerca de três semanas, Tahrir era o Egipto. Quotidianamente assistíamos ao desapontar de relatos e imagens sobre o que sucedia. Algo inédito acabaria por transformar Tahrir (Shehata.2011:145-148) na praça da liberdade e da esperança. Todas as variantes políticas e sociais, homens e mulheres, jovens e idosos, islâmicos e coptas, laicos e clericais, liberais e esquerdistas encontravam-se em Tahrir. Apesar do receio de que a oposição ao regime pudesse fragmentar-se e quiçá podendo alguma facção assumir o poder e estabelecer acordos com o regime, as manifestações não cessaram.

¹⁷ Informação obtida através da entrevista realizada em Dezembro de 2012 por correio electrónico;

A unidade da oposição foi essencial na decisão dos militares (Trager.2011:81) de associarem-se à mesma, culminando na entoação pelos manifestantes, *“the people and the army are one hand”*.

Já o regime ao longo das manifestações ia sofrendo múltiplas divisões. A total relutância de Mubarak e seu governo em praticar qualquer cedência aos manifestantes juntamente com a intenção de usar a violência, não abonou beneficentemente para o regime.

Por Tahrir vários eram os slogans que impunham urgentes alterações no Egipto, nomeadamente (El-Menawy.2012:57-59), *“Bread! Freedom! Social justice”*; *“The people want to overthrow the regime”* (slogan extrapolado da Tunísia); *“Freedom...freedom...freedom”*; *“Down, down, all corrupt!”*; *“Welcome, welcome Change!”*; e ainda *“O, loaf where are you? Unemployment comes between us”*.

Imperava proceder a uma inteira e profunda remodelação, daí que o slogan que mais se ouviu em Tahrir seria o que manifestava o desejo de derrubar o regime. Naquela praça a população ambicionava um novo Egipto que protegesse os cidadãos, onde a segurança, o bem-estar e a justiça imperassem. Tahrir seria a praça de todos os árabes.

O Egipto (El-Menawy.2012:93) encontrava-se numa necessidade urgente por mudança, algo que para o regime era um incompreensível. Mubarak, face à contínua presença dos manifestantes em Tahrir e mesmo após à violência praticada pelas forças de segurança, procederia ao afastamento de Gamal, anunciaria que não seria candidato às presidenciais desse ano, procederia a remodelações no governo e anunciaria um vice-presidente, mas as manifestações continuariam. Na opinião de El-Menawy (Idem:176) *«the poor quality of their decisions demonstrated that none of them understood the magnitude of the current crisis. They strongly believed that the crisis would be dealt with in time, that it would just pass as others had done, even if it was more profound than usual»*.

Com a inerte atitude norte-americana (Gardner.2011:184-192) o regime assumia que estava totalmente esgotada qualquer oportunidade de redefinir todo o cenário. Após cerca de três semanas de intensa luta, Mubarak assumia a renúncia ao poder.

As tácticas do regime (Shehata.2011:137-138) utilizadas durante as manifestações só dificultaram a permanência de Mubarak no poderio. Segundo o autor (*Idem*) o regime caiu na sequência de três factores, a crescente corrupção e exclusão económica, o

alheamento dos jovens e ainda as eleições de 2010 e as divisões no seio da elite egípcia relativamente à sucessão. Osman (2011:203-211) também opina similarmente quando menciona os vários erros que o regime adoptou ao longo de décadas, designadamente corrupção, repressão, tortura e morte, que apenas evidenciavam profunda debilidade.

A 11 de Fevereiro, Omar Suleiman, na altura Vice-Presidente, perante o Egipto expunha a demissão de Mubarak do cargo de Presidente do Egipto.

A exaltação, o júbilo e o orgulho (Coelho.2011) espelhavam em Tahrir. De todas as partes do globo, especialmente da região mensagens de congratulação pelo feito egípcio assolavam nas redes sociais. Apesar dos tunisinos terem conseguido derrubar Ben Ali, a queda de Mubarak deteve outro impacto, em grande medida devido à grande mediatização dos acontecimentos.

Apesar do entusiasmo alguns manifestantes (Hounshell.2011:110-114) não conseguiam esconder a preocupação. É certo que o *faraó*, como apelidavam Mubarak, havia caído mas o futuro era demasiado incerto. Para o autor a transição para a democracia estava ainda longe de ser concretizada, pois estávamos perante um golpe de Estado, e uma vez que os militares haviam demonstrado raras práticas democráticas e haviam-se mantido sob enlace de Mubarak, era demasiado incerto uma abertura política mas certamente uma profunda luta por poder.

5.2.1. Primavera Árabe no Egipto e o Caos Urbano

Sabemos que o caos¹⁸ e crise¹⁹ são estados inerentes à condição humana, sendo verificáveis em maior dimensão e maior impacto nas zonas urbanas. Poderíamos recuar

¹⁸ Por caos (Carreira.2012:39-55) entende-se confusão, desordem ou perturbação. De origens tão primordiais, é inteiramente inato a qualquer concepção de vida, sendo verificável em qualquer ciência. Sabemos que o caos em ambiente urbano detém impactos profundos na vida humana em sociedade, seja este criado por acção do Homem ou por forças da Natureza. Ao analisar o caos impera reflectir se neste existe uma determinada ordem, ou sejam particularismos com os quais seja possível desenhar um rumo facilitando assim a postura que os decisores devem adoptar. Do contributo de variados intelectuais salientamos como características a imprevisibilidade, a multidisciplinaridade, o inesperado mas também uma certa previsibilidade e ordem no seu procedimento. «(...) *O caos é uma desordem ordenada*» (Idem.49). Carreira (Idem:51) conclui que existe ordem no caos. São verificáveis regularidades e uniformidades com as quais será possível traçar tendências, sendo fulcral na capacidade de resposta de cada Estado, mas ainda assim refere que é necessário ter sempre em relevância, como elucida o Professor António de Sousa Lara (Idem:49) o *“factor i”*, a incógnita, tão presente na História;

¹⁹ Tal como a concepção de caos, crise (Silva.2012:25-37) remete-nos também para a Antiguidade Clássica e para os primórdios da existência humana. Ao longo dos séculos evoluiria e estaria associado a variadas ciências, mas só no decorrer do século XIX é que seria definido o conceito sistémico de crise por Marx. Assim, «(...) *a crise desenvolve-se quando uma estrutura não apresenta suficientes possibilidades de resolução de um problema para a manutenção da existência do sistema*» (Idem:25). Ora, como nos

até à Antiguidade Clássica, para compreender a nascença destes estados, mas tal não é imperante nesta análise. Apenas referir que são condições tão antigas quanto a existência humana e intrinsecamente ligadas.

No momento, pensamos que acresce mencionar (Lara.2012:1) que, verificando a presença de regularidades e uniformidades seja possível estabelecer algumas tendências, ou seja, a partir do momento que identificamos determinados efeitos que eventualmente desencadearão situações de crise ou caos, é possível planejar a resposta ou comumente falando, o ataque por parte estatal a eventuais situações que provoquem conjunturas perturbadoras especialmente no meio urbano. Há ainda que referir que estas situações podem advir de condições meramente naturais sem qualquer culpabilidade humana ou por sua vez resultar da vontade do ser humano e da sua intenção subversiva.

Urge assim aplicar o modelo de desenvolvimento da crise concebido na obra coordenada pelo Professor António de Sousa Lara intitulada “*Caos Urbano*” (2012).

Os autores concebem um modelo, uma vez que no seu entender os modelos apresentados anteriormente pecavam por não concretizar um modelo evolutivo de crise. Os anteriores modelos dividiam a crise entre o período precedente da crise, o período da crise e o período posterior à crise, outros porém advertem que o período de crise compreende o desafio-resistência, a confrontação e a resolução. Outros modelos conseguiram inovar a complexidade relativamente aos acima descritos mas ainda assim não aprofundavam devidamente. De salientar que em todos a resolução da crise rumava para dois caminhos totalmente distintos, a pacificação ou a violência.

Face a esta deficiência Teresa de Almeida e Silva e Pedro Ferreira da Silva (Silva; Silva.2012:60-68) propõem um modelo de evolução de crise dividido em seis fases, time zero, fase de entreajuda, fase das pilhagens, constituição de gangues armados, subversão generalizada e por fim falhanço do estado. Pensamos que impera explorar de forma sucinta cada uma das fases.

elucida o autor (*Idem*:27), o estudo da crise como o do caos, é de relevante importância, uma vez que detém inúmeros efeitos desestabilizadores na sociedade. Como tal compreendendo o processo evolutivo da crise permite aos decisores, evitar ou gerir as crises, contribuindo assim para o equilíbrio e a segurança. O conceito de crise deteve inúmeros contributos ao longo dos tempos, como tal salientamos como definição (*Idem*:31) de crise quando verificamos a alteração no ambiente interno ou externo, que coloque em causa valores essenciais ou onde exista uma grande possibilidade de recorrer à violência, existindo apenas um curto espaço de tempo de resposta, por parte dos decisores, sendo que o efeito surpresa não é condição *sine quo non*. O processo de crise é algo totalmente dinâmico, uma vez que comporta uma sequência de interações, e é um tanto imprevisível quanto ao seu resultado. Por fim como atenta contra o *status quo* estabelecido o nível de decisão será directamente proporcional à importância ou gravidade da crise;

Segundo os autores (*Idem*) o time zero é o momento que dá origem ao evento ou eventos que vão seguramente causar a crise, seja de origem natural ou humana. Nesta fase o Estado fica totalmente paralisado dado o avultado ritmo dos eventos. De salientar que esta fase detém curta duração, uma vez que os efeitos persistem apenas pouco mais que 24 horas.

Após o time zero, segue-se a fase de entreajuda, onde verificamos a reacção da população. De forma espontânea, voluntária e desorganizada os cidadãos auxiliam-se uns aos outros, uma vez que o Estado encontra-se ainda paralisado sem qualquer capacidade de resposta, podendo durar dois a três dias, culmina com o Estado a reorganizar-se e a colocar as forças de segurança e socorro em alerta.

Posteriormente é a fase das pilhagens, na qual apesar da entreajuda é verificável o surgimento de pilhagens aleatórias, espontâneas e descoordenadas, podendo deter dois tipos de origens, se por um lado assistimos à pilhagem de bens essenciais, alimentos e medicamentos, com o tempo averiguamos pilhagens de bens de luxo.

Após a fase das pilhagens é vez da fase da constituição de gangues armados. Estes compostos por indivíduos que anteriormente procederam a pilhagens, organizam-se criando uma estrutura interna e territorial, que devido à impunidade e ineficiência do Estado alargam a sua influência delimitando o território sob sua interferência. A capacidade de resposta do Estado irá influenciar o rumo dos acontecimentos, caso seja capaz de coordenar as suas forças de segurança com uma resposta efectiva e repor a ordem os gangues armados estarão inevitavelmente condenados, caso contrário a espiral de descontrolo será de tal ordem que levará à incapacidade do Estado conseguir dar resposta à violência e aos grupos tenderem a substituí-lo.

Na fase da subversão generalizada, assistimos a um conflito entre os vários gangues armados, que substituíram as funções do Estado e se encontram devidamente estruturados e com território totalmente definido. Nesta fase os gangues tentam conseguir a lealdade da população que habita nas zonas por eles controlados, seja pela substituição do Estado, fornecendo o que aquele forneceria como segurança e bens essenciais, ou então pela força. Ainda tentam procurar formas de financiamento, essencialmente em armamento. Nesta fase o Estado encontra-se totalmente inoperacional e em total descrédito, e as várias facções que poderão unir-se pela força ou pelos ideais acabam irremediavelmente por levar o país à guerra civil.

Por fim, após a subversão e total paralisia do Estado deparamo-nos com o seu total falhanço. Quando um Estado falha não consegue assegurar os serviços básicos à sua população e assistimos ao que os autores definem de “hiato de soberania”, ou seja, a Comunidade Internacional reconhece a soberania do Estado mas este no seu próprio território não é capaz de servir e proteger os seus cidadãos, sendo totalmente incapaz de exercer a sua soberania, permitindo que um grupo de elementos consiga agir sem impunidade dentro do território.

Relativamente ao Egipto e às manifestações que levaram à queda de Mubarak verificamos a presença das três primeiras fases durante todo o processo revolucionário, ou seja, a fase time zero, de entreaajuda e por fim das pilhagens. As restantes três não foram verificadas dado o decorrer dos acontecimentos, a rápida tomada de poder pelos militares e a determinação de todos os egípcios, quer militares, forças políticas e população, em construir um Egipto onde reinasse a justiça, o bem-estar e a segurança para todos.

5.3. Que futuro para o Egipto?

O Egipto como até então havíamos conhecido encontrava-se em perfeita ebulição. O pilar norte-americano na região encontrava-se numa transformação que no imediato era um tanto incerto conjecturar que configuração deteria.

Como sabemos, em períodos de grande convulsão política e social, logo surgem forças que tendem a travar a evolução dos eventos em prol do antigo regime aniquilado. Esta intrínseca luta pelo poder de diversas alas políticas e ideológicas divergentes em nada abonam favoravelmente na transição de qualquer processo revolucionário e inquietava todos aqueles que em Tahrir lutaram contra o regime.

Para Lynch (2012:85), «*if Tunisia defined the periphery of Arab politics, Egypt stood as its core*», assim o rumo que o Egipto adoptasse seria fundamental para as dinâmicas da região. Muitos advogavam (Coelho.2011), principalmente os manifestantes em Tahrir, que o êxito da revolução no Egipto se deveu essencialmente à massa revolucionária não deter um líder. Mas para Lynch (2012:92) foi a postura dos militares que efectivamente salvou a revolução, uma vez que se mantiveram solidários com os manifestantes retirando ao regime o seu sustentáculo. Já a nível externo os EUA (*Idem*:93-94) desempenharam um papel essencial, uma vez que nos bastidores

aconselharam e ainda persuadiram Mubarak a optar pela demissão em prol do que cogitavam ser uma transição democrática. O velho aliado sabia de antemão que era impossível que Mubarak continuasse no poder, há muito que não era o homem forte do Egipto (*Idem*:96) e a transição era inevitável.

É certo que foi uma época de profunda e intensa mudança, mas a questão que muitos intelectuais colocavam era se dessas alterações assistiríamos a uma vaga democrática pela região, sendo que os diversos intervenientes teriam papéis essenciais.

Para Osman (2011:242), os principais actores do período pós-Mubarak seriam as forças armadas, o movimento islâmico e ainda os vários grupos que compunham o liberalismo egípcio.

Sabemos que tanto os militares como o movimento islâmico eram actores importantes no Egipto, se recorrermos à História recente daquele território (Cook.2012) (Osman.2011), deparamo-nos que estes actores detinham especial domínio na sociedade egípcia.

Em Tahrir, assistimos ao pronúncio de vários quadrantes políticos, mas os movimentos liberais e de jovens, apesar do grande impacto nos momentos revolucionários, no pós queda de Mubarak tornaram-se um tanto insignificativos. Sharp (2011:5) menciona que «(...) *some experts suggest that by focusing too much energy on justice, anti-corruption, and the dismantling of the Mubarak regime, youth activists are losing the bigger political battle. According to one expert, “There is a power game going on – and the liberals and the entire secular movement are the weaker element, while the Islamists and the army are strong”*».

Na intensa luta política verificávamos um apagamento desses movimentos, que seria totalmente evidente com os resultados das primeiras eleições legislativas livres.

Claramente que até assistirmos às efectivas eleições, que apenas decorreram em três fases, entre Novembro e Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012, verificámos intensa pressão entre as forças políticas opositoras. No pós-Mubarak os militares a partir do *Supreme Council of the Egyptian Armed Forces*, um concílio de 18 membros das Forças Armadas, haviam assumido os comandos do Estado após a demissão de Mubarak, persistiam em permanecer no poder e dificultar as demandas de Tahrir, quando na realidade deveriam ser parte temporária no processo. «*Na verdade, enquanto o Exército, o mais poderoso dos três intervenientes, ainda controla oficialmente o país, há pouca*

confiança no compromisso dos generais com a democracia. “Ou o SCAF é antidemocrático... ou alguns dos seus assessores aconselharam que a democracia não é do seu interesse”» (Ashour.2012).

Devido às atitudes do SCAF e ao não desmembramento da máquina estatal, vários intelectuais (Hounshell.2011:110-114) (Shehata.2011:146-148) (Stacher.2011:98-103) afirmavam que apesar do derrube do *faraó* o regime permanecia. Ainda assim o Egipto encontrava-se sob a «(...) *historic political transition* (...)» (Sharp.2011:5).

O pós-Mubarak deixou muitos egípcios apreensivos (Idem:6), e assistiríamos ao continuar dos protestos em Tahrir. Esta apreensão devia-se ao receio de instabilidade dado que o Egipto ainda se encontrava em processo evolutivo e por fim aos problemas socioeconómicos que assolavam o território.

É certo que após a queda de Mubarak, o ambiente pós-revolucionário rumava um tanto para o caos e instabilidade, apesar do panorama era unânime que o território encontrava-se melhor que anteriormente às manifestações.

Um ano após os acontecimentos uma reportagem da *AlJazeera*²⁰ em introspecção sob o sucedido em 2011 evidenciava as várias alterações na sociedade egípcia.

Logo após à queda de Mubarak, o SCAF procedia à dissolução do Parlamento egípcio a 13 de Fevereiro. Relativamente ao NDP, este só seria banido em Abril, após intensa pressão pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Sobre a nova constituição foi grandemente alvo de enorme divisão. A antiga constituição seria suspensa a 13 de Fevereiro, no mesmo dia os generais preparariam um conjunto de emendas constitucionais, as quais seriam aprovadas por referendo à população a 19 de Março. Uma das emendas estipulava que o parlamento deveria apontar uma assembleia constitucional, que teria como função escrever a nova constituição e referendá-la, altura em que o poder retornaria para um governo civil. Uma vez que o resultado das eleições parlamentares haviam fornecido a maioria aos islamitas, era previsível que a constituição seria fruto de uma visão islâmica não tendo em consideração a diversidade e as minorias da sociedade egípcia.

A nova lei fundamental seria referendada em Dezembro de 2012, sendo aprovado com 63,8% dos votos, numa participação de 32,9%. Para a oposição era provável que o

²⁰ Informação retirada do seguinte endereço electrónico
<http://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2012/01/20121227117613598.html>, consultado entre Janeiro e Fevereiro de 2013;

novo texto constitucional fosse aprovado. *«Mohamed ElBaradei, o Nobel da Paz que lidera a Frente de Salvação Nacional, tinha afirmado, numa entrevista à emissora norte-americana PBS: “O texto vai passar. Em minha opinião, será um dia verdadeiramente triste para o Egito, porque vai institucionalizar a instabilidade”»* (Guimarães.2012).

Relativamente à reforma do sistema eleitoral²¹, é de salientar que durante décadas o mesmo tinha como objectivo manter Mubarak no cargo e assegurar a esmagadora maioria do NDP. O SCAF com as emendas constitucionais aprovadas em Março, revogavam as emendas de 2005, estipularam a concorrência a eleições de candidatos independentes e de outros partidos, aprovaram a supervisão judicial às eleições, limitaram os mandatos presidenciais a dois mandatos de quatro anos, e ainda estipularam que a Alta Comissão Eleitoral administraria as urnas invés do Ministério do Interior.

Sobre as eleições legislativas, marcadas pela complexidade, inúmeros candidatos e três fases de votação, o governo interino nada atentou contra o processo. Mais de 25 milhões de pessoas procederam ao voto, cerca de 54% do eleitorado, que contrastava com a fraca participação da era de Mubarak. Nas legislativas (Lorena.2012) o partido Freedom and Justice Party, braço direito da anteriormente banida IM, seria o grande vencedor com cerca de 47%, obtendo cerca de 235 dos 508 assentos no Parlamento. O segundo lugar caberia ao Nour, criado durante o ano de 2011 por radicais islâmicos que até então repugnavam totalmente a democracia com cerca de 24% dos votos o que corresponderia 121 lugares. Seguiam-se alguns partidos liberais, como o Wafd com 9% e o novo Bloco Egípcio, que reunia muçulmanos e cristãos coptas laicos com cerca de 7% dos votos.

De salientar que da eleição os grandes derrotados foram os movimentos de jovens, que apesar do seu papel foram incapazes de traduzir essa importância em votos. Claramente que no decorrer das eleições foram detectados problemas, não só logísticos mas técnicos e humanos, embora não ocorressem grandes irregularidades comparativamente à era de Mubarak.

Com um parlamento onde mais de 2/3 correspondia a islâmicos proporcionava grande apreensão no seio do SCAF, pois estes pretendiam escolher o comité para proceder à redacção da nova constituição, quando a IM exigia que fossem os deputados

²¹ *Idem*;

eleitos a fazê-lo. É também no seguimento destes temores que, cerca de cinco meses depois da constituição do novo Parlamento, o Supremo Tribunal ordenou a sua dissolução. Com a eleição presidencial²², e a vitória de Mohammed Morsi, representante da IM, a decisão do Supremo Tribunal era anulada e o Parlamento eleito iniciava funções, apesar do total desconforto do SCAF. Novas eleições para o parlamento seriam perspectivadas para Abril de 2013.

Sobre o levantamento do estado de emergência, só sucederia um ano depois da revolução, mas seria utilizado em casos considerados de vandalismo, um tanto indefinido para os activistas, dada a pré-disposição dos militares para o uso da força para conter manifestantes. Apesar dos activistas pretenderem que a lei fosse revogada logo após a revolução, o SCAF afirmava que a lei continuaria pelo menos até às eleições presidenciais. A mesma lei (Martins.2013) seria novamente invocada por Morsi, dois anos após a queda de Mubarak, devido aos violentos confrontos que assolaram o Egipto, principalmente contra a sua postura.

A economia encontrava-se em profunda queda livre. As reservas egípcias e as receitas de turismo caíram abruptamente, o desemprego jovem rondava os 25% e o colapso iminente da moeda egípcia poderia originar ainda mais inflação e consequentemente agitação social.

A previsão de um colapso iminente do valor da libra assomava no quotidiano de cada egípcio, devido à instabilidade política nos últimos meses de 2012, provocava receio a investidores ou a instituições financeiras internacionais, mas evidenciava a urgência em deter auxílio estrangeiro, mesmo perante a reticência de Morsi e da IM.

Para além do parlamento encontrar-se sob a régie dos islamitas, também a presidência ficaria sob alçada daqueles. Na segunda volta os egípcios teriam que eleger um islamista ou um militar, nomeadamente Mohamed Morsi e Ahmed Shafiq. Na altura a Reuters referia «(...) *the election marks a crucial step in a messy and often bloody transition to democracy* (...)» (Awad;Saleh.2012).

Para Mohamed Beltagy, líder da IM, em causa estava os egípcios optarem entre a revolução e a contra-revolução. Manifestações ocorriam na emblemática Tahrir face à situação pois o poder presidencial balanceava entre a IM e o exército.

²² Informação retirada do seguinte endereço electrónico <http://www.publico.pt/mundo/noticia/presidente-egipcio-anula-decisao-dos-militares-e-declara-legitimo-o-novo-parlamento-1554003>, consultado em Janeiro de 2013;

Morsi (Siza;Lorena.2012) conseguiria obter 51,73% dos votos contra os 48,27% adquiridos pelo seu adversário. Apesar de uma semana antes da ocorrência da eleição o Conselho Militar ter diminuído drasticamente os poderes da presidência, Morsi ultrapassaria tal facto aquando da sua eleição procedendo ao afastamento do general Tantawi. Com este afastamento não corria o risco dos militares tentarem permanecer no poder.

Com o poder nas mãos dos islamitas, o medo do fundamentalismo e extremismo voltava a pairar. Em entrevista para o semanário Sol (Guerreiro.2012), Raul Braga Pires afirmava que o nascimento de uma teocracia era impossível e irrealizável.

Apesar de assistirmos uma mudança geracional e um anacronismo histórico que há muito deveria ter sucedido, aquando da descolonização, a tardia chegada ao poder com a IM no parlamento e na presidência o Egipto não se transformaria num Estado Teocrático, dada a natureza do território e a importância que detém.

Para Kaplan (2011:173) as diferenças entre o Egipto em 2011 e o Irão em 1979 são mais profundas que similares. Apesar das revoltas de ambos os Estados estarem inteiramente relacionadas com o desemprego, tirania e a carência de dignidade e justiça na sociedade, em nenhum dos Estados árabes verificou-se a existência de um líder islâmico radical contra o regime como no caso do Irão, nem as várias organizações islâmicas eram a nível ideológico e teórico tão anti-EUA como o clero *Shiita*.

Poderemos assistir a um conservadorismo religioso por parte dos movimentos islâmicos mas nada que se compare com o que é efectivamente um Estado teocrático. Para Pires²³ o caminho será o da democracia mesmo com algumas deficiências. *«O caminho será sempre o do multipartidarismo, com versões locais de democracia. Adaptações às realidades locais, como aliás deve ser. É também preciso entender que a Irmandade Muçulmana, por existir e ser transversal da forma como é na Sociedade Egípcia, é parte da solução e não do problema (não digo deve ser. Ela é, de facto, parte da solução). (...) No Egipto, como em toda a parte, a solução terá que ser negociada. A Democracia é isso mesmo, negociação, cedência, bluff, jogo menos limpo por vezes, resumindo, conflito».*

5.4. Democracia vs Fundamentalismo?

²³ Informação obtida através da entrevista realizada por correio electrónico;

Face ao exposto é imperante determinar que rumo deterá este novo Egipto. Sabemos que é relativamente cedo determinar o Egipto pós Mubarak, mas com os vários indícios até agora verificáveis podemos tirar determinadas elações.

Na opinião de Braga Pires (2012) o caminho do Egipto será da democracia e em caso algum o fundamentalismo.

Sabemos que a democratização é um processo moroso e acima de tudo é necessário que haja vontade política, já que muitos dos problemas continuam e com tendência para agravar. Vejamos por exemplo a questão económica em total quebra conjuntado com a crise política culminou na total reticência por parte de instituições financeiras internacionais em proceder a qualquer auxílio económico²⁴.

Apesar das deficiências que possamos verificar nas democracias existentes pelo mundo e da prática democrática estar um tanto em *stress* (The Economist.2011), é certo que (Sharp.2010) nas últimas décadas existe uma tendência de maior democratização e liberdade. É também do conhecimento geral que qualquer local que por um longo período de tempo esteve subordinado a regimes autoritários o processo democrático acaba por ser moroso.

Em “*Da Ditadura à Democracia – Uma Estrutura Conceitual para a Libertação*”, é referido que a «(...) *prevenção da tirania pode ser possível, que lutas bem sucedidas contra as ditaduras poderiam ser travadas sem massacres mútuos em massa, que as ditaduras poderiam ser destruídas e novas ditaduras impedidas de ressurgir das cinzas*» (Sharp.2010:5). Não obstante Estados que se encontram em rápidas e profundas mudanças podem inevitavelmente rumar na direcção oposta à democratização. A queda de uma ditadura não traduz simplesmente a erradicação da mesma, pode significar o surgimento de outra ainda mais tirana que a anteriormente vigente. Para que a transição democrática seja plena, urge que os novos actores, a elite pró-democracia, para além de coesos consigam construir «(...) *as bases constitucionais e legais e os padrões de comportamento de uma democracia duradoura (...)*» (Idem:49).

Sobre o Egipto, é comumente mencionado que ainda é relativamente cedo para tirar qualquer elação, mas dado o que tem sucedido até ao momento a efectivar uma transição democrática.

²⁴ Informação retirado do seguinte endereço electrónico <http://pt.euronews.com/2012/12/27/egito-situacao-politica-aprofunda-crise-economica/>, consultado em Janeiro de 2013;

É certo que durante estes dois anos temos assistido a um escalar da violência em determinadas cidades, dada a deterioração das condições de vida e a postura que Mohammed Morsi tem adoptado uma vez os manifestantes voltaram a apregoar o que havia pedido dois anos antes, “*pão, liberdade e justiça social*”²⁵, e a inúmeros intentos por parte do SCAF em permanecer no poder. Mas a transição para a democracia está a ser trabalhada.

Ora, vejamos o escrutínio legislativo e presidencial que decorreu entre finais de 2011 e 2012, a elaboração da constituição e sua aprovação por referendo apesar de toda a polémica gerada (Guimarães.2012), o fim do estado de emergência, a condenação de altas figuras do antigo regime, o afastamento da anterior elite e o surgimento de outra são efectivamente passos em prol de uma sociedade democrática.

Morsi ao longo do seu curto mandato tem dado mostras de pretender rumar à democratização. Todo o seu discurso apela para esse rumo, «*o Egipto será um Estado de direito, nem de natureza militar nem de natureza teocrática*»²⁶, mas é claro que determinadas posturas não abonam favoravelmente na sua popularidade. Apensar disso, vejamos o papel que Morsi deteve como mediador (Momani.2012) na tensão recente entre Israel e a Palestina. Com o feito, Morsi conseguiu que o Egipto mantivesse o papel de há anos e continuar a mediar as conversações entre os dois Estados. «*A operação Pilar de Defesa (...) foi o primeiro teste às relações entre o novo regime egípcio e Israel. Não voltará a haver intimidade. Acabaram-se as piscadelas de olho de cumplicidade. A partir de agora, o Governo de Netanyahu, o Governo de Morsi e a Administração norte-americana vão olhar-se com desconfiança e manobrar com prudência. (...) Alguns responsáveis israelitas entendem que o cessar-fogo deveria ter sido negociado nem o Egipto, uma vez que os egípcios deixaram de poder ser mediadores neutros, por serem islamitas e próximos do Hamas. Mas prevaleceu o receio de que, se adotasse essa opção, Israel estaria a empurrar o Egipto para os braços do Hamas. Portanto, neste momento, Morsi é o único a poder reivindicar a vitória, por ter conseguido consolidar a sua posição como ator regional e parceiro da Administração norte-americana*» (Barnea.2012:34).

²⁵ Informação retirada do seguinte endereço electrónico <http://www.publico.pt/mundo/noticia/cinco-mortos-no-aniversario-da-revolucao-egipcia-1582117>, consultado em Janeiro de 2013;

²⁶ Informação retirada do seguinte endereço electrónico <http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/3343931-merkel-pede-mais-democracia-morsi>, consultado em Fevereiro de 2013;

Acrescentar ainda a necessidade de viajar pelos Estados europeus garantindo que pretende criar um Estado totalmente democrático e consequentemente atrair investimento estrangeiro.

Claramente nada é certo, e face aos recentes acontecimentos que levaram ao estabelecimento do estado de emergência em três cidades e à brutalidade verificada por alguns polícias, o exército alertou para o risco de colapso do Estado.

Como nos remete Raul Braga Pires (2013), o Egipto neste momento encontra-se em transe. *«O Egipto tem actualmente um déficit público na casa dos 10% do seu PIB, vendo uma fuga dos investimentos estrangeiros em massa e um queda das receitas do turismo colossal, sector que antes de 2011 ultrapassava os 10% do PIB e empregava mais de 12% da população activa. Em 2012 os preços aumentaram em média 4,5%, enquanto que os salários baixaram 11%, estimando-se que o país necessita duma injeção de 11 mil milhões d'Euros, fora do sistema bancário, para equilibrar as suas contas. O Qatar já emprestou 3,7 mil milhões e para além da Arábia Saudita, não se vislumbra quem mais queira ajudar» (Idem).*

Conjuntamente ao problema económico e consequentemente social, depreende-se ainda o político. Apesar de Morsi e os islamitas terem sido eleitos democraticamente, detêm impopularidade pelo Egipto, e nas manifestações que temos assistido nos últimos tempos, *slogans* são proclamados contra o presidente, apelando a novas eleições e a uma mudança no rumo do Egipto.

Não obstante o entendimento entre as diversas forças políticas tal não simboliza o fim dos protestos e quiçá de futuros, contudo é um passo para a existência de um sentido de responsabilidade dos diversos enquadrantes políticos em prol de estabilidade.

Para que a transição seja plena (*Idem*), Morsi terá que deter uma postura de diálogo e nunca agir baseado na força, pois assim estará a ter uma acção semelhante a Mubarak e consequentemente perderá credibilidade e legitimidade.

O diálogo com os vários quadrantes políticos será fundamental caso contrário os militares poderão intentar usurpar o poder, sob a justificação que o Estado esteja em risco de colapso e a elite governativa não detenha capacidade para governar.

Não obstante o exemplo egípcio é mencionado no recente relatório da Freedom House, denominado “*Freedom in the World*”. A assinalar que o Egipto²⁷ conseguiu ascender na classificação de não-livre para parcialmente livre após a queda de Mubarak, apesar dos progressos um tanto modestos.

O futuro é totalmente incerto, isso sabemos, mas se conseguirmos analisar determinados actos saberemos que postura adoptar e para que fim. No momento, para o Egipto o diálogo é a maior valia, Morsi e a IM terão que saber usá-la, caso contrário envergarão pelo caminho predestinado (Bradley.2008:71.77) pelo irmão da Hassan al-Banna, Gamal al-Banna, no qual mencionava que a IM não era força política para o poder, pois a sua postura seria totalmente divergente da sua ideologia, perdendo as bases de apoio.

²⁷ Informação retirada do seguinte endereço electrónico <http://www.publico.pt/mundo/noticia/mais-de-metade-dos-paises-do-mundo-nao-sao-livres-1580879>, consultado em Fevereiro de 2013;

6. CONCLUSÃO

Após a investigação encetada depreendemos que a denominada Primavera Árabe foi o acontecimento de 2011, para o Norte de África e Médio Oriente, do qual ainda estamos a retirar elações.

Deteve tal preponderância, deixando o Ocidente perplexo. Salientamos que era dado certo que as populações da região um dia iriam evidenciar o seu profundo descontentamento perante os regimes vigentes na região, mas a forma como este surgiu, totalmente inesperada, causou enorme pasmo. Como nos remete Delmonte (2011:4) *«(...) los principales factores potenciales para la generación de conflictos en la zona, han sido largamente estudiados, pero aun así, nadie pudo prever con certeza la explosividad de los acontecimientos que actualmente estamos presenciando, ni tampoco la velocidad con que se ha manifestado el llamado “fenómeno dominó” o de “contagio”»*.

É curioso como os dados encontravam-se lançados há muito, mas, apenas na primeira metade do século XXI, é que efectivamente sucederia. Sabemos que várias condicionantes foram essenciais para que as populações pudessem dar este salto em prol do que apelavam, liberdade, justiça e segurança.

É claro que nem todos os processos se dirigiram para a democratização. Apesar de termos assistido ao derrube de ditadores, por sua vez verificamos o surgimento de mais autoritarismo ou pequenas aberturas, motivado pelas particularidades de cada Estado e da essência dos protestos.

Apesar de anos sob autoritarismo, em alguns casos (Guzmán.2011:33), as ditaduras existiam desde a independência, poderíamos conceber que aqueles povos raramente evidenciavam o seu descontentamento, mas tal premissa é errónea. Se analisarmos a História do Egipto, verificamos que desde a criação do Egipto moderno (Osman.2011) (Cook.2011) assistimos a profundas demonstrações da população contra a conjuntura política, económica e social, sempre contra regimes totalmente autoritários e despóticos. Daqui depreendemos que as sociedades árabes, e neste caso os egípcios, há muito que detinham uma postura reivindicativa perante a conjuntura do Estado.

Relembramos que, na época em os acontecimentos proporcionaram o tão mencionado “efeito dominó” ou “efeito contágio”, assistimos à associação, por parte de

analistas ou jornalistas, da Primavera Árabe com outros da História de libertação popular. Como analisado, as manifestações no mundo árabe não foram uma verdadeira manifestação de sublevação popular, uma vez que era algo que vinha a ser preparado para suceder em 2011. Apesar de todas as alterações que as manifestações provocaram no seio de cada Estado, representaram também um «(...) *sacudimiento geopolítico insoslayable*» (Conde.2011).

A Primavera Árabe contribuiu verdadeiramente para um certo estremecimento dos Estados ocidentais, designadamente os EUA. Não é pois de admirar que, dada a perda de autoridade de determinados líderes, os EUA tenham-se mantido afastados e inevitavelmente recusado apoio a pilares da supremacia norte-americana na região, preferindo no discurso oficial apelar aos déspotas não lutassem contra a massa revolucionária. Washington pretendia apoiar a nova vaga reformista, sem primeiramente antever os riscos que tal escolha poderia ocasionar. Barber (2012:33) menciona que «*Washington e os seus aliados tendem a dar apoio cego às ditaduras cujas carnificinas subestimam e, depois, a dar apoio cego a revoluções cujas consequências não sabem avaliar. (...) Se não conseguirmos lidar a fundo com as complicações das revoluções democráticas, se não olharmos mais honestamente para a dura realidade, se continuarmos a pensar “levamos a democracia e a liberdade” a Tripoli, Cairo e Damasco, de um dia para o outro, em vez de as deixarmos construir-se ao longo de décadas e não de meses -, as botas e os drones também terão consequências imprevistas, e podemos voltar a ficar desconcertados*».

Dadas as imprevisibilidades de qualquer processo revolucionário que inevitavelmente irão influenciar o rumo das mesmas, o supramencionado autor adverte para que o Ocidente tenha este *dogma* em consonância com o auxílio prestado, chegando a referir que (Idem:32) «*Clinton tem razão ao dizer que o mundo é “complicado”. Talvez a lição mais importante venha da história das revoluções: derrubar tiranias não chega para estabelecer a democracia e, frequentemente, cria a anarquia. Dessa anarquia e da desordem pode renascer a tirania. A Revolução Francesa conduziu a Napoleão e à restauração da monarquia; a Revolução Russa terminou com os bolcheviques a eliminarem rivais – os salafitas seculares daquele tempo. A queda do xá no Irão levou os mullahs ao poder*».

É certo que o processo revolucionário é marcado pela inevitabilidade e a impressibilidade, mas a partir de certas ocorrências podemos tirar elações do rumo que

adoptarão. No caso da Primavera Árabe é dado adquirido que alguns Estados estão muito mais próximos da transição democrática que outros, o Egipto.

A História do Egipto evidencia múltiplas deficiências no decorrer dos vários governos. Desde a criação do Egipto moderno, que este território tem sofrido profunda desconcertação por parte da população devido a problemas políticos, económicos e consequentemente sociais. É também muito notório desde o século XIX, período que iniciámos esta investigação, as várias manifestações por parte da população do seu profundo desagrado face às circunstâncias vivenciadas.

Assistimos à queda de governos que em nada se diferenciaram dos anteriores e em determinadas circunstâncias deterioraram mais o panorama egípcio.

As várias lacunas, que grandemente eram estruturais e não conjunturais, contribuíram para o arrastamento do Estado egípcio ao que conhecíamos anteriormente às primeiras manifestações, que viriam derrubar Hosni Mubarak em 2011. Quando referimos deficiências estruturais, abordamos casos como a corrupção, o clientelismo, a fraude eleitoral, o apadrinho, as carências de liberdade políticas e individuais e afins, foram uma constante no Egipto. A adicionar ainda a injusta distribuição de riqueza, uma vez que os dados macroeconómicos (Reyes.2011:121-134) evidenciavam um grande crescimento contrapondo com o inexistente bem-estar da sociedade. Ainda de salientar que o Egipto em 2011 era a segunda economia do mundo árabe, apenas ultrapassado pela Arábia Saudita.

Como verificada na investigação (*Idem*), Nasser que parecia o herói do mundo árabe com os seus falhanços militares arruinou completamente tudo o que havia construído em prol do *panarabismo*, seguidamente Sadat com a sua política económica de abertura, *infitah*, pretendia reorganizar a economia egípcia mas inevitavelmente agravou-a e por fim Mubarak com a pretensa de efectivar-se no poder cessou com quaisquer liberdades e regalias individuais, alegando sempre que tais métodos apenas serviam para despistar o perigo extremista e fundamentalista islâmico.

Claramente que a situação de cada egípcio deteriorava-se constantemente, chegando a níveis absurdos, nos quais era totalmente impossível deter uma vida digna. Como tal os indícios estavam correlacionados para que o Egipto acordasse com uma revolta da população.

É certo que não foram manifestações espontâneas, pois há muito que vinham a ser preparadas, mas inevitavelmente contribuíram para o derrube de Hosni Mubarak e o triunfo das manifestações. Com Mubarak deposto verificámos uma profunda luta de poder, entre os militares e a oposição.

O descontentamento era geral, e durante esse ano novas manifestações surgiram, especialmente em Tahrir, e se intensificaram com a eleição legislativa, presidencial ou com os aniversários da revolução.

Com a eleição dos islamitas, para o parlamento e para a presidência, os ânimos exaltaram-se. Apesar do SCAF pretender a qualquer custo efectivar-se no poder, ilegalizando a eleição legislativa a partir dos tribunais e colocando entraves à eleição de Morsi, este afastaria a ala militar próxima de Mubarak efectivando assim a sua posição como presidente do Egipto.

A vitória de Morsi e da IM, e dos islamitas (Lynch.2012:36-37) em vários países árabes são um verdadeiro teste, enquanto organizações em consonância com o poder. A questão que se coloca é saber até que ponto os islamitas serão capazes de conciliar os seus ideais com as realidades para os quais foram eleitos. Claramente assistiremos a divisões no seio destes movimentos entre os moderados e os radicais, sobre a postura dos mesmos perante a sociedade mas para tal urge repensar a estratégia dos movimentos que deve ter em foco as exigências nacionais, internacionais e os ideais destes com a prática política.

A Primavera Árabe proporcionou algo que para os islamitas era totalmente impensável, o acesso ao poder. Ora com o feito conseguido «(...) o exercício do poder é um desafio para esses movimentos. Os regimes autoritários proporcionavam-lhes uma espécie de rede de segurança. Impor a Sharia nunca foi uma opção; mas hoje, mesmo os mais pragmáticos dos seus dirigentes têm de explicar aos seus eleitores mais radicais as razões para não a colocarem na ordem no dia. Como a sua chegada ao poder através das urnas era impensável, raramente tiveram de conciliar a ideologia com compromissos democráticos. Podiam armar-se em reformistas democráticos, denunciando a corrupção ou a repressão, sem revelarem se utilizariam uma posição de poder para impor a sua visão moral do Islão. As revoltas árabes retiraram-lhes essa protecção e colocaram a maioria desses movimentos em posição de governar» (Idem:137).

Com a investigação depreendemos que ainda existe muito a realizar no Egipto. A revolução ainda não está efectivada, apesar da queda de Mubarak existem alguns elementos do antigo regime, nomeadamente o poder judicial, que poderá de algum modo inverter o processo revolucionário.

Também depreendemos que é pouco provável o Egipto (Pires.2012) rumar ao fundamentalismo e à criação de um Estado teocrático, muito dificilmente seguirá esse rumo, porque existem inúmeras diferenças entre o Egipto pós Mubarak e o Irão pós xá Pahlavi.

Para o Egipto existem inúmeros benefícios caso a transição rumo à democratização continue, seja pela manutenção do *status quo* de mediador do mundo árabe, pelo continuo financiamento norte-americano e ainda pela permanência na Comunidade Internacional no grupo dos *amigos* como nos elucida Adelino Maltez (2001) sobre as divisões do mundo.

Inquirido recentemente, Raul Braga Pires também é muito assertivo quanto a um possível retorno dos militares ao poder. Na sua opinião tal é pouco provável suceder, mas é fundamental deter especial atenção, pois serão sempre um instrumento a intervir a qualquer momento, podendo alterar o processo e conduzindo noutro sentido, claramente em detrimento da IM, caso continue (Pires.2013) a contestação e o agravamento económico.

A transição rumo à democracia ainda não está plena, mas são notórios os passos nesse intuito, como é igualmente evidente que será um longo processo num Estado onde há muito não se conhece qualquer prática democrática.

O diálogo entre as diversas forças políticas e os militares, que detém grande poder e influência, será essencial primeiramente para que o Egipto consiga manusear as sucessivas manifestações que têm contribuído para o surgimento de instabilidade e ainda para encaminhe à democratização. Será um longo processo e não deterá os efeitos imediatos que a população anseia, pelo qual é fulcral que os políticos egípcios detenham essa mesma percepção a fim de responder adequadamente aos problemas com os quais o novo Egipto irá certamente deparar-se.

Por fim salientar que em 2012, Fouad Ajami mencionava que «the Egyptians have always had, (...), the ability to harmonize contending assertions, and they may do so once again» (Ajami.2012:64).

7. BIBLIOGRAFIA

(CITADA)

ARTIGOS

AJAMI, Fouad. (2012) "The Arab Spring at One a Year of Living Dangerously", Foreign Affairs, volume 91 n°. 2, United States of America, pp. 56-65;

ALISSA, Sufyan. (2007) "The Political Economy of Reform in Egypt: Understanding the Role of Institutions"

http://carnegieendowment.org/files/cmec5_alissa_egypt_final.pdf, consultado em Novembro de 2012, Carnegie Middle East Center, Washington DC, Number 5, pp. 1-27;

ATES, Hamza *et all.* (2006) "A Story of Infitah: Egyptian Liberalisation Under Stress", http://www.yapikredi.com.tr/arsiv/english/economic_review/17-1-4.pdf, consultado em Novembro de 2012, Yapi Kredi Economic Review, Volume 17, Number 1;

BARBER, Benjamin. (2012) "As Culpas do Ocidente no Caos Líbio", Courier Internacional, Paço de Arcos, Outubro de 2012, n°. 200 pp. 32-33;

BARNEA, Nahum. (2012) "A Caminho de um Eixo Sunita pró-EUA", Courier Internacional, Paços de Arcos, Janeiro de 2013, n°.203 pp.34-35;

BOLIA, Robert S. (2004) "Overreliance on Technology in Warface: The Yom Kippur War as a Case Study", <http://www.carlisle.army.mil/USAWC/parameters/Articles/04summer/bolia.pdf>, consultado em Novembro do 2012;

BROWNLEE, Jason. (2011) "Peace Before Freedom: Diplomacy and Repression in Sadat's Egypt", <http://www.psqonline.org/article.cfm?IDArticle=18847#>, consultado em Novembro de 2012, Political Science Quarterly, New York, Vol. 126 N°. 4, pp. 641-668;

CARREIRA, Carlos. (2012) "Breve Reflexão sobre o Caos", in LARA, António de Sousa (coord.) – Caos Urbano, Lisboa, Pactor – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, pp. 39-55;

CONDE, Gilberto. (2011) “Las Revoluciones Árabes de 2011 y su Significado Histórico”, in DELMONTE, Luis Mesa (coord.) - Protestas Populares en África del Norte y en el Medio Oriente. Un Primer Balance, México, Centro de Estudios de Asia y África, El Colegio de México;

DELMONTE, Luis Mesa. (2011) Protestas Populares en África del Norte y en el Medio Oriente. Un Primer Balance”, México, Centro de Estudios de Asia y África, El Colegio de México;

FEUILLE, James. (2011) “Reforming Egypt’s Constitution: Hope for Egyptian Democracy?”, <http://www.tilj.org/content/journal/47/num1/Feuille237.pdf>, consultado em Dezembro de 2012, Texas International Journal, Texas, Vol. 47, Nº. 1, pp. 237-259;

GAUSE, F. Gregory. (2011) “Why Middle East Studies Missed the Arab Spring The Myth of Authoritarian Stability”, <http://aa.usembassy.or.kr/pdf11/IN55.pdf> consultado em Dezembro de 2012; Foreign Affairs, Vol. 90 Issue 4, pp. 81-90;

GUZMÁN, Roberto Marín. (2011) “Algunas Reflexiones sobre la Situación actual del Medio Oriente y el Norte de África: Análisis de las Causas Político-Sociales” in DELMONTE, Luis Mesa (coord.) - Protestas Populares en África del Norte y en el Medio Oriente. Un Primer Balance, México, Centro de Estudios de Asia y África, El Colegio de México;

HASSAN, Bassem. (2011) “Egypt: The Continuing Legacy of the Mubarak-Sadat Regime”,

<http://studies.aljazeera.net/ResourceGallery/media/Documents/2011/7/30/2011730124542515580Egypt-The%20Continuing%20Legacy%20of%20the%20Mubarak-Sadat%20Regime.pdf>, consultado em Dezembro de 2012, Al Jazeera Centre for Studies, pp. 1-8;

HASSAN, Hamdy A. (2010) “State versus Society in Egypt: Consolidating Democracy or Upgrading Autocracy”,

<http://www.academicjournals.org/ajpsir/pdf/pdf2010/December/Hassan.pdf>, consultado em Dezembro de 2012, African Journal of Political Science and International Relations, December 2010, Vol. 4(9), pp. 319-320;

HOUNSHELL, Blake. (2011) “18 Days That Shook the World: Reporting from the Streets of Cairo – February 4: Two Cups of Tea”, in LYNCH, Marc (coord.) –

Revolution in the Arab World Tunisia, Egypt, and the unmaking of an Era, Foreign Policy, pp. 92-95;

KAPLAN, Robert D. (2011) “The New Arab World Order”, in LYNCH, Marc (coord.) – Revolution in the Arab World Tunisia, Egypt, and the unmaking of an Era, Foreign Policy, pp. 173-174;

LYNCH, Marc. (2012) “Os Islamitas e o Teste do Poder”, *Courrier Internacional*, Paço de Arcos, Setembro 2012, nº. 199 pp. 36-37;

PINTO, Maria do Céu (2004) - “A Jihad Global e o contexto europeu”, in MOREIRA, Adriano (coord.) - Terrorismo, Coimbra, Almedina, pp. 483-503;

RYAN, Curtis R. (2001) “Political Strategies and Regime Survival in Egypt”, http://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Ryan_Curtis_Regime_Survival.pdf, consultado em Dezembro de 2012, *Journal of Third World Studies*, pp. 1-21;

REYES, José Carlos Castañeda. (2011) “Reflexiones sobre un movimiento popular: la ‘Revolución Egipcia’ de 2011”, in DELMONTE, Luis Mesa (coord.) - Protestas Populares en África del Norte y en el Medio Oriente. Un Primer Balance, México, Centro de Estudios de Asia y África, El Colegio de México;

SHARP, Gene. (2010) “Da Ditadura à Democracia Uma Estrutura Conceitual para a Libertação”, <http://bibliot3ca.files.wordpress.com/2011/03/da-ditadura-a-democracia-gene-sharp2.pdf>, consultado em Janeiro de 2012, The Albert Einstein Institution, EUA, pp. 1-64;

SHEHATA, Dina. (2011) “The Fall of the Paraoh: How Hosni Mubarak’s Reign came to an End”, in *The New Revolt What Happened, What it Means, and What Comes Next*, USA, Council on Foreign Relations, Foreign Affairs, pp. 137-148;

SILVA, Pedro Ferreira da. (2012) “A Crise”, in LARA, António de Sousa (coord.) – Caos Urbano, Lisboa, Pactor Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, pp. 25-37;

SILVA, Teresa de Almeida e; SILVA, Pedro Ferreira da. (2012) “O Modelo Teórico do Desenvolvimento da Crise”, in LARA, António de Sousa (coord.) – Caos Urbano, Lisboa, Pactor Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, pp. 57-68;

STACHER, Joshua. (2011) “Egypt’s Democratic Mirage: How Cairo’s Authoritarian Regime is Adapting to Preserve Itself”, in *The New Revolt What Happened, What it*

Means, and What Comes Next, USA, Council on Foreign Relations, Foreign Affairs, pp. 98-103 ;

STEPHENS, Elizabeth. (2008) “Caught on the Hop: The Yom Kippur War”, <http://www.historytoday.com/elizabeth-stephens/yom-kippur-war>, consultado em Dezembro de 2012, London, History Today, Vol.58, Nº.10, pp. 44-50;

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. (1996) “Mobilização Social Um Modo de Construir a Democracia e a Participação”, http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao_social.pdf, consultado em Dezembro de 2012, Brasil, UNICEF, pp. 1-90;

TRAGER, Eric. (2011) “Letter from Cairo: The People’s Military in Egypt?”, in The New Revolt What Happened, What it Means, and What Comes Next, USA, Council on Foreign Relations, Foreign Affairs, pp. 81-85;

TRUMAN, Harry. (s.d.) “The Truman Doctrine”, <http://terpconnect.umd.edu/~jklumpp/ARD/Truman.pdf>, consultado em Dezembro de 2012, pp. 747-753;

WEINBAUM, Marvin G. (1985) “Egypt’s “Infatih” and the Politics of US Economic Assistance”, Middle Eastern Studies, Vol. 21, Nº. 2, pp. 206-222;

WYER, Judith. (1982) “President Mubarak’s Top Security Problem is Egypt’s Economy”, <http://www.larouchepub.com/eiw/public/1982/eirv09n48-19821214/eirv09n48-19821214.pdf>, consultado em Dezembro de 2012, Executive Intelligence Review, Vol.9, Nº. 48, pp. 26-29;

YAMADA, Toshikazu. (2008) “Sustainable Development and Poverty Reduction under Mubarak’s Program”, http://ir.ide.go.jp/dspace/bitstream/2344/733/3/ARRIDE_Discussion_No.145_yamada.pdf, consultado em Dezembro de 2012, Japan, Institute of Developing Economies, JETRO, pp. 1-28;

LIVROS

ARAFAT, Alaa Al-Din. (2009) *Hosni Mubarak and the Future of Democracy in Egypt*, Palgrave Macmillan, New York;

- ASWANY, Alaa Al. (2011) *O Estado do Egito*, Quetzal Editores, Lisboa;
- BLAYDES, Lisa. (2011) *Elections and Distributive Politics in Mubarak's Egypt*, Cambridge University Press, New York;
- BRADLEY, John R. (2008) *Inside Egypt the Land of the Pharaohs on the Brink of a Revolution*, Palgrave Macmillan, New York;
- COELHO, Alexandra Lucas. (2011) *Tahrir os Dias da Revolução*, Edições Tinta-da-china, Lisboa;
- COOK, Steven A. (2012) *The Struggle for Egypt from Nasser to Tahrir Square*, Oxford University Press, New York;
- COSTA, Hélder Santos. (2001) *O Revivalismo Islâmico*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa;
- EL-MENAWY, Abdel Latif. (2012) *Tahrir: The Last 18 Days of Mubarak*, Gilgamesh Publishing, United Kingdom;
- ESFAHANI, Hadi Salehi. (1990) *The Experience of Foreign Investment in Egypt under Infitah*, College of Commerce and Business Administration, University of Illinois at Urbana – Champaign;
- GARDNER, Llyod C. (2011) *The Road to Tahrir Square*, The New Press, New York;
- JELLOUN, Tahar Ben. (2011) *La Primavera Árabe El Despartar de la Dignidad*, Alianza Editorial, Madrid;
- LARA, António de Sousa. (2011) *Ciência Política Estudo da Ordem e da Subversão*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Coleção Manuais Pedagógicos, Lisboa;
- _____. (2002) *Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa;
- LYNCH, Marc (2012) *The Arab Uprising the Unfinished Revolutions of the New Middle East*, PublicAffairs, United States;
- MALTEZ, José Adelino (2002) *“Curso de Relações Internacionais”*, Principia, S. João do Estoril;

MARTINS, Manuel Meirinho (2008) *Representação Política Eleições e Sistemas Eleitorais*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Coleção Manuais Pedagógicos, Lisboa;

MOREIRA, Carlos Diogo (2007) *“Teorias e Práticas de Investigação”*, UTL – ISCSP, Lisboa;

OSMAN, Tarek. (2011) *Egypt on the Brink From the Rise of Nasser to the Fall of Mubarak*, Yale University Press, Great Britain;

PERLMUTTER, Amos. (1981) “Political Roles and Military Rulers”, T.J. Press, Cornwall;

ROGEIRO, Nuno. (2011) *Na Rua Árabe Causas e Consequências das Revoltas no Médio Oriente*, Publicações Dom Quixote, Alfragide;

SILVA, Teresa de Almeida e. (2011) *Islão e Fundamentalismo Islâmico das Origens ao Século XXI*, Pactor – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, Lisboa;

_____. (2010) *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Coleção Manuais Pedagógicos, Lisboa;

NOTÍCIAS

ANDERSEN, Kurt. (2011) “The Protester”, Time, http://www.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132,00.html, consultado em Setembro de 2012;

AWAD, Marwa; SALEH, Yasmine. (2012) “Egypt pick Islamist or military man as president”, Reuters, <http://www.reuters.com/article/2012/05/25/us-egypt-election-idUSBRE84M0A920120525>, consultado em Janeiro de 2013;

CARR, Sarah. (2012) “April 6: Genealogy of a Youth Movement”, Egypt Independent, <http://www.egyptindependent.com/news/profile-april-6-genealogy-youth-movement#>, consultado em Janeiro de 2013;

GUIMARÃES, Maria João. (2012) “Constituição aprovada com 36.8% no Egipto: um “dia triste” para a oposição, Público, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/constituicao-aprovada-com-638-no-egipto-1578559>, consultado em Janeiro de 2013;

_____. (2012) “Recuo de Morsi não aplaca protestos contra referendo à Constituição”, Público, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/recuo-de-morsi-nao-aplaca-protestos-contrareferendo-a-constituicao-1576733>, consultado em Janeiro de 2013;

GUERREIRO, Pedro. (2012) “Raul Braga Pires: ‘O Egipto nunca saiu da ditadura militar’”, Seminário Sol, http://sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=52561, consultado em Janeiro de 2013;

LOGAN, Lara. (2011) “The Deadly Beating that Sparked Egypt Revolution”. CBSNews, http://www.cbsnews.com/8301-18563_162-7311469.html, consultado em Janeiro de 2013;

LORENA, Sofia. (2012) “Irmandade vai ocupar metade do novo Parlamento Egípcio”, Público, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/irmandade-vai-ocupar-metade-do-novo-parlamento-egipcio-1530189>, consultado em Janeiro de 2013;

MARTINS, Alexandre. (2013) “Regresso ao Estado de Emergência no Egipto vai ‘provocar os jovens’”, Público, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/regresso-ao-estado-de-emergencia-no-egipto-vai-provocar-os-jovens-1582480>, consultado em Fevereiro de 2013;

SIZA, Rita; LORENA, Sofia. (2012) “O Presidente do Egipto é Mohamed Morsi”, Público, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/o-presidente-do-egipto-e-mohamed-morsi-1551775>, consultado em Janeiro de 2013;

SOBRAL, Cláudia. (2013) “Mais de metade dos países do mundo não livres”, Público, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/mais-de-metade-dos-paises-do-mundo-nao-sao-livres-1580879>, consultado em Janeiro de 2013;

OUTRAS PUBLICAÇÕES

AVRASHOW, Austin. (s.d.) “Abraham Lincoln Speeches and Writings”, <http://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/3dna/pages/1468/attachments/original/1340406592/lincoln.pdf>, consultado em Janeiro de 2013;

ASHOUR, Omar. (2012) “O que querem os generais do Egipto?”, Projecto Syndicate, Público, <http://publico.pt/noticia/o-que-querem-os-generais-do-egipto-1531968>, consultado em Janeiro de 2013;

CARLSTROM, Gregg; HILL, Evan. (2012) “Egypt One Year On”, AlJazeera, <http://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2012/01/20121227117613598.html>, consultado em Janeiro de 2013;

HOFFMANN, Thorsten. (2011) “The Muslim Brotherhood in Egypt: Pursuing Moderation Within an Authoritarian Environment”, Naval Postgraduate School, California, <http://www.hsdl.org/?view&did=683203>, consultado em Dezembro de 2012;

PIRES, Raul Braga. (2013) “O Egipto em transe: Ano II”, Maghreb/Machrek, olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/o-egipto-em-transe-ano-ii=f784243>, consultado em Fevereiro de 2013;

SUANO, Marcelo. (2011) “Mais Reflexões da “Revolução de Jasmim”: Egito em Transição e agora se inicia o processo no Yemen e na Argélia”, CEIRI, http://jornal.ceiri.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=98:politica-internacional-transicao-no-egito-agora-inicia-se-processo-no-yemen-e-na-argelia-mais-reflexos-da-revolucao-de-jasmim&catid=33,222,282,229,321&Itemid=644, consultado em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2012) “Democracy index 2012 - Democracy at a standstill - A report from The Economist Intelligence Unit”, Economist Intelligence Unit, https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=1034, consultado em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2011) “Democracy Index 2011 – Democracy Under Stress - A report from the Economist Intelligence Unit”, Economist Intelligence Unit, https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2011, consultado em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2010) “Democracy Index 2010 – Democracy in Retreat - A report from the Economist Intelligence Unit”, Economist Intelligence Unit, http://graphics.eiu.com/PDF/Democracy_Index_2010_web.pdf, consultado em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2009) “Corruption Perceptions Index 2009”, http://archive.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table, consultado em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2010) “Corruption Perceptions Index 2010”, <http://www.transparency.org/cpi2010/results>, consultado em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2011) “Corruption Perceptions Index 2011”,
<http://www.transparency.org/cpi2011/results>, consultado em Janeiro de 2013;

(S.N.). (1957) “The Eisenhower Doctrine”, The Economic Weekly,
http://www.epw.in/system/files/pdf/1957_9/2/the_eisenhower_doctrine.pdf, consultado em Novembro de 2012;

(CONSULTADA)

ARTIGOS

ABAZA, Mona. (2011) “Revolucionários na Praça Tahrir”, <http://www.isa-sociology.org/global-dialogue/newsletters4/GD%201.4%20Portuguese.pdf>, consultado em Dezembro de 2012, International Sociological Association, Diálogo Global, Vol. 1 Edição 4 pp. 3-5;

BUCKWALTER, David T. “The 1973 Arab-Israeli War”, <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/navy/pmi/1973.pdf>, consultado em Novembro de 2012, pp. 119-137;

CORDESMAN, Anthony. (2011) “Stability and Security in Egypt, Libya, Tunisia and the rest of MENA Region”, <http://csis.org/publication/rethinking-arab-spring-stability-and-security-egypt-libya-tunisia-and-rest-mena-region>, consultado em Novembro de 2012, Washington DC, Center for Strategic and International Studies, pp. 1-13;

KINNINMONT, Jane. (2012) “‘Bread, Dignity and Social Justice’: The Political Economy of Egypt’s Transition”, <http://www.chathamhouse.org/publications/papers/view/183047>, consultado em Dezembro de 2012, London, Chatham House, pp. 1-20;

KARVOUNARAKIS, Theodosios. (s.d.) “In Defense of «Free People»: The Truman Doctrine and its Impact on Greece During the Civil War Years, 1947 – 1949”, pp. 1-48;

MCLAUGHLIN, Gerald T. (1978) “Infitah in Egypt: An Appraisal of Egypt’s Open-Door Policy for Foreign Investment”, <http://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol46/iss5/1/>, consultado em Dezembro de 2012, Fordham Law Review, Vl. 46 Nº. 5 pp. 885-906 ;

REEF, Sara. (2009) “Land for Peace: Lessons from Israel’s Withdrawal from Sinai, Egypt”, http://www.intersectionsinternational.org/files/RJ_LandforPeaceLessonsfromIsraelsWithdrawalfromSinai%20Egypt.pdf, consultado em Dezembro de 2012, New York Intersections International, pp. 1-12;

PACIELLO, Maria Cristina. (2011) “Egypt: Changes and Challenges of Political Transition”, <http://www.ceps.eu/book/egypt-changes-and-challenges-political-transition>, consultado em Dezembro de 2012, MEDPRO, pp. 1-31;

SHARP, Jeremy M. (2012) “Egypt: Transition under Military Rule”, <http://fpc.state.gov/documents/organization/194799.pdf>, consultado em Novembro de 2012, Congressional Research Services, pp. 1-24;

____ (2011) “Egypt in Transition”, <http://fpc.state.gov/documents/organization/171381.pdf>, consultado em Novembro de 2012, Congressional Research Service, pp. 1-22;

SOMIT, Albert; PETERSON, Steven A. (2010) “Evolution and Democracy: The Challenge”, <http://www.eui.eu/Documents/DepartmentsCentres/SPS/ResearchAndTeaching/Workshops/WorkshopPapers/SteinmoWorkshopJune2010/PetersonSomitDemoc-Evolution.pdf>, consultado em Dezembro de 2012, Florence, pp. 1-36;

LIVROS

ASHER, Dani. (2003) *The Egyptian Strategy for the Yom Kippur War*, MacFarland & Company, United States of America;

ANSARI, Hamied. (1986) *The Stalled Society*, State University of New York Press, United States of America;

COOK, Steve. (2007) *Ruling but not Governing the Military and Political Development in Egypt, Algeria and Turkey*, The Johns Hopkins University Press, United States of America;

ISMAEL, Tareq Y.; ISMAEL, Jacqueline S. (2011) *Government and Politics on the Contemporary Middle East Continuity and Change*, Routledge, New York;

NOTÍCIAS

BALLENY, Luke. (2012) “Could corruption be worse in Tunisia, Egypt after Arab Spring?”, Reuters, <http://blogs.reuters.com/the-human-impact/2012/03/20/could-corruption-be-worse-in-tunisia-egypt-after-arab-spring/>, consultado em Janeiro de 2013;

BANNERMAN, Graeme. (2012) “The Key to understanding the ‘Arab Spring’”, <http://blogs.reuters.com/great-debate/2012/10/11/the-key-to-understanding-the-arab-spring/>, consultado em Novembro de 2012;

BLAIR, Edmund. (2012) “Mediating the Gaza truce was a bravura diplomatic performance by Egypt’s new President Mohamed Mursi, jacking up his personal stature and reassuring an anxious Washington that the architecture of Middle East peace can survive the Arab Spring”, Reuters, <http://www.reuters.com/article/2012/11/22/us-egypt-mursi-idUSBRE8AL0TN20121122>, consultado em Dezembro de 2012;

BLIGHT, Garry *et all.* (2012) “Arab spring: an interactive timeline of Middle East protests”, The Guardian, <http://www.guardian.co.uk/world/interactive/2011/mar/22/middle-east-protest-interactive-timeline>, consultado em Setembro de 2012;

CONNOLLY, Kevin. (2012) “Conflict test for post-Mubarak Egypt”, BBC News, Cairo, <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-20343183>, consultado em Dezembro de 2012;

FALCÃO, Catarina. (2012) “O que chamámos de Primavera Árabe, nunca chegou a arrancar no Egipto”, ionline, <http://www.ionline.pt/mundo/chamamos-primavera-arabe-nunca-chegou-arrancar-no-egipto>, consultado em Dezembro de 2012;

HAMMOND, Andrew. (2011) “Arab Spring films revive days of Egypt, Tunisia revolts”, Reuters, <http://www.reuters.com/article/2011/12/13/us-film-arabspring-idUSTRE7BC0SN20111213>, consultado em Setembro de 2012;

KIRKPATRICK, David D. (2012) “In Egypt Race, Battle in joined on Islam’s Role”, The New York Times, <http://www.nytimes.com/2012/04/24/world/middleeast/in-egypt-morsi-escalates-battle-over-islams-role.html?pagewanted=all>, consultado em Setembro de 2012;

KIRSCHBAUM, Erik. (2012) “Egypt slips in corruption index despite Arab Spring”, Reuters, <http://www.reuters.com/article/2012/12/05/us-corruption-transparency-egypt-idUSBRE8B406Q20121205>, consultado em Janeiro de 2013;

LORENA, Sofia. (2011) “Balanço 2011: a Primavera Árabe, o acontecimento internacional do ano, vai continuar”, Público, <http://www.publico.pt/multimedia/video/balanco-2011-a-primavera-arabe-o->

[acontecimento-internacional-do-ano-vai-continuar-634606302402500000](#), consultado em Setembro de 2012;

MALIK, Nesrine. (2011) “Life after the Arab spring – Egypt’s progress from dictatorship to democracy is messy but offers hope to the Arab world”, The Guardian, <http://www.guardian.co.uk/world/2011/dec/26/arab-spring-egypt>, consultado em Novembro de 2012;

MARZOUKI, Moncef. (2012) “The Arab Spring Still Blooms”, New York Times, <http://www.nytimes.com/2012/09/28/opinion/the-arab-spring-still-blooms.html>, consultado em Novembro de 2012;

NAKHOUL, Samia. (2012) “The Egyptian chapter of the “Arab Spring” ended not as it was scripted by the revolutionaries of Tahrir Square”, Reuters, <http://www.reuters.com/article/2012/06/18/us-egypt-election-struggle-idUSBRE85H0VG20120618>, consultado em Dezembro de 2012;

SELIGSON, Hannah. (2011) “Arab Spring, Start-Up Summer?”, The New York Times, <http://www.nytimes.com/2011/07/17/business/global/egypts-entrepreneurs-look-beyond-the-revolution.html?pagewanted=all>, consultado em Setembro de 2012;

SPARK, Laura Smith. (2012) “For Mubarak, once Egypt’s strongman, a long fall from grace”, CNN, <http://edition.cnn.com/2012/06/02/world/meast/egypt-mubarak-profile>, consultado em Setembro de 2012;

STAFF, Wire. (2011) “Egypt after Mubarak: A checklist”, CNN, http://articles.cnn.com/2011-07-24/world/egypt.revolution.status_1_cairo-s-tahrir-square-gamal-and-alaa-corruption-charges?s=PM:WORLD, consultado em Setembro de 2012;

TAHA, Rana Muhammad *et al.* (2013) “The Rise and Fall of Mubarak”, Daily News Egypt, <http://www.dailynewsegypt.com/2013/02/11/the-rise-and-fall-of-mubarak/>, consultado em Fevereiro de 2013;

WEDEMAN, Ben; FAHMY, Mohamed Fadel. (2012) “Brotherhood steers tricky currents of post-Mubarak Egypt”, CNN, <http://edition.cnn.com/2012/04/05/world/meast/egypt-muslim-brotherhood>, consultado em Novembro de 2012;

(S.N.). (2013) “Egípcios assinam acordo contra a violência”, Euronews, Euronews

<http://pt.euronews.com/2013/01/31/egipcios-assinam-acordo-contr-a-violencia/>

consultado em Fevereiro de 2013;

(S.N.). (2013) “Egipto: Morsi declara Estado de Emergência em Port Said, Suez e Ismailia”, Euronews, <http://pt.euronews.com/2013/01/28/egito-morsi-declara-estado-de-emergencia-em-port-said-suez-e-ismailia/>, consultado em Fevereiro de 2013;

(S.N.). (2013) “Egipto recebe apoio do Qatar”, Euronews, consultado em <http://pt.euronews.com/2013/01/09/egito-recebe-apoio-do-qatar/>, em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2013) “Exército do Egipto alerta para o Perigo do ‘Colapso do Estado’”, Público, <http://www.publico.pt/mundo/noticia/exercito-do-egipto-alerta-para-o-perigo-do-colapso-do-estado-1582528>, consultado em Fevereiro de 2013

(S.N.). (2013) “Imagens de Violência Policial Incendeiam ainda mais o Egipto”, Público, consultado em URL: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/imagens-de-violencia-policial-incendeiam-ainda-mais-o-egipto-1583090>, consultado em Fevereiro de 2013;

(S.N.). (2013) “Merkel pede mais democracia a Morsi”, PressEurop, <http://www.presseurop.eu/pt/content/news-brief/3343931-merkel-pede-mais-democracia-morsi-em-Fevereiro-de-2013>, consultado em Fevereiro de 2013;

(S.N.). (2013) “Novas Manifestações anti-Morsi em várias cidades egípcias”, Euronews, consultado em <http://pt.euronews.com/2013/02/01/novas-manifestacoes-anti-morsi-em-varias-cidades-egipcias/>, em Fevereiro de 2013;

(S.N.). (2013) “Presidente do Egipto encurta viagem à Europa”, Euronews, consultado em URL: <http://pt.euronews.com/2013/01/30/presidente-do-egito-encurta-viagem-a-europa/>, consultado em Fevereiro de 2013;

(S.N.). (2013) “Sete Mortos no Aniversário da Revolução Egípcia”, Público, consultado em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/cinco-mortos-no-aniversario-da-revolucao-egipcia-1582117>, em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2012) “Egipto: Situação Política Aprofunda Crise Económica”, Euronews, consultado em <http://pt.euronews.com/2012/12/27/egito-situacao-politica-aprofunda-cri-se-economica/>, em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2012) “Egypt’s Economic Crisis”, The Opinion Pages, The New York Times, consultado em <http://www.nytimes.com/2012/01/21/opinion/egypts-economic-crisis.html>, em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2012) “Egypt’s Economic Struggle”, The Opinion Pages, The New York Times, consultado em http://www.nytimes.com/2012/09/05/opinion/egypts-economic-struggle.html?_r=0, em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2012) “Morsi: Israelis and Palestinians must talk about similarities for peace to work”, The Times of Israel, consultado em URL: <http://www.timesofisrael.com/morsi-israelis-and-palestinians-must-talk-about-similarities-for-peace-to-work/>, consultado em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2012) “Presidente Egípcio anula decisão dos Militares e declara Legítimo o novo Parlamento”, Público, consultado em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/presidente-egipcio-anula-decisao-dos-militares-e-declara-legitimo-o-novo-parlamento-1554003>, em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2012) “The Arab Spring Egypt in Peril”, The Economist, <http://www.economist.com/node/21557339>, consultado em Setembro de 2012;

(S.N.). (2012) “Timeline - Egypt since uprising against Hosni Mubarak”, <http://www.reuters.com/article/2012/05/13/egypt-election-events-idAFL5E8GAECI20120513>, consultado em Novembro de 2012;

(S.N.). (2012) “Timeline of Mubarak’s ascent and fall from power”, CNN, <http://edition.cnn.com/2012/06/02/world/africa/egypt-mubarak-timeline/index.html>, consultado em Setembro de 2012;

S.N.). (2011) “Anúncio da Resignação de Hosni Mubarak foi feito pelo vice-presidente Omar Suleiman”, SicNotícias, <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2011/02/11/anuncio-da-resignacao-de-hosni-mubarak-foi-feito-pelo-vice-presidente-omar-suleiman1>, consultado em Setembro de 2012;

(S.N.). (2011) “Economia Egípcia à Beira da Paralisação e do Colapso”, DN, consultado em http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1772532&seccao=%C1frica, em Janeiro de 2013;

(S.N.). (2011) “Egypt’s Election Islamists of Every Stripe to the Fore”, The Economist, <http://www.economist.com/node/21541064>, consultado em Setembro de 2012;

(S.N.). (2011) “Egypt’s Revolution Do Not Pass Go”, The Economist, http://www.economist.com/blogs/newsbook/2011/05/egypts_revolution?zid=304&ah=e5690753dc78ce91909083042ad12e30, consultado em Setembro de 2012;

(S.N.). (2011) “Resignação de Mubarak”, TVI, <http://www.tvi.iol.pt/videos/13384498>, consultado em Setembro de 2012;

OUTRAS PUBLICAÇÕES

ASHOUR, Omar. (2012) “O Egipto Sustém a Respiração”, Project Syndicate, Público, <http://publico.pt/noticia/o-egipto-sustem-a-respiracao-1553422>, consultado em Setembro de 2012;

_____. (2012) “O Desafio Salafista do Egipto”, Project Syndicate, Público, <http://www.publico.pt/noticia/o-desafio-salafista-do-egipto-1528587>, consultado em Setembro de 2012;

_____. (2011) “A Revolução Acéfala do Egipto”, Project Syndicate, Público, <http://www.publico.pt/noticia/a-revolucao-acefala-do-egipto-1522209>, consultado em Setembro de 2012;

OSAMA, Shams El-Din. (2007) “A Military History of Modern Egypt from the Ottoman Conquest to the Ramadan War”, <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a479427.pdf>, consultado em Dezembro de 2012, Kansas, School of Advanced Military Studies, United States Army Command and General Staff College;

PIRES, Raul Braga. (2012) “Mohammed Bouazizi. Dois anos de Revoltas.”, Maghreb/Machrek, olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/mohammed-bouazizi-dois-anos-de-revoltas=f774398>, consultado em Dezembro de 2012;

_____. (2012) “Israel/Hamas/Egipto: Cessar-Fogo”, Maghreb/Machrek olhares luso-marroquinos sobre a Primavera Árabe, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/israelhamasegipto-cessar-fogo=f769144>, consultado em Dezembro de 2012;

_____. (2012) “Mubarak Perpétuo”, Maghreb/Machrek olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe”, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/mubarak-perpetuo=f730650>, consultado em Setembro de 2012;

_____. (2012) “Egipto: provável monumental ‘chapelada’ eleitoral”, Maghreb/Machrek, olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/egipto-provavel-monumental-chapelada-eleitoral=f729025>, consultado em Setembro de 2012;

_____. (2012) “Presidenciais Egípcias. Uma dúzia de candidatos”, Maghreb/Machrek, olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/presidenciais-egipcias-uma-duzia-de-candidatos=f727922>, consultado em Setembro de 2012;

_____. (2012) “Presidenciais egípcias: Na rota do Golpe Militar”, Maghreb/Machrek, olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/presidenciais-egipcias-na-rota-do-golpe-militar=f717863>, consultado em Setembro de 2012;

_____. (2012) “Egipto: Primeiro Ano sem Mubarak”, Maghreb/Machrek, olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/egipto-primeiro-ano-sem-mubarak=f703900>, consultado em Setembro de 2012;

_____. (2011) “Ano Primeiro da Era Pós-Bouazizi”, Maghreb/Machrek, olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/ano-primeiro-da-era-pos-bouazizi=f694976>, consultado em Setembro de 2012;

_____. (2011) “Egipto em Transe: Eleições”, Maghreb/Machrek, olhares luso-marroquinos sobre a primavera árabe, Expresso, <http://expresso.sapo.pt/egito-em-transe-eleicoes=f690743>, consultado em Setembro de 2012;

TRISTAM, Pierre. (s.d.) “The Egyptian-Israeli Disengagement Treaties of 1974 and 1975 – How Kissinger’s Shuttle Diplomacy Ended Hostilities Between Two Rivals”, consultado em <http://middleeast.about.com/od/arabisraeliconflict/a/me080421.htm>, em Janeiro de 2013;

_____. “Text of the Egyptian-Israeli Interim Agreement of 1975”, consultado em <http://middleeast.about.com/od/arabisraeliconflict/a/me080421b.htm>, em Janeiro de 2013;

_____. “Text of the Egyptian-Israeli Disengagement Treaty of 1974”, consultado em <http://middleeast.about.com/od/arabisraeliconflict/a/me080421a.htm>, em Janeiro de 2013;

(S.N.). (S.D.) “Congress Backs the Eisenhower Doctrine, 1957”, consultado em <http://www.shafr.org/wp-content/uploads/2011/11/EisenhowerDoc.pdf>, em Dezembro de 2012;

(S.N.). (S.D.) “Course of the Yom Kippur War 1973”, Palestine Facts, consultado em http://www.palestinefacts.org/pf_1967to1991_ykwar_course.php, em Dezembro de 2012;

(S.N.). (S.D.) “Eisenhower Doctrine, January 5, 1957”, consultado em http://www.eisenhower.archives.gov/education/bsa/citizenship_merit_badge/speeches_national_historical_importance/eisenhower_doctrine.pdf, em Dezembro de 2012;

(S.N.). (2003) “First United Nations Emergency Force”, consultado em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unefi.htm>, em Novembro de 2012;

(S.N.). (S.D.) (2012) “Khaled Said: The Face that Launched a Revolution”, Ahram Online, consultado em <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/0/43995/Egypt/0/Khaled-Said-The-face-that-launched-a-revolution.aspx>, em Dezembro de 2013; (S.N.). (S.D.) “United Nations Security Council Resolution 338, 339, 340, and 344”, Palestine Facts, consultado em http://www.palestinefacts.org/pf_1967to1991_un_338-344.php, em Dezembro de 2012;

(S.N.). (S.D.) “Sadat dissolves the ASU and establishes the NDP”, Carnegie Endowment for International Peace, consultado em <http://egyptelections.carnegieendowment.org/2010/08/11/sadat-dissolves-the-arab-socialist-union-and-establishes-the-national-democratic-party>, em Dezembro de 2012;

(S.N.). (S.D.) “United Nations Security Council Resolution 242”, Palestine Facts, consultado em http://www.palestinefacts.org/pf_1948to1967_un_242.php, em Dezembro de 2012;

(S.N.). (S.D.) “War of Attrition During 1969-1970”, Palestine Facts, consultado em http://www.palestinefacts.org/pf_1967to1991_warofattrition.php, em Dezembro de 2012;

8. ANEXOS

Entrevista realizada a Raúl Braga Pires

Como define o acontecimento do ano que foi a “Primavera Árabe”?

Defino-o como algo que estava para acontecer durante o ano de 2011, por ocasião das Presidenciais egípcias, à imagem do que aconteceu em 2009 no Irão. A disputa seria fundamentalmente entre Gamal Mubarak e Omar Suleiman, com provavelmente Mohamed El Baradei, apoiado pelo Mov. 06 d’Abril, cuja origem foi o Mov. Kefaya de 2004. O 06 d’Abril, vinha a ter formação na Sérvia, com o Mov. Estudantil OTPOR, já desde 2008, tudo pago pelo Sr. George Soros. O que aconteceu na Tunísia foi um acidente, que na verdade se foi empolando a gosto. É hoje debatível se a auto-imolação de Mohamed Bouazizi foi de facto a 17.12, ou ainda em Novembro! Naturalmente que o desenrolar dos acontecimentos na Tunísia, ajudaram às coisas acontecerem no Egipto e por aí fora. Mas isto apenas para esclarecer que é errada a ideia duma sublevação popular espontânea. Daí por isso dizer-se que, de facto, não se trata duma “Primavera” da libertação dos povos à europeia.

Para além da inevitabilidade da queda dos regimes (desemprego, miséria, tensões tribais, territoriais, etc.), parece-me importante dar enfoque no facto de se tratar sobretudo da necessidade duma mudança geracional. É por aí que começa a inevitabilidade dos acontecimentos. Todos eram contemporâneos. Todos iriam morrer. Todos tinham que passar a pasta. Como? Da forma que referi. Apontou-se para um alvo, foi-se preparando e formando as pessoas certas (desde 2008 que membros do 06 d’Abril eram interrogados a cada reentrada no país. As autoridades sabiam muito bem o que se passava e eram coniventes. O importante era a coisa não cair nas mãos dos islamistas e o 06 d’Abril estava longe disso). Quando surgiu o percalço na Tunísia, foi-se gerindo a situação a gosto, dentro do improviso.

Concorda com as várias vozes que definem que a “Primavera Árabe” nada tem de revolução? Não passam de simples manifestações de descontentamento da população durante um determinado período de tempo e que em nada influenciarão a estrutura de poder?

Não se trata duma “Primavera” da libertação dos povos à europeia, como respondi anteriormente. O problema das revoluções, é que para o serem verdadeiramente, têm que substituir toda a gente no Estado, sobretudo as chefias e os técnicos. Ora para se

substituir uma elite, é preciso ter outra preparada. E o que estes regimes criaram, foram gerações e gerações d'analfabetos (aqui o Egipto até foge um pouco à regra, mas também pela vasta população que tem, o que em números absolutos bate os restantes países, no que toca ao nº de licenciados, mestres e doutorados).

Exemplo: Aquilo que se está a passar neste momento no Egipto, pode resumir-se a ser explicado como uma normal ajuste de contas entre a Irmandade Muçulmana e o Poder Judiciário, ainda fiel a Mubarak. Ou seja, a Revolução ainda está por fazer.

O caso que me parece ser de definitiva Revolução e ruptura, é a Síria, mas também fruto da destruição. Nada voltará a ser como dantes na Síria, a todos os níveis.

Na sua opinião concorda que as referidas revoluções terão perdido o seu rumo?

Não me parece que tenham perdido o rumo. É preciso ter presente que a chegada dos islamistas ao Poder, era outra das inevitabilidades. Eles já deviam lá ter chegado por alturas das descolonizações e para isso é que serviram estes ditadores. Nesse sentido, também podemos ler os acontecimentos como um anacronismo histórico. O momento ideal para a ruptura, teria sido a década de 60. Por outro lado, o engrandecimento dos movimentos islamistas, durante estas mesmas ditaduras, também se deu por serem sistemas de segurança social que acudiam às necessidades do povo, que não eram colmatadas pelo Estado, mas também quando o próprio Estado os favorecia para contrabalançarem a crescente influência de comunistas e sindicatos. Contexto Guerra-Fria. Ter sempre presente este factor na equação.

Tarek Osman em “Egypt on the brink from the rise of Nasser to the fall of Mubarak” menciona que os protestos na Tunísia contra Ben Ali foram marco para toda a região uma vez que levaram à deposição do poder daquele. Considera que sem esse exemplo a “Primavera Árabe” não teria despontado?

Como disse anteriormente, o caso da Tunísia é um acidente, um imponderável-fagulha, sem dúvida, mas caso não acontecesse, estava tudo programado para acontecer nas Presidenciais egípcias.

Relativamente ao Egipto era evidente dado os indicadores que a população revoltar-se-ia. Porquê só agora tal aconteceu? O facto de existir uma elevadíssima taxa de jovens foi essencial?

Todos estes países eram sucessos estatísticos. A importância da juventude é crucial e outra inevitabilidade, já que as taxas de natalidade fazem estas “pirâmides

populacionais” de base larga. Regra geral as taxas de desemprego nestes países rondam os 40% e 2/3 das suas populações têm entre 0 e 35 anos. A crise na Europa, tem sido apontada como causa fundamental para o agravamento ainda maior desta situação, sobretudo na Tunísia, que perdeu imenso turismo e investimentos franceses.

Em “Tahrir the last 18 days of Mubarak –an insider’s account of the uprising in Egypt”, Abdel Latif El-Menawy refere que se Mubarak tivesse apresentado um novo governo e reformas políticas possivelmente os protestos não teriam sucedido ou não teriam tanto impacto, concorda?

Não acredito, o povo sempre gritou “Ashab urido askat’u nizam”, O Povo quer a Queda do Regime. Depois de Ben-Ali, nada de diferente seria d’esperar.

Que podemos esperar deste novo Egipto sem Mubarak? Caminhará para a democracia ou para o fundamentalismo?

O caminho será sempre o do multipartidarismo, com versões locais de democracia. Adaptações às realidades locais, como aliás deve ser. É também preciso entender que a Irmandade Muçulmana, por existir e ser transversal da forma como é na Sociedade Egípcia, é parte da solução e não do problema (não digo deve ser. Ela É, de facto, parte da solução). Foi por isso que o Partido A-Noor, salafista, viu a sua campanha financiada por dinheiros sauditas, o que é o mesmo que dizer, com autorização americana. As ideias são duas: em 1º, uma votação expressiva nos salafistas (salvo erro 15%), colocaria automaticamente a Irmandade no main stream, fazendo desta parte da solução. Em 2º, com um Parlamento maioritariamente islamista (cerca de 75%, salvo erro), permite sempre levantar fantasmas ocidentais e orientais, sobre tal domínio.

No Egipto, como em toda a parte, a solução terá que ser negociada. A Democracia é isso mesmo, negociação, cedência, bluff, jogo menos limpo por vezes, resumindo, conflito. Por exemplo, uma oportunidade que eu acho que está em cima da mesa neste momento, é a oportunidade que Morsi tem de nomear um Vice-Presidente Copta. Para além de vir a cumprir algo com que se tinha comprometido logo que foi eleito, será certamente interpretado como um gesto que poderá quebrar o gelo nas preocupações coptas e ser este nomeado a ter a capacidade de diálogo que Morsi já desbaratou. Agora até pôs o Baradei, o Mussa e outro em Tribunal.

Que elações tirou da vitória parlamentar da Irmandade Muçulmana? Na sua opinião poderá o Egipto tornar-se num estado teocrático?

Inevitabilidade histórica, anacronismo histórico. O Egito não se transformará num Estado Teocrático, pela natureza do seu próprio povo e pela importância que tem para o Mundo Árabe e para o Mundo Ocidental. Claro que continuará a proibir e a considerar crime e demência a homossexualidade, que continuará a proibir a dança do ventre e a não permitir Educação Física às meninas na escola pública, mas isso não é sinónimo dum Estado Teocrático. Na verdade o que vai acontecer, é que é nestes detalhes do véu e companhia, que os islamistas vão colocar o dedo e exigir, o que diga-se de passagem, não poderá ser assim tão mau no computo geral, perante o papão que representam para muitos sectores. A economia não será centralizada, por exemplo.

Relativamente a Mohamed Morsi que postura pensa que adoptará?

Morsi e a Irmandade, querem sobretudo fazer justiça aos mortos durante a “Revolução” (mais de 300, salvo erro), estando a utilizar este argumento legítimo para um ajuste de contas com o sistema judicial do tempo de Mubarak. Isto vai ser negociado, para tal necessita talvez dum outro interlocutor, menos gasto e com mais tacto. Nesse sentido, poderá vir a nomear um Vice-Presidente Copta. Quanto a esta queixa apresentada no Tribunal contra Baradei, Mussa e o outro, poderá ser mais um trunfo para a negociação. Retirando a queixa, pode ganhar algo do outro lado, se bem que nesta altura, com o ridículo da queixa, talvez ainda venha a ser mais ridículo a sua retirada.

Morsi tem o ar dum Teddy-Bear sempre deslocado do local onde está, mesmo quando é o anfitrião. Tem um problema d’imagem, para além de começar a ficar claro que estará cada vez mais sobre o controlo de Mohammed Khairat El-Shater, o nº 1 da Irmandade e 1º candidato da Confraria, mas desqualificado por ter cadastro! Ou seja, foi impedido de concorrer num registo de Novo Regime, por ter sido encarcerado pelo Antigo! O Poder Judicial mudou? Não me parece. Houve Revolução? Não me parece.

Por fim, a eleição da Irmandade Muçulmana e posteriormente de Morsi não fará com que os militares tentem a qualquer custo permanecer no poder?

Foi o que aconteceu inicialmente, mas nesta Morsi saiu-se bem, passando o Marechal Tantawi à Reserva. Consequência lógica da mudança geracional. Foi nomeada nova liderança (não me recordo do nome), próxima da Irmandade, mas como todos os oficiais-generais egípcios, com formação nos USA e certamente com fidelidades criadas. A verdade é que este assunto ficou arrumado e os militares têm mantido uma posição equidistante face à polémica, avisando mesmo que não interviriam em favor de

nenhum dos lados. Um bom sinal. Os militares não querem é perder a gestão do dossier do Processo de Paz Israelo-Palestiniano e que o Poder Político lhes estrague os esquemas económicos com privatizações. Foi por isso que o ultra-liberal Gamal Mubarak nunca foi o seu candidato e sim Omar Suleiman, que chefiava o dossier Israelo-Palestiniano, há mais de 10 anos.

